Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 23, 24 E 25 DE ABRIL DE 2022 | Nª 25.141 | Preço banca: R$ 3,50

Copom está pronto para enfrentar inflação maior, diz presidente do BC

O Banco Central (BC) está pronto para aumentar os juros mais do que o previsto caso a inflação seja maior ou mais persistente que o esperado, disse o presidente do órgão, Roberto Campos Neto. Em viagem aos Estados Unidos, ele repetiu que o Comitê de Política Monetária (Copom) deve elevar a taxa Selic (juros básicos da economia) para 12,75% ao ano na próxima reunião, em maio, mas deu a entender que ajustes adicionais podem ocorrer.

"O Copom avalia que o momento exige serenidade para avaliar o tamanho e a duração dos choques atuais. O comitê persistirá em sua estratégia até que o processo de desinflação e a ancoragem das expectativas em torno de suas metas se consolide", declarou Campos Neto em apresentação a investidores.

Com a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) no maior nível desde 1994, Campos Neto repetiu declarações recentes de que o BC está aberto a revisar o cenário de política monetária. Originalmente, estava previsto que o Copom elevaria os juros dos atuais 11,75% ao ano para 12,75% ao ano no próximo mês. Com a persistência da inflação, uma elevação adicional não está descartada para a reunião do Copom em junho. Página 3

Dólar sobe 4% e fecha a R$ 4,80 em dia de tensão externa e interna

Página 3

Campanha alerta sobre a relação entre a ansiedade e a tontura

Página 3

País tem 30,3 mi de casos de covid-19

O Brasil contabiliza a 662.557 mortes em decorrência da covid-19, informou na sexta-feira (22) o Ministério da Saúde. Nas últimas 24 horas foram confirmados 51 óbitos e 8.068 diagnósticos positivos da doença, totalizando 30.338.697 pessoas infectadas pelo novo coronavírus (covid-19) desde o início da pandemia. Na quinta-feira (21), o painel de informações da pandemia administrado pelo ministério trazia 30.330.629 casos acumulados.

A quantidade de casos em acompanhamento está em 323.308. O termo é dado para designar casos notificados nos últimos 14 dias que não tiveram alta nem evoluíram para morte.

Ainda há 3.126 mortes em investigação. As mortes em investigação ocorrem pelo fato de haver casos em que o paciente faleceu, mas a apuração sobre a causa ter sido a covid-19 continua em andamento.

Até agora, 29.352.832 pessoas se recuperaram da covid-19, segundo os dados oficiais. O número corresponde a 96,8% dos infectados desde o início da pandemia. (Agência Brasil)

Ministro da Saúde oficializa fim de emergência sanitária

Foto/Antonio Cruz/ABr

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, assinou a portaria de encerramento da emergência de saúde pública de interesse nacional da pandemia da covid-19, na sexta-feira, (22). Essa condição reconhecia a gravidade da pandemia e dava base para políticas e medidas de autoridades de saúde nos níveis federal, estadual e municipal. A norma deverá ser publicada em edição especial do Diário Oficial da União ainda na sexta-feira (22). Página 10

Brasil tem um dos melhores desempenhos pós-pandemia, diz presidente

Página 9

Prorrogadas inscrições do programa #JuntosPelaCultura

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo prorrogou para 28 de abril as inscrições do primeiro bloco do #JuntosPelaCultura2022, programa de difusão cultural gerido pela Amigos da Arte. No total serão investidos R$44 milhões no setor com foco no fomento à cultura do interior e litoral paulista.

São 16 chamadas públicas – nove para municípios, seis para artistas e uma para organizações da sociedade civil e coletivos culturais. Página 2

Previsão do Tempo

Sábado: Sol com algumas nuvens. Não chove. 30º C / 17º C

Manhã | Tarde | Noite

Domingo: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. 28º C / 18º C

Manhã | Tarde | Noite

Segunda: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde. À noite o tempo fica aberto. 30º C / 18º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,81
Venda: 4,81

Turismo
Compra: 4,87
Venda: 4,95

EURO

Compra: 5,19
Venda: 5,20

Esporte

Portugal recebe neste final de semana Mundial de motovelocidade

Por Járcio Baldi

Nesse final de semana acontece em Portimão, Portugal, o inicio do circuito europeu da MotoGP. Marc Márquez, que já havia demonstrado uma ótima performance no GP dos EUA, começou bem na Europa, ficando em 1º no FP1 e, no FP2, alguns centésimos atrás de seu companheiro de equipe Pol Espargaró, resultando no domínio da Honda no primeiro dia. Os treinos da sexta-feira aconteceram com pista molhada e quem apareceu logo atrás foi a Yamaha de Dovizioso. Marc disse que, atualmente, sua motivação é reviver os bons momentos do passado para continuar em busca de vitórias. Com relação ao ocorrido na largada do GP dos EUA, disse que não poderia comentar e que a equipe já resolveu. "Pilotei uma Honda por nove anos com o mesmo estilo, e esta moto é completamente diferente. Ainda não encontrei um estilo natural de pilotagem, mas isso não significa que ela seja uma moto lenta. Em termos de velocidade, a moto antiga era rápida, mas menos segura. Por outro lado, a moto nova em pista molhada é tão rápida quanto a anterior, além de mais segura", finalizou o espanhol. A previsão meteorológica é de que os treinos classificatórios aconteçam sob pista seca.

Andrea Dovizioso afirmou que o grande problema da Yamaha é a falta de aderência traseira e que Quartararo é o único piloto capaz de obter bons resultados mesmo com esse problema. "O DNA da M1 é o mesmo de quando passei pela equipe Tech3, em 2012. A moto tem um potencial muito bom, mas os pontos negativos hoje são maiores que os positivos". Dovizioso disse que a fábrica entendeu o problema e percebeu que terá que trabalhar duro para resolvê-lo. O piloto disse ainda que recebeu um pedido de desculpas da equipe por ter chegado 29 segundos atrás do vencedor em Austin. "Espero que eles decidam tentar alguma mudança agressiva em algumas áreas, porque acho muito importante neste momento tentar algo assim. Não sei quando acontecerá, pois, demanda tempo para criar novas soluções" finalizou o italiano.

Foto/ MotoGP

Marquez *na frente no primeiro dia em Portugal*

Já Fabio Quartararo acredita que falta potência à M1. "Nos EUA nós perdíamos 0,5 segundo nas duas retas do circuito, se não fosse isso poderíamos até lutar pela vitória" comentou o francês.

Peco Bagnaia, da Ducati, foi ao chão e reclamou do tamanho das britas da área de escape, dizendo serem muito maiores que as de outras pistas e, por mais que seja uma queda leve, se a moto atingir essa área, ficará muito destruída. Já reclamamos no ano passado quando Jorge Martin caiu aqui, não é tão seguro para os pilotos" finalizou o italiano. Jorge Martin, que em 2021 sofreu um grave acidente em Portimão, deixando-o fora de vários GPs, mostrou que já espantou seus "fantasmas" ficando entre os cinco primeiros.

Na Moto3 o piloto brasileiro Diogo Moreira continua mostrando seu potencial e ficou com o segundo melhor tempo do dia. A prova da Moto3 acontece neste domingo às 7:20h e a da categoria MotoGP às 9:00h. A transmissão acontece pelos canais da FOX Sports e ESPN 4.

Circuito BB de Surfe destaca igualdade na premiação para homens e mulheres

A primeira etapa do Circuito Banco do Brasil de Surfe, que vale pontos para o World Surf League (WSL) Qualifying Series no país, está acontecendo até domingo, 24, na Praia da Ferrugem, em Garopaba, no litoral sul de Santa Catarina. O evento é realizado pela WSL com o patrocínio do Banco do Brasil e do BB Asset Management. Depois, segue para Salvador (Praia de Stella Maris – de 12 a 15 de maio) e Ubatuba (Praia de Itamambuca – de 25 a 28 de agosto). Um dos maiores destaques da competição é a igualdade na premiação para atletas homens e mulheres.

Prêmios com valores iguais para os surfistas, independentemente de gêneros, é uma bandeira que a World Surf League aplica em todas as competições que promove no mundo desde 2019, da elite mundial até as categorias de base. A WSL foi a primeira liga esportiva dos Estados Unidos (e uma das primeiras no mundo inteiro) a oferecer premiação igual para homens e mulheres. E a igualdade não é somente na premiação. Desde então, a Liga iniciou uma série de mudanças, incluindo ter as mulheres também competindo nas mesmas etapas do surfe masculino, em locais melhorados, com as mesmas condições e um aumento no investimento e no apoio ao surfe feminino.

Atrações na Praia da Ferrugem - Além de incentivar as categorias de base e fomentar campeões, o Circuito Banco do Brasil de Surfe tem várias atrações para o público e ações para uma vida mais sustentável: aulas de surfe com monitores especializados para diferentes níveis; empréstimo de pranchas com monitoria e até reparos rápidos de pranchas para atletas e moradores locais, futevôlei, beach tennis, vôlei de praia, aulas funcionais e yoga. Paralelamente, há grande rigor e controle na utilização de plástico.

Foi organizada uma coleta seletiva e procedimentos especiais para a gestão de resíduos, ou seja, todos os resíduos serão separados e enviados para cooperativas locais de reciclagem. E, em parceria com o Gaia Village, projeto ambiental com foco em sustentabilidade de Garopaba, haverá o plantio de mudas de espécies vegetais nativas da região.

Assim como já começou com a primeira etapa, em Garopaba – e se repetirá nas etapas de Salvador e de Ubatuba – a competição entre surfistas tem transmissão ao vivo no WorldSurfLeague.com e também pelo Aplicativo e canal no YouTube da World Surf League. Esta primeira etapa do Circuito Banco do Brasil de Surfe é realizada com o apoio da Prefeitura Municipal de Garopaba e da Rede Atlântida.

autojornal
o dia a dia motorizado

Prorrogadas inscrições do programa #JuntosPelaCultura

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo prorrogou para 28 de abril as inscrições do primeiro bloco do #JuntosPelaCultura2022, programa de difusão cultural gerido pela Amigos da Arte. No total serão investidos R$44 milhões no setor com foco no fomento à cultura do interior e litoral paulista.

São 16 chamadas públicas – nove para municípios, seis para artistas e uma para organizações da sociedade civil e coletivos culturais. O segundo bloco de inscrições começa nesta quarta-feira (20) e segue até 14 de maio.

"A cultura é um dos principais ativos de São Paulo. Gera 3,9% do PIB estadual e um milhão e meio de empregos diretos. Tem alto impacto na geração de inclusão e desenvolvimento e um vasto potencial de crescimento. É por isso que o Governo de São Paulo tem o maior conjunto de programas de fomento à cultura do Brasil em nível estadual e, mais uma vez, com um valor recorde. O valor de 2022 representa 4 vezes o que foi investido no ano passado, quando tivemos 12 chamadas públicas e R$10,64 milhões em recursos. Este ano o impacto econômico do programa está previsto em R$71 milhões, contra R$17,2 milhões de 2021", afirma o secretário de Cultura e Economia Criativa Sérgio de Sá Leitão.

Os interessados – prefeituras do estado de São Paulo e artistas – poderão se inscrever em um dos dois blocos de cadastro do programa. Organizações e coletivos devem se cadastrar no primeiro bloco. As inscrições são realizadas pelo site www.juntospelacultura.org.br

"Mais uma vez a Secretaria de Cultura do governo de São Paulo aposta no setor com uma política cultural que vai muito além de financiar projetos, o #JuntosPelaCultura tem um valor intrínseco de gerar oportunidades para o desenvolvimento de parcerias entre governo, municípios, organizações e artistas", afirma Danielle Nigromonte, diretora-geral da Amigos da Arte.

O #JuntosPelaCultura2022, parceria entre as secretarias de Cultura e Economia Criativa, Desenvolvimento Regional e prefeituras, retoma este ano os eventos presenciais, mas ainda manterá inscrições para as iniciativas no formato virtual. Serão viabilizadas cerca de 1500 ações culturais de mais de 250 municípios e 238 artistas, grupos e organizações culturais. O programa terá cotas exclusivas para propostas e projetos das regiões do Vale do Futuro (Vale do Ribeira), Viva o Vale (Vale do Paraíba), Sudoeste +10 e Pontal 2030.

Mais sobre o JuntosPelaCultura

O programa visa fomentar a produção, ampliar o acesso à arte e à cultura e, de forma simplificada, articular o estado, prefeituras e segmentos artísticos para a realização de ações culturais, eventos e atividades da economia criativa. Por meio de chamadas públicas, o Juntos Pela Cultura viabiliza parcerias para a execução dos principais programas de difusão cultural paulistas, com gestão da Amigos da Arte.

Desde 2019, o programa já contou com o lançamento de 25 chamadas públicas para municípios, para artistas e para organizações, com mais de 4 mil propostas inscritas. As seleções foram realizadas por júris especializados e comissões com maioria da sociedade civil, resultando em 1.977 projetos selecionados. Desses, 1.256 oriundos de prefeituras e 721 projetos de artistas, produtores culturais e organizações.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Todos os Tempos são de DEUS. Vereadores e vereadoras podem demonstrar ao Brasil e ao mundo que Verdadeiros Cristãos serão Salvos pela Graça do Pai - através do Juiz dos Juízes - o Cristo Jesus (por nossa Fé e não por nossas obras)

.

PREFEITURA (São Paulo)

Todos os Tempos são de DEUS. O prefeito Ricardo Nunes pode demonstrar ao Brasil e ao mundo que Verdadeiros Cristãos serão Salvos pela Graça do Pai - através do Juiz dos Juízes - o Cristo Jesus (por nossa Fé e não por nossas obras)

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Todos os Tempos são de DEUS. Deputados e deputadas podem demonstrar ao Brasil e ao mundo que Verdadeiros Cristãos serão Salvos pela Graça do Pai - através do Juiz dos Juízes - o Cristo Jesus (por nossa Fé e não por nossas obras)

.

GOVERNO (São Paulo)

Todos os Tempos são de DEUS. O governador Rodrigo pode demonstrar ao Brasil e ao mundo que Verdadeiros Cristãos podem ser Salvos pela Graça do Pai - através do Juiz dos Juízes - o Cristo Jesus (por nossa Fé e não por nossas obras)

.

CONGRESSO (Brasil)

Todos os Tempos são de DEUS. Deputados(as) e senadores(as) podem demonstrar ao Brasil e ao mundo que Verdadeiros Cristãos serão Salvos pela Graça do Pai - através do Juiz dos Juízes - o Cristo Jesus (por nossa Fé e não por nossas obras)

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Todos os Tempos são de DEUS, o presidente Bolsonaro pode demonstrar ao Brasil e ao mundo que Verdadeiros Cristãos serão Salvos pela Graça do Pai - através do Juiz dos Juízes - o Cristo Jesus (por nossa Fé e não por nossas obras)

.

PARTIDOS (Brasil)

Todos os Tempos são de DEUS, os donos das legendas podem demonstrar ao Brasil e ao mundo que Verdadeiros Cristãos serão Salvos pela Graça do Pai - através do Juiz dos Juízes - o Cristo Jesus (por nossa Fé e não por nossas obras)

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Todos os Tempos são de DEUS. Ministros do Supremo devem demonstrar ao Brasil e ao mundo que Verdadeiros Cristãos serão Salvos pela Graça do Pai, através do Juiz dos Juízes - o Cristo Jesus (por nossa Fé e não por nossas obras)

.

ANO 30

Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna **cesarneto.com** virou referência da liberdade possível. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista)

.

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

"Série Arte no Outono" traz grandes nomes da MPB no Auditório Claudio Santoro

O Secretário de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, Sérgio Sá Leitão, lançou, na quarta-feira 20 a "Série Arte no Outono – Campos: cores e cantos", com grandes nomes da Música Popular Brasileira, no Auditório Claudio Santoro, instituição do Governo de São Paulo, em Campos do Jordão (SP).

Ao todo serão dez espetáculos com ingressos a preços populares (R$ 80 inteira e R$ 40 meia). No dia 23/4 (sábado), às 19h, a abertura será com Paulinho da Viola & Família e, no dia 30/4 (sábado), sobe ao palco a cantora Maria Rita, no mesmo horário.

A Série Arte no Outono se dedicará a nomes representativos e icônicos da MPB, abrindo um espaço e um circuito de encontro de grandes artistas, de forma a valorizar e reconhecer esses artistas, as suas obras e as suas trajetórias, bem como as suas contribuições para a música brasileira.

Também está previsto para 2022 o lançamento da série Arte na Primavera, que acolherá espetáculos teatrais e de dança, já presentes no circuito cultural, com espetáculos que demonstrem a potência desses segmentos artísticos em nosso país. Ganha o público e ganham os artistas e profissionais do setor cultural.

"A Série Arte no Outono é uma iniciativa de difusão da música brasileira de qualidade, em especial da MPB. Estamos estimulando o turismo associado à cultura, com geração de emprego e renda em Campos do Jordão e na Serra da Mantiqueira", afirma o Secretário de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, Sérgio Sá Leitão. "Este ciclo no Outono vem para ficar, como foi o de Verão e, no segundo semestre, vamos lançar o ciclo de Primavera, com foco no teatro e na dança, para que tenhamos uma oferta cultural de qualidade e diversificada."

Localizado em um complexo de Mata Atlântica preservada, de paisagem exuberante, o Auditório Claudio Santoro é considerado um dos espaços de cultura e entretenimento mais importantes do Brasil e da América Latina. Com capacidade total de 814 lugares e 6 áreas para cadeirantes, o Auditório recebe apresentações como do tradicional "Festival de Inverno de Campos de Jordão". No mesmo complexo, também funciona o Museu Felícia Leirner, também do Governo de São Paulo.

Mais recentemente, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa criou o "Festival de Verão de Campos do Jordão", que teve sua primeira edição em 2022, com apresentações de música instrumental popular e clássica contemporânea, e foco na inclusão e diversidade. Seguindo esse conceito, a "Série Arte no Outono", contempla mais uma estação do ano e, passo a passo, a programação do Auditório Claudio Santoro vai sendo ampliada com atrações e políticas culturais qualificadas e inclusivas, ao longo de todo o calendário.

Mestre do samba

O primeiro espetáculo da Série, com Paulinho da Viola & Família, terá um formato inédito. Pela primeira vez o mestre do samba estará ao lado dos filhos, João e Beatriz Rabello, para cantar grandes sucessos como "Dança da solidão", "Coração leviano", "Pecado capital" e "Foi um rio que passou em minha vida", além de composições mais atuais como "Sempre se pode sonhar", título do álbum mais recente do artista que venceu Grammy Latino de 2021.

Parceria entre Prefeitura e Butantan para sequenciamento genômico completa um ano

A parceria entre a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), e o Instituto Butantan, para sequenciamento genético e análise genômica do vírus SARS-CoV-2 (responsável pela Covid-19) completa um ano, com mais de 15 mil amostras analisadas. O trabalho conjunto permitiu identificar precocemente a variante delta, em julho de 2021. O mesmo processo ocorreu com a ômicron, que é atualmente a cepa predominante nas análises realizadas na capital.

Nos últimos 12 meses foram encaminhadas ao Butantan entre 30% e 40% de amostras positivas de Covid-19 colhidas na atenção primária municipal. Ao todo, até 2 de abril, foram analisadas 15.459 amostras. Para o secretário municipal da saúde, Luiz Carlos Zamarco, o sequenciamento genético foi fundamental na tomada de decisões durante a pandemia.

"A identificação de novas cepas por meio do sequenciamento realizado pelo Butantan permitiu que pudéssemos agir com antecipação e de forma estratégica no combate à Covid-19. Quando percebemos a predominância da variante delta, aceleramos a vacinação na capital, preparamos a rede e isso nos permitiu que chegássemos ao atual momento, de maior controle da pandemia", disse.

Os testes positivos continuam sendo enviados ao Instituto Butantan para sequenciamento genético. Na semana epidemiológica 15, dos 4.048 testes rápidos de antígenos (TRA) realizados, 14 deram positivo. Em janeiro de 2022, essa média semanal chegou a 9.251 positivos, para 150.481 testes realizados em sete dias.

Camisinha na Folia disponibilizará preservativos gratuitos no Sambódromo

A campanha Camisinha na Folia, idealizada pela Coordenadoria de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)/Aids, da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), está de volta ao camarote da Prefeitura de São Paulo no Sambódromo do Anhembi, durante os desfiles das escolas de Samba do Carnaval 2022.

Na 20ª edição da campanha, 30 mil unidades serão distribuídas durante os quatro dias de evento, entre 21 e 24 de abril.

No camarote, um display será disponibilizado com camisinhas externas e internas, além de gel lubrificante. A ação visa conscientizar e disponibilizar meios de prevenção ao HIV e outras ISTs.

"O Carnaval é parada obrigatória no planejamento de nossas ações de prevenção, e é com muita alegria que retornamos às atividades no Sambódromo, depois de dois anos de pandemia. A campanha Camisinha na Folia é um lembrete da secretaria para os dias de festa", diz Cristina Abbate, coordenadora de IST/Aids da cidade de São Paulo.

Uma equipe da Coordenadoria estará no local durante os dias de desfiles das agremiações do grupo principal, uniformizada com a camiseta confeccionada especialmente para a ação.

Camisinha na folia

Data: até domingo (24) de abril;

Local: camarote da prefeitura no Sambódromo do Anhembi

Endereço: Av. Olavo Fontoura, 1209 - Santana

Governo do Estado inicia duplicação de mais um segmento da Rodovia Raposo Tavares

O governador Rodrigo Garcia acompanhou na sexta-feira (22), em Mairinque, o início das obras de mais um segmento de duplicação e modernização da Rodovia Raposo Tavares, na Região Metropolitana de Sorocaba. As intervenções recebem investimentos de R$ 140,6 milhões e serão viabilizadas pelo Programa de Concessões do Governo do Estado, com execução pela concessionária CCR ViaOeste e gerenciamento da Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo).

"Estamos iniciando uma grande obra de duplicação na Rodovia Raposo Tavares. Essa obra faz parte do esforço do Governo do Estado para a melhoria contínua desta importante rodovia que contribui para o desenvolvimento do nosso estado", disse Rodrigo Garcia.

As intervenções do km 67 ao km 86+900 incluem a duplicação de 20 quilômetros das pistas da Raposo Tavares, a canalização do córrego Varjão – entre os km 67 e 71 da rodovia – e a implantação de passarela de pedestres. Nesse trecho ainda haverá a construção de quatro dispositivos de acesso e retorno, garantindo segurança e fluidez ao tráfego para uma população de mais de 742,7 mil habitantes nas cidades de Sorocaba e Mairinque. A previsão de conclusão das obras é de 22 meses.

Também serão implantados dispositivos de segurança, como defensas metálicas e barreiras rígidas, além de novas sinalizações horizontal e vertical. As intervenções integram o pacote de modernização em andamento na SP-270 e também devem contribuir para a atração de novas empresas para a região, proporcionando desenvolvimento econômico e social para o entorno. As obras devem gerar 2.500 novos postos de trabalho diretos.

Ainda em relação à obra de duplicação da Rodovia Raposo Tavares, a Artesp já solicitou os estudos necessários e o desenvolvimento de projeto executivo para a inclusão de um dispositivo de acesso na altura do km 67, que não estava previsto no contrato original para a obra de duplicação.

A implantação consta num termo de aditivo assinado pelo governador e considera a elevação do fluxo da rodovia no trecho de acesso a Mairinque, além da implantação de duas obras de arte que permitirão a entrada e saída do município através da Avenida Mitsuke, na forma de transposição sob a rodovia.

As intervenções atuais integram uma lista de melhorias na rodovia Raposo Tavares, que foram iniciadas em abril de 2021. O primeiro conjunto de obras, a ser finalizado até dezembro deste ano, refere-se à duplicação da SP-270 no trecho entre o km 86+900 e o km 89+700, no bairro Brigadeiro Tobias, em Sorocaba.

Os trabalhos contemplam a construção de nova pista no sentido capital, com duas faixas de rolamento e acostamento pavimentado. O projeto inclui ainda a construção de novos viadutos no km 87+300, km 88+800, km 89+100 e 89+300, em paralelo às estruturas já existentes. Está prevista a implantação de nova alça, para possibilitar o retorno no dispositivo localizado no km 87+300. O investimento nesta primeira fase iniciada há cerca de um ano é de R$ 46 milhões.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Copom está pronto para enfrentar inflação maior, diz presidente do BC

O Banco Central (BC) está pronto para aumentar os juros mais do que o previsto caso a inflação seja maior ou mais persistente que o esperado, disse o presidente do órgão, Roberto Campos Neto. Em viagem aos Estados Unidos, ele repetiu que o Comitê de Política Monetária (Copom) deve elevar a taxa Selic (juros básicos da economia) para 12,75% ao ano na próxima reunião, em maio, mas deu a entender que ajustes adicionais podem ocorrer.

"O Copom avalia que o momento exige serenidade para avaliar o tamanho e a duração dos choques atuais. O comitê persistirá em sua estratégia até que o processo de desinflação e a ancoragem das expectativas em torno de suas metas se consolide", declarou Campos Neto em apresentação a investidores.

Com a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) no maior nível desde 1994, Campos Neto repetiu declarações recentes de que o BC está aberto a revisar o cenário de política monetária. Originalmente, estava previsto que o Copom elevaria os juros dos atuais 11,75% ao ano para 12,75% ao ano no próximo mês. Com a persistência da inflação, uma elevação adicional não está descartada para a reunião do Copom em junho.

"O Copom ressalta que seus futuros passos de política monetária poderão ser ajustados para garantir a convergência da inflação para suas metas e dependerá da evolução da atividade econômica, no balanço de riscos e nas expectativas e projeções de inflação para o horizonte relevante à política monetária", acrescentou Campos Neto, que está em Washington para reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do G20 (grupo das 20 maiores economias do planeta).

Guerra

Na apresentação, divulgada aos jornalistas, Campos Neto afirmou que a guerra entre Rússia e Ucrânia pode agravar as pressões sobre a inflação em todo o planeta. De acordo com ele, os preços estão sujeitos a sofrer efeitos, tanto países desenvolvidos como em desenvolvimento, estão sofrendo com os impactos econômicos do conflito.

Segundo ele, a guerra pode atrasar a transição para uma economia verde. Isso porque que diversos países têm de recorrer a combustíveis fósseis no curto prazo para suprir a falta do gás natural russo e à escassez de insumos dependentes do petróleo, como fertilizantes. (Agencia Brasil)

Inep divulga resultado de pedidos de isenção para o Enem 2022

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) divulgou na sexta-feira (22) os resultados dos pedidos de isenção para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Eles estão disponibilizados na Página do Participante.

As pessoas que tiveram os pedidos negados podem entrar com recurso. O procedimento deve ser feito entre a próxima segunda-feira (25) a sexta-feira da outra semana (29). Os resultados das análises dos recursos serão divulgados dia 6 de maio.

Puderam entrar com solicitação de isenção os que estão no último ano em escola pública, que fizeram todo o ensino médio em instituições públicas ou que cursaram o ensino médio como bolsistas integrais em escolas privadas.

Outra condição é que a família tenha renda per capita renda por cabeça menor do que o valor equivalente a um salário mínimo e meio. Têm direito também os alunos de famílias inscritas no Cadastro Único de programas sociais do governo federal.

Também foram divulgados os resultados das solicitações de quem conseguiu isenção para o Enem 2021, mas não fez a prova, procedimento denominado justificativa de ausência.

A concessão da isenção ou a aceitação da justificativa de ausência não garantem inscrição na prova. O aluno nessas situações deve realizar a inscrição na página do participante, de acordo com os requisitos apresentados no site do Inep. (Agencia Brasil)

Comitê da Câmara de Comércio Exterior aprova novas reduções de tarifas

Um conjunto de pleitos para a redução de tarifas de importação foi aprovado pelo Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério da Economia na quarta-feira (20). Os pedidos são para zerar o imposto de 15 itens para evitar desabastecimento no país e outros para baixar a 2%, de forma permanente, as alíquotas de 13 produtos na Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul.

Segundo o Ministério da Economia, as medidas ainda serão enviadas para apreciação dos demais membros do bloco, na Comissão de Comércio do Mercosul (CCM) e no Comitê Técnico N°1 – Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT-1).

"Os cortes incluem alíquotas de substâncias químicas utilizadas na produção de maquiagens e tinturas; corantes de cabelos; éter para fabricação de concreto; tintas para impressão; máquinas de café; raquetes de tênis e proteínas para indústria de alimentos. Os casos foram aprovados por recomendação do Comitê de Alterações Tarifárias (CAT) da Camex e serão encaminhados à Comissão de Comércio do Mercosul", detalhou a Camex.

Em outro voto, também conforme recomendação do CAT, o Gecex aprovou 13 pleitos de alterações permanentes na TEC, baixando para 2% alíquotas que hoje estão entre 10% e 16%. A medida inclui produtos químicos usados por diversos segmentos industriais, além de itens para bicicletas, eletroímãs, alho em pó, chapas, folhas e tiras de alumínio. Esses pleitos ainda deverão ser analisados pelo CT-1.

Na mesma reunião, o Gecex votou pela inclusão de mais um produto na chamada Lista Covid, com redução tarifária a zero para o medicamento Baricitinibe. No início deste mês, o Ministério da Saúde aprovou a incorporação deste fármaco para o tratamento da covid-19 no Sistema Único de Saúde (SUS). O composto é utilizado para tratamento de pacientes adultos com covid-19 hospitalizados que necessitam de oxigênio por máscara ou cateter nasal. (Agencia Brasil)

Ministra Rosa Weber será relatora de ação contra indulto a Silveira

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber foi sorteada para ser relatora da ação que pede a anulação do perdão de pena concedido pelo presidente Jair Bolsonaro ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), na quinta-feira (21).

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) foi protocolada no STF pelo partido Rede Sustentabilidade na sexta-feira (22). O partido pede que seja concedida liminar com a suspensão do decreto do presidente e posterior análise do caso pelo plenário do Supremo.

Na quarta-feira (20), Silveira foi condenado pelo STF a oito anos e nove meses de prisão, além de multa, pelos crimes de tentativa de impedir o livre exercício dos Poderes e coação no curso do processo.

A Corte julgou ação penal aberta em abril do ano passado contra o parlamentar, que virou réu e passou a responder ao processo criminal pela acusação de incitar à invasão da Corte e sugerir agressões físicas aos ministros. Os fatos ocorreram em 2020 e 2021, por meio das redes sociais. Silveira chegou a ser preso pela conduta, mas foi solto posteriormente.

Ao anunciar a decisão de perdoar a pena, Bolsonaro disse que é prerrogativa do presidente conceder indulto e defendeu que "a liberdade de expressão é pilar essencial da sociedade em todas as suas manifestações". "A graça de que trata este decreto é incondicionada e será concedida independentemente do trânsito em julgado da sentença penal condenatória", disse o presidente, em sua live semanal.

Na sexta-feira, em Porto Seguro (BA), Bolsonaro comentou a decisão de conceder o indulto a Daniel Silveira. "Ontem foi um dia importante para nosso país. Não pela pessoa que está em jogo ou por quem foi protagonista desse episódio, mas o simbolismo que temos mais que o direito, nós temos a garantia da nossa liberdade", declarou o presidente em evento para comemorar os 522 anos do descobrimento do Brasil. (Agencia Brasil)

Análise e concessão de benefícios poderão ser agilizadas pelo INSS

Com a publicação da Medida Provisória (MP) nº 1.113 em edição extra do Diário Oficial da União da quarta-feira (20), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pretende agilizar procedimentos de análise e concessão de benefícios por ele concedidos.

Entre as medidas previstas, está a dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal para requerimentos de auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), conforme detalhou o próprio órgão por meio de seu site. "A concessão poderá ser simplificada, incluindo a análise documental, feita com base em atestados e laudos médicos. Mais detalhes serão definidos em novos normativos em breve", informa o INSS.

A MP prevê também a instituição de novas atividades no Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (PRBI), com pagamento de tarefas extraordinárias aos médicos peritos, para reduzir o represamento de processos que dependem do exame médico pericial em benefícios previdenciários e assistenciais.

O INSS acrescenta que o pagamento de tarefas extraordinárias será devido aos peritos que realizarem exames além da meta ordinária em unidades de atendimento da Previdência Social com grande demanda por atendimentos médicos periciais, com prazo de agendamento superior ao limite legal.

Servidores que fizerem análise de requerimento inicial e de revisão de benefícios com prazo legal para conclusão já expirado também receberão por tarefas extraordinárias. A expectativa é que mais de 800 mil agendamentos de perícia médica poderão ser objeto do atendimento extraordinário.

Auxílio-acidente

A MP inclui, ainda, o auxílio-acidente na lista de benefícios passíveis de revisão periódica mediante exame médico pericial. Segurados que recebem auxílio-acidente também estarão obrigados a se submeter a exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação profissional ou tratamento.

"Desse modo, o auxílio-acidente passa a receber mesmo tratamento já dado ao auxílio por incapacidade temporária e à aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez)", informa o INSS.

Recursos

A MP altera também o fluxo dos recursos administrativos nos casos em que o segurado não concorda com a avaliação médico-pericial. 'Agora, quando o pedido de recurso envolver matéria relacionada a avaliação médica, esse será analisado diretamente pela Subsecretaria da Perícia Médica Federal, por autoridade superior àquela que realizou o exame pericial inicial", detalha o instituto.

O INSS acrescenta que essa mudança otimizará a atuação do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), colegiado ao qual cabe julgar os recursos administrativos dos segurados contra decisões da autarquia. (Agencia Brasil)

Dólar sobe 4% e fecha a R$ 4,80 em dia de tensão externa e interna

O mercado financeiro teve um dia de pânico após a volta do feriado. O dólar subiu 4% e teve a maior alta para um único dia desde o início da pandemia de covid-19, em março de 2020. A bolsa de valores teve a maior queda diária desde novembro e registrou a pior semana em seis meses.

O dólar comercial encerrou a sexta-feira (22) vendido a R$ 4,805, com alta de R$ 0,185 (+4%). A alta só não foi maior porque o Banco Central (BC) interveio no câmbio, vendendo US$ 571 milhões das reservas internacionais no fim da tarde. Na máxima do dia, por volta das 16h, a cotação chegou a R$ 4,83. Essa foi a maior alta diária desde 16 de março de 2020.

O real liderou a desvalorização entre as principais moedas globais nesta sexta-feira. A divisa, que acumulava queda em abril, passou a registrar alta de 0,92% no mês. Em 2022, a moeda norte-americana acumula recuo de 13,82%.

O mercado de ações teve um dia de perda. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 111.078 pontos, com queda de 2,86%. Em queda por cinco sessões seguidas, o indicador está no nível mais baixo desde 15 de março. Na semana, a bolsa brasileira caiu 4,67% e teve a maior perda semanal desde a terceira semana de outubro.

O dia foi marcado por tensões tanto no cenário externo como interno. No mercado internacional, as indicações de que o Federal Reserve (Fed) será mais agressivo no aumento dos juros nos Estados Unidos aumentou a demanda por dólares em todo o planeta. Na sexta-feira, o presidente do Fed, Jerome Powell, confirmou que o órgão elevará os juros básicos da maior economia do planeta em 0,5 ponto na próxima reunião, no início de maio.

Juros mais altos em economias avançadas estimulam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil. Durante a semana, um dos dirigentes regionais do Fed disse apoiar um aumento de 0,75 ponto na próxima reunião do órgão.

No mercado interno, as incertezas políticas após a concessão de indulto para o deputado federal Daniel Silveira e o pedido de vistas coletivo do Tribunal de Contas da União (TCU) em relação à privatização da Eletrobras impactaram as negociações. As ações da companhia de eletricidade caíram mais de 4% na sexta-feira. (Agencia Brasil)

Campanha alerta sobre a relação entre a ansiedade e a tontura

Com o slogan Tontura é Coisa Séria, a Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial (ABORL-CCF) discute, no Dia Nacional da Tontura, celebrado na sexta-feira (22), a relação entre a ansiedade e a tontura.

Problema que acomete cerca de 30% da população mundial, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), e afeta principalmente as mulheres, por causa dos seus ciclos hormonais, a tontura pode ser um indicador de problemas mais graves, como um acidente vascular cerebral (AVC).

"A tontura ou a falta de equilíbrio e de orientação espacial pode ser uma coisa séria. Então é sempre importante averiguar o que está acontecendo porque existem muitos fatores responsáveis pela tontura. Por exemplo, uma tontura aguda, com uma vertigem, onde tudo roda, com náuseas, vômitos e em que não se consegue parar em pé pode ser um sintoma de AVC", disse Jeanne Oiticica, do Departamento de Otoneurologia da associação, em entrevista à Agência Brasil. "A tontura precisa ser investigada sempre para a gente entender [o que a está provocando] já que ela é um aviso que o corpo está dando de que as coisas não estão equilibradas".

Ansiedade

A tontura também pode estar relacionada à ansiedade, problema que se agravou durante a pandemia do novo coronavírus. "Os problemas podem ser os mais diversos possíveis. Pode, por exemplo, ser um problema hormonal, metabólico, soltura dos cristais dentro do ouvido ou ansiedade, estresse, depressão", disse Jeanne.

Dados da OMS sinalizam que, no primeiro ano da pandemia, a ansiedade e a depressão cresceram 25% em todo o mundo. "A campanha de 2022 da associação aborda a relação e a influência da ansiedade com a tontura. Diante do período de isolamento social e o convívio diário com a pandemia, as dificuldades emocionais se agravaram e percebemos que quadros de pacientes com ansiedade e tontura se tornaram mais frequentes em consultório nos últimos dois anos", disse em nota Guilherme Paiva Gabriel, otorrinolaringologista da ABORL-CCF e coordenador da Campanha da Tontura.

Jeanne alerta que a própria covid-19 pode provocar tonturas. "A própria contaminação pela covid-19 também favorece o aparecimento da tontura porque ela é uma doença trombótica, inflamatória e que pode acometer diversos sistemas. Da mesma forma que teve paciente que perdeu o olfato, teve paciente que ficou tonto ou que adquiriu o zumbido depois da covid-19", disse ela.

Limitações

Presente em 42% da população adulta de São Paulo, segundo estudo publicado pela Revista Brasileira de Otorrinolaringologia, a tontura, por muitas vezes, não costuma ser um motivo para pacientes buscarem auxílio médico. Mas, em alguns casos, ela pode trazer limitações e impactar na qualidade de vida. Por isso, quando os episódios forem frequentes, a pessoa deve sempre procurar um otorrinolaringologista.

"Toda vez que o paciente tem tontura, isso indica assimetria do sistema. O sistema de equilíbrio é como os dois pratos de uma balança. Eles devem estar alinhados, na mesma altura. Se um prato está mais para baixo e, o outro, mais pra cima, isso gera tontura. Então é importante avaliar", disse Jeanne. "Às vezes você se levanta rapidamente e deu uma tonturinha, coisa de segundos. Isso passou e nunca mais aconteceu. Mas se é uma coisa que se repete, esse é um sinal que o corpo está dando de que a pessoa precisa procurar ajuda". (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Viver Incorporadora e Construtora S.A.
Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF 67.571.414/0001-41 - NIRE 35.300.338.421
Companhia Aberta

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Emissão

Ficam convocados os titulares das Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão de Viver Incorporadora e Construtora S.A. - Em Recuperação Judicial ("Emissora" para a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") que será realizada, em primeira convocação, em 13/05/2022, às 10h, de modo parcialmente digital, presencialmente na sede do Agente Fiduciário na Avenida Cardoso de Melo, nº 1.184, Cj. 91, Vila Olimpia, São Paulo/SP, e por meio de sistema eletrônico, a distância, conforme informações gerais abaixo indicadas, para deliberar sobre: **(i)** ratificação da venda dos imóveis objeto das Matrículas nº 1.876, nº 1.877 e nº 1.878 do Oficial de Registro, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Votuporanga/SP ("Imóveis"), conforme que consta no Contrato de Compromisso de Venda e Compra de 18/04/2022; e **(ii)** ratificar a autorização para que o Agente Fiduciário possa, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, adotar e praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações do Comitê de 18/04/2022, em especial assinar contratos, escrituras e documentos para concretizar e aperfeiçoar o compromisso e a venda do Imóvel; **(iii)** autorização para que o Agente Fiduciário possa: (a) praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas; e (b) celebrar quaisquer eventuais contratos, aditamentos, conforme o caso, e realizar todos os atos societários necessários à implementação das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas; e, **(iv)** outros assuntos de interesse da comunhão de Debenturistas. **Informações Gerais:** 1. Observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, os Debenturistas deverão encaminhar até o dia útil anterior à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ao Agente Fiduciário, para o e-mail agente@limaedtvm.com.br cópia dos seguintes documentos: (a) documento de identidade do representante legal ou procurador; (b) caso o Debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas e seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais; (c) caso o Debenturista seja pessoa jurídica, documentos de representação, incluindo contrato social e/ou estatuto social e demais documentos de eleição dos diretores/administradores, devidamente atualizados, obedecidas as condições legais. 2. No dia da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas deverão se apresentar no local acima indicado com 30 (trinta) minutos de antecedência munidos de documento de identidade e dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail. 3. Alternativamente, o Agente Fiduciário disponibiliza sistema eletrônico para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas. 4. A participação e votação dos Debenturistas remotamente se dará por meio da plataforma digital Zoom Meeting ("Plataforma"), devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via Zoom Meeting, os Debenturistas interessados devem entrar em contato com o Agente Fiduciário no e-mail agente@limaedtvm.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital), indicados no item 1 das Informações Gerais deste Edital de Convocação, em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da Plataforma. O acesso via Plataforma estará restrito aos Debenturistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Debenturistas Credenciados"). 4.1 Por questões operacionais, recomenda-se que os Debenturistas que tiverem interesse em participar da Assembleia Geral de Debenturistas via Plataforma, enviem e-mail e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia Geral de Debenturistas os Debenturistas que o fizerem em até 30 (trinta) minutos do horário estipulado para a abertura dos trabalhos. 5. A alternativa à participação via Plataforma é a participação presencial. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia Geral de Debenturistas serão remetidos aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e documentos na forma referida acima. 6. Os Debenturistas Credenciados que participarem via Plataforma de acordo com as instruções do Agente Fiduciário serão considerados presentes à Assembleia Geral de Debenturistas, e assinantes da ata e do livro de presença, que se fará através da Plataforma ou Clicksign. 7. Informações complementares sobre as regras e procedimentos de participação via Plataforma, encontram-se disponível na rede mundial de computadores do Agente Fiduciário (www.limaedtvm.com.br), na sua página na rede mundial de computadores da Emissora (www.viverinc.com.br) e na página da rede Emissora na CVM (www.cvm.gov.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 19/04/2022. Limine Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1055030-86.2020.8.26.0100** OAI MM. Juiz(a) de Direito da 18ª Vara Cível,do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,Dr(a).Felipe Poyares Miranda,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) ANELISE MARCHM MARQUES,Advogado,RG 8.867.225,CPF 074.762.528-02,Nascido/Nascida 21/02/1984,com endereço à ALAMEDA DAS SIBIRRUNAS,811,CHAMONIX,CEP 13057-610,Italia-SP,que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Alternative Assets I, alegando em síntese: referente ao Instrumento Particular de Cessão de Créditos, Sem Coobrigação, Direitos, Obrigações e Outras Avenças para cobrança de R$ 7.922.267,54 (junho/2020). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, fê determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de abril de 2022. **(2/2B)**

OMAHA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. – CNPJ: 29.447.641/0001-70 – **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS VIRTUAL.** Nos termos da Cláusula Sétima, do Contrato Social da sociedade empresária OMAHA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n. 29.447.641/0001-70, com seus atos arquivados sob o NIRE 3523173546-3, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, com sede na Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.726, 2º Andar, conj. 221 e 223, bairro Bela Vista, Nova Conceição, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.543-000 ("OMÁHA"), convocam-se os Senhores Sócios da OMAHA, para Reunião de Sócios a realizar-se por meio digital, no dia 29 de abril de 2022, às 10 horas, em segunda convocação, por meio da seguinte plataforma: Teams, Meeting ID:https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Yjg1Mjc4NjItY2NmNy00YWVhLWFiM2EtY2R1YTE3Y2ZkMDMw%40thread.v2@thread.v2?context=%7b%22Tid%22%3a%225a2b4945-a835-496ba6fc9b6f2ec6ebcd%22%2c%22Oid%22%3a%2222bd8f7712-b71d-4d8d-8787-30b513b97cb%22%7d. A presente Reunião de Sócios terá, como ordem do dia:a) examinar e aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras da sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e b) deliberar sobre a destinação dos resultados apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.Os senhores Sócios que não poderem comparecer à reunião, poderão manifestar-se por escrito, por meio de voto à distância, conforme boletim de Voto à distância, disponível emhttps://www.dropbox.com/s/rhaiufyqws4a847/OMAHA%20-%20Boletim%20de%20Voto%20a%20Distancia%20-%2025%2C%AA%20Convocat%C3%A7%C3%A3o%20-2022.pdf?dl=0, e para tanto este deverá estar devidamente preenchido e assinado pelo de Sócio e a quantidade de quotas com direito a voto que possui; (b) todas as matérias constantes na ordem do dia e seu voto; e (c) quaisquer manifestações da ordem do dia, com a indicação de seu nome completo, que deverão ser enviados para o e-mail, acima indicado, ou por qualquer outro meio idôneo para o e-mail:fabio.arruda@advisia.com em até 5 (cinco) dias antes da data de realização da Reunião de Sócios. Os senhores Sócios poderão se fazer representar por Procurador, desde que apresentação de instrumento de mandato, que poderá ser enviado para o e-mail, acima indicado, ou por qualquer outro meio idôneo mediante protocolo. São Paulo/SP, 20 de abril de 2022. Convocação pelo administrador da OMAHA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA., Fábio Moreira Martins Arruda.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO - FORO REGIONAL I - SANTANA - 5ª VARA CÍVEL
Av. Engenheiro Caetano Alvares, 594, 2º andar, sls 224 e 225, Limão - CEP: (11) 3951-2525, São Paulo-SP
- Email: santanafoc@tjsp.jus.br. **Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS

Processo Digital nº: **4001141-32.2013.8.26.0001**
Classe: Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários**
Exequente: **Banco do Brasil do Rio Grande do Sul S.A.**
Executado: **Antonio Vilela Placido**
O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Juliana Crespo Dias, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a ANTONIO VILELA PLACIDO, Brasileiro, Casado, Aposentado, CPF: 276.089.218-20, que foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., objetivando o recebimento da quantia de R$ 97.771,71 (abril/2017), referente ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida nº 20080460301950500000,59, com vencimento final em 04/11/2010. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado. Fica também intimado no prazo de 15 dias, para, querendo embargar a execução, podendo, ainda no prazo dos embargos, reconhecer o débito e comprovar o depósito de 30% do valor em execução (acrescido de custas e honorários de advogados) e requer o parcelamento em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (art. 916 do CPC), sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de abril de 2022.

vivo LEILÕES ON LINE FRAZÃO LEILÕES
Data: 27 de abril de 2022 às 14h00
APARELHOS CELULARES DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS
CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO
OBS: TODOS OS LOTES SÃO USADOS E SUCATA, SEM GARANTIA DE TROCA/FUNCIONAMENTO.
Informações pelo telefone: 11- 3550-4066, pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.FrazaoLeiloes.com.br
Carlos Eduardo Luis Campos Frazão JUCESP nº 751

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004157-35.2019.8.26.0001 A MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Gislaine Maria de Oliveira Corrado, na forma da Lei, etc. Faz saber a Lauro Antonio dos Santos, brasileiro, RG. Nº. 13.523.094 e CPF 36.257.398-01 e Joselina Goes da Silva, brasileira, RG. 19.852.417 e CPF 106.536.618-81 que, nos autos do Cumprimento de Sentença, requerido por Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo - CDHU, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, CITADOS, para que no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetuarem o pagamento da importância de R$ 9.560,50, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Ficam cientes, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem nos próprios autos, sua impugnação. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de abril de 2022.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A) - CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 31ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A. SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA ISEC BRASIL SECURITIZADORA S.A A PARTIR DE 01/09/2017)

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 31ª Série da 1ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** *(nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.)*, com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI" "Titulares dos CRI", "Emissão" e "Emissora" respectivamente), a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, nos termos das cláusulas 14.2, em especial a cláusula 14.15, do Termo de Securitização dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 29ª, 30ª e 31ª Séries, celebrado em 28 de dezembro de 2016, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em **primeira convocação** para Assembleia Geral de Titulares de CRI, a realizar-se no **dia 16 de maio de 2022 às 15h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams** ("Assembleia"), conforme Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** avaliar o pedido apresentado pela Ginco Urbanismo Ltda. ("Devedora") datado de 11 de abril de 2022 a Emissora, para aditamento de o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação e de titulares de CRI que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um do valor total dos CRI em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, conforme cláusula 14.5 do Termo de Securitização, e conforme deliberado na Assembleia Geral de Titulares de CRI realizada em 08 de abril de 2019. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora aqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagono.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular dos CRI poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondência de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes; Conforme art. 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de abril de 2022.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - *(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)*

ACEF S.A.

CNPJ/ME nº 46.722.831/0001-78

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração: Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras Resumidas da ACEF S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. **AVISO:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em sua íntegra, acompanhados do relatório do auditor independente e o relatório de administração, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/ e b) https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/.

Balanços patrimoniais

Ativo	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante	**54.630**	**34.939**	**186.082**	**128.477**
Caixa e equivalentes de caixa	27.169	12.688	130.704	61.987
Contas a receber	21.793	19.773	47.258	47.347
Dividendos a receber	2.137	-	-	-
Tributos a recuperar	2.505	1.152	4.353	2.488
Outros créditos	1.026	1.326	3.767	16.655
Não circulante	**720.453**	**662.143**	**961.193**	**913.852**
Contas a receber	1.528	3.095	5.384	4.501
Adiantamentos para futuro investimento	43.109	91.987	-	-
Depósitos judiciais	2.685	1.976	5.546	4.748
Outros créditos	6.077	4.925	20.093	16.129
Tributos diferidos	24.981	18.885	39.353	34.152
Investimentos	552.561	470.353	42	42
Imobilizado, líquido	11.358	10.070	63.413	53.422
Direito de uso	77.760	60.209	237.939	195.774
Intangível, líquido	394	643	589.423	605.084
Total do ativo	**775.083**	**697.082**	**1.147.275**	**1.042.329**

Passivo	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante	**131.648**	**154.447**	**190.610**	**206.025**
Empréstimos e financiamentos	-	-	91	215
Debêntures	64.846	130.935	64.846	130.935
Fornecedores	6.355	5.928	11.851	12.012
Obrigações com partes relacionadas	-	-	419	325
Obrigações trabalhistas	9.100	7.652	22.999	20.048
Obrigações tributárias	2.865	2.926	22.964	17.494
Dividendos a pagar	21.950	-	21.950	-
Adiantamentos de clientes	3.932	3.185	7.653	6.532
Passivo de arrendamento	4.731	3.821	16.561	14.570
Obrigações por aquisição de participações societárias	17.864	-	20.533	2.562
Receita diferida	-	-	722	1.332
Outras contas a pagar	5	5	21	-
Não circulante	**530.145**	**495.196**	**843.375**	**788.865**
Empréstimos e financiamentos	-	-	11	102
Debêntures	324.797	385.040	324.797	385.040
Obrigações com partes relacionadas	427	4.349	-	-
Obrigações tributárias	-	-	112.143	121.195
Tributos diferidos	-	68	17.145	17.523
Provisão para demandas judiciais	9.361	7.851	21.724	19.739
Passivo de arrendamento	81.400	62.157	243.166	196.026
Obrigações por aquisição de participações societárias	18.692	35.031	18.692	37.588
Adiantamento para futuro aumento de capital	93.750	700	93.750	700
Receita diferida	-	-	10.230	10.952
Outras contas a pagar	1.718	-	1.717	-
Patrimônio líquido	**113.290**	**47.439**	**113.290**	**47.439**
Capital social	30.200	30.200	30.200	30.200
Reservas de lucros	83.090	17.239	83.090	17.239
Total do passivo e patrimônio líquido	**775.083**	**697.082**	**1.147.275**	**1.042.329**

Demonstrações do resultados

	Controladora 2021	Controladora 2020 (Reapresentado)	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Reapresentado)
Receita líquida	230.961	234.648	483.788	502.474
Custo dos serviços prestados	(104.605)	(114.841)	(242.541)	(252.276)
Lucro bruto	126.356	119.807	241.247	250.198
(Despesas) e receitas operacionais:				
Despesas gerais e administrativas	(34.751)	(41.328)	(94.982)	(122.401)
Resultado de equivalência patrimonial	35.466	20.667	-	-
Outras receitas, líquidas	685	237	2.657	675
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	127.756	99.383	148.922	128.472
Receitas financeiras	1.415	2.113	13.450	3.945
Despesas financeiras	(46.466)	(47.362)	(73.379)	(75.739)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	82.705	54.134	88.993	56.678
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(1.068)	(337)	(6.771)	(2.064)
Diferido	6.164	7.196	5.579	6.378
Lucro líquido do exercício	87.801	60.993	87.801	60.993
Média ponderada das ações				
no exercício	400.182	400.182		
Lucro básico e diluído por ações em reais	219,40	152,41		

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Retenção de lucros	Reserva legal	Reservas de lucros reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**30.200**	**4.851**	**6.040**		**10.891**	**41.091**
Lucro líquido do exercício	-	-	-		60.993	60.993
Destinação do resultado do exercício						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-		(15.248)	(15.248)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-		(39.397)	(39.397)
Retenção de lucros	-	6.348	-	6.348	(6.348)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**30.200**	**11.199**	**6.040**	**17.239**	-	**47.439**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	87.801	87.801
Destinação do resultado do exercício						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(21.950)	(21.950)
Retenção de lucros	-	65.851	-	65.851	(65.851)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**30.200**	**77.050**	**6.040**	**83.090**	-	**113.290**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Das atividades operacionais	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**82.705**	**54.134**	**88.993**	**56.678**
Resultado de equivalência patrimonial	(35.466)	(20.667)	-	-
Depreciação e amortização	2.955	3.046	26.967	29.121
Amortização do direito de uso	5.836	4.925	19.944	17.069
Amortização do custo de captação	452	815	452	815
Encargos financeiros sobre financiamentos	-	1.340	32	2.932
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	1.525	1.505	1.632	1.648
Juros de debêntures	24.498	23.032	24.498	23.032
Juros sobre arrendamento mercantil	8.140	6.853	24.813	20.658
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	441	38	952	(763)
Provisão para demanda judicial	719	1.538	761	(4.637)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.496	12.314	19.917	39.264
Baixa de imobilizado e intangível	-	10	416	285
Receita diferida sobre venda de imóvel	-	-	(1.332)	(722)
Baixa por descontinuidade de arrendamento	(43)	(8)	(138)	16
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa	**98.258**	**88.875**	**207.907**	**185.396**
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber	(7.390)	(13.331)	(21.663)	(34.386)
Depósitos judiciais	(709)	585	(798)	1.500
Tributos a recuperar	(1.353)	(122)	(1.865)	(376)
Outros créditos	149	8.094	10.446	4.457
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	427	2.818	(161)	(36.075)
Obrigações trabalhistas	1.448	(2.176)	2.951	(8.288)
Obrigações tributárias	39	(549)	(6.451)	(6.153)
Adiantamentos de clientes	747	1.965	1.121	405
Outras contas a pagar	1.512	(41)	1.440	(18.982)
	93.128	**86.118**	**192.927**	**87.498**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.168)	(343)	(3.902)	(2.352)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**91.960**	**85.775**	**189.025**	**85.146**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Resgate de aplicações financeiras restritas	-	-	-	915
Dividendos recebidos de controladas	-	7.000	-	-
Aumento de investimento em controladas	-	-	-	-
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	-	(3.780)	(2.557)	(6.269)
Aquisição Braz Cubas, líquido de caixa adquirido	-	(22.677)	-	(22.328)
Aquisição de imobilizado	(3.751)	(663)	(19.756)	(11.892)
Aquisição de intangível	(243)	(445)	(1.957)	(1.054)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(3.994)**	**(20.565)**	**(24.270)**	**(40.628)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	-	(54.645)	-	(54.645)
Pagamento de principal e encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	(31.340)	(247)	(62.928)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	30.000	-	30.000
Captação de debêntures	-	233.700	-	233.700
Pagamento de principal e encargos financeiros de debêntures	-	(151.282)	(118.976)	(151.282) (118.976)
Pagamento de principal e encargos sobre passivo de arrendamento	(11.331)	(8.385)	(37.653)	(26.886)
Partes relacionadas	89.128	(103.916)	93.144	8.916
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(73.485)**	**(53.562)**	**(96.038)**	**9.181**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**14.481**	**11.648**	**68.717**	**53.699**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	12.688	1.040	61.987	8.288
No fim do exercício	27.169	12.688	130.704	61.987
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**14.481**	**11.648**	**68.717**	**53.699**

Demonstrações do resultados abrangentes

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	87.801	60.993	87.801	60.993
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**87.801**	**60.993**	**87.801**	**60.993**

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder exercido em relação à controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis sejam alinhadas com as da Companhia utilizando práticas contábeis consistentes. Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada são incluídos no resultado do exercício. **3. Avaliação das informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora pertençam a um público diverso, e entregues em ambientes diferentes como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social estão relacionadas a seguir: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisões para demandas judiciais - A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas são diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final. Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais. Tributos - Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, tributos e taxas, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e

Demonstração do resultado por exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Controladora Original	Controladora Ajuste	Controladora Reapresentado	Consolidado Original	Consolidado Ajuste	Consolidado Reapresentado
Receita Líquida	234.648	-	234.648	502.474	-	502.474
Custo dos serviços prestados	(107.338)	(7.503)	(114.841)	(235.362)	(16.914)	(252.276)
Lucro Bruto	**127.310**	**(7.503)**	**119.807**	**267.112**	**(16.914)**	**250.198**
(Despesas) e receitas operacionais	(28.754)	8.330	(20.424)	(138.993)	17.267	(121.726)
**Luc

BAUMER S.A.

CNPJ nº 61.374.161/0001-30

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - EM MILHARES DE REAIS

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à Sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Baumer S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes. **a.** O lucro operacional foi de R$ 13,9 milhões, representando 11,04% do faturamento bruto e 12,38% sobre o patrimônio inicial de R$ 112,2 milhões. O resultado da equivalência patrimonial positiva foi de R$ 3.246 mil, totalizando R$ 17,1 milhões de lucro total. **b.** O lucro líquido por lote de 1.000 (MIL) ações foi de R$ 1.417,36. **c.** Foram feitos investimentos da ordem de R$ 4,2 milhões na aquisição de máquinas e equipamentos industriais. **d.** O engajamento dos funcionários é fator relevante para a manutenção do bom desempenho do nosso modelo de negócio. Entendemos que quanto mais os funcionários estiverem aderentes e alinhados à cultura e às diretrizes da companhia, mais qualificados serão as entregas e, consequentemente, mais consistentes serão os resultados. **e.** A Baumer continua implementando medidas com o objetivo de tornar sua estrutura mais leve e sua forma de atuação cada vez mais ágil, para poder responder rapidamente às necessidades/demanda dos clientes interno e externo. **f.** Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento alcançaram R$ 5,7 milhões que correspondeu a 5,13% da nossa receita líquida, demonstrando a preocupação constante com a inovação e desenvolvimento de novos produtos. **g.** A Baumer S.A. preza por seu comprimisso na adoção de uma postura e ações éticas que assegurem o desenvolvimento econômico de forma sustentável, sem perda da qualidade de vida de seus clientes interno e externos, criando novos produtos, inovando em suas ações e sempre priorizando a qualidade e o respeito ao meio ambiente, tratando como valores essenciais de sua marca. **h.** Atendendo ao disposto na Instrução C.V.M. nº 381 informamos que a Baumer S.A. e empresas controladas, não incorreram em outros gastos com Holder Auditores Independentes S/S - EPP, além dos serviços de auditoria para exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **i.** Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, fornecedores, representantes, acionistas, instituições financeiras e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como a dedicação, o comprometimento e o esforço de nossas equipes pela dedicação e profissionismo em superar as metas e desafios estabelecidos. Mogi Mirim, 30 de março de 2022

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Disponibilidade	4	12.592	16.453	12.982	16.866
Aplicações financeiras	4	23.386	10.150	31.010	14.765
Contas a receber de clientes, líquido	5	41.084	34.012	36.127	33.062
Estoques	6	36.246	34.291	50.086	49.693
Impostos a recuperar		20.429	9.237	20.926	9.759
Outras contas a receber		4.870	3.852	5.099	4.027
Dividendos a receber		4.519	1.243	284	548
Despesas antecipadas		992	966	1.036	1.233
Total do Circulante		144.118	110.204	157.550	129.953
Não Circulante					
Realizável a longo prazo		32.941	43.431	35.922	49.317
Empresas relacionadas	14	10.599	18.009	13.153	21.964
Outros créditos		22.342	25.422	22.769	27.353
Ativo permanente		41.534	42.573	34.659	35.261
Investimentos, líquido	7	17.877	18.498	3.436	3.436
Imobilizado, líquido	8	22.247	22.651	29.811	30.396
Intangível, líquido	8	1.410	1.424	1.412	1.429
Total Não Circulante		74.475	86.004	70.581	84.578
Total do Ativo		218.593	196.208	228.131	214.531

Passivo	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	6.112	5.296	6.199	6.378
Fornecedores	9	8.832	8.596	9.068	9.562
Impostos e contribuições sociais		1.216	2.608	1.511	2.817
Salários e encargos sociais		2.019	1.862	2.396	2.175
Empresas relacionadas		373	406	0	1.861
Dividendos e juros s/capital próprio		3.964	4.825	2.747	6.307
Contas a pagar e outras provisões		32.970	30.343	36.885	33.444
Imposto de renda e contribuições sociais		–	647	305	928
Total do Circulante		55.486	54.583	59.111	63.472
Não Circulante					
Passivo exigível a longo prazo		36.209	29.403	37.297	29.808
Empréstimos e financiamentos	10	14.309	12.227	15.392	12.331
Impostos e contribuições sociais diferidos		1.867	1.867	1.868	1.868
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas		19.014	14.401	19.014	14.701
Outras contas a pagar	24	1.019	908	1.023	908
Total do Não Circulante		36.209	29.403	37.297	29.808
Patrimônio Líquido					
Capital Social	11	41.000	41.000	41.000	41.000
Reserva de Capital		212	212	212	212
Reservas de Lucros	12	81.990	67.314	85.314	68.171
Ajuste de avaliação Patrimonial		3.696	3.696	3.696	3.696
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		126.898	112.222	130.222	113.079
Participação dos acionistas não controladores				1.501	8.172
Total do Patrimônio Líquido		126.898	112.222	131.723	121.251
Total do Passivo		218.593	196.208	228.131	214.531

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita Operacional Bruta					
Vendas e serviços	20	125.774	157.801	151.814	186.537
Impostos incidentes sobre vendas		(15.219)	(21.857)	(17.994)	(23.564)
Receita Operacional Líquida	**16**	**110.555**	**135.944**	**133.820**	**162.973**
Custos dos produtos e serviços vendidos		(53.378)	(71.764)	(58.660)	(81.435)
Lucro Bruto		**57.177**	**64.180**	**75.160**	**81.538**
Receitas (Despesas) Operacionais					
Comerciais	19	(19.794)	(24.779)	(29.384)	(32.373)
Administrativas	19	(21.098)	(18.672)	(27.088)	(25.628)
Pesquisa e desenvolvimento	19	(5.674)	(4.386)	(5.674)	(4.386)
Tributária	19	(5.651)	–	(5.665)	(58)
Resultado de participação societária		3.246	3.356	(363)	210
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	7.367	(1.938)	4.886	(2.033)
Total das despesas operacionais		(41.594)	(46.419)	(63.288)	(64.268)
Receitas (Despesas) Financeiras					
Receitas financeiras	17	16.169	16.851	16.520	17.173
Despesas financeiras	17	(12.546)	(13.624)	(12.816)	(13.865)
Despesas de variação cambial		–	–	(2.147)	648
Total das despesas financeiras		3.623	3.227	1.557	3.956
Lucro Operacional		**19.206**	**20.988**	**13.429**	**21.226**
Imposto de renda e contribuição social		(2.070)	(3.670)	(3.297)	(4.795)
Lucro Líquido antes das Participações		**17.136**	**17.318**	**10.132**	**16.431**
Lucro atribuído aos acionistas não controladores		–	–	–	–
Lucro Líquido do Exercício	**13**	**17.136**	**17.318**	**10.132**	**16.431**
Lucro líquido atribuível às ações preferenciais		8.568	8.659	5.066	8.216
Lucro líquido atribuível às ações ordinárias		8.568	8.659	5.066	8.216
Lucro por ações					
Preferenciais		1,75	1,77	1,03	1,68
Ordinárias		1,75	1,77	1,03	1,68
Quantidade de ações (mil)					
Preferenciais		4.900.000	4.900.000	4.900.000	4.900.000
Ordinárias		4.900.000	4.900.000	4.900.000	4.900.000

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
1 - Receitas	**140.572**	**155.057**	**166.280**	**183.811**
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	125.774	157.801	151.814	186.537
1.2 - Outras receitas	15.917	1.222	16.082	1.317
1.3 - Provisão p/devedores duvidosos - reversão/constituição	(1.119)	(3.966)	(1.616)	(4.043)
2 - Custos/Despesas	**82.744**	**99.125**	**92.962**	**113.711**
2.1 - Materias-primas consumidas	33.452	52.533	36.105	62.069
2.2 - Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	21.881	21.754	22.668	22.410
2.3 - Perdas/Recuperação de valores ativos	7.767	2.119	10.413	2.310
2.4 - Serviços técnicos	7.401	6.644	9.043	8.105
2.5 - Comissão s/vendas	7.857	10.787	8.501	12.864
2.6 - Transportes e viagens	3.463	4.045	4.575	5.361
2.7 - Comunicação, propaganda, publicidade e publicações	923	1.243	1.588	1.891
2.8 - Outras(especificar)				
3 - Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	**57.828**	**55.932**	**73.318**	**70.100**
4 - Retenções	**2.326**	**2.199**	**3.426**	**2.978**
4.1 - Depreciações	2.326	2.199	3.426	2.978
5 - Valor Adicionado Líquido (3 - 4)	**55.502**	**53.733**	**69.892**	**67.122**
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**19.415**	**20.207**	**16.157**	**17.328**
6.1 - Receitas financeiras	16.169	16.851	16.520	17.173
6.2 - Resultado de equivalência patrimonial	3.246	3.356	(363)	155
7 - Valor Adicionado Total (5 + 6)	**74.917**	**73.940**	**86.049**	**84.450**
8 - Distribuição do Valor Adicionado	**74.917**	**73.940**	**86.049**	**84.450**
8.1 - Pessoal e Encargos	**29.546**	**27.452**	**37.364**	**35.180**
8.1.1 - Remuneração direta	23.938	21.927	30.398	28.509
8.1.2 - Benefícios	4.053	4.052	4.957	4.958
8.1.3 - FGTS	1.555	1.473	2.009	1.714
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	**14.136**	**14.557**	**21.775**	**18.369**
8.2.1 - Federais	11.977	9.825	14.866	12.409
8.2.2 - Estaduais	1.878	4.483	6.441	5.487
8.2.3 - Municipal	281	249	468	470
8.3 - Remuneração de Capitais de Terceiros	**14.099**	**14.613**	**16.777**	**14.474**
8.3.1 - Juros	12.545	13.624	14.963	13.217
8.3.2 - Aluguéis	1.455	822	1.664	1.038
8.3.3 - Outros	99	168	150	219
8.4 - Remuneração de Capitais Próprios	**17.136**	**17.318**	**10.133**	**16.430**
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–
8.4.2 - Dividendos	2.400	3.669	2.400	3.669
8.4.3 - Lucros retidos/prejuízo do exercício	14.676	13.649	13.510	14.565
8.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	(5.837)	(1.804)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

Nota 1. Informações sobre a Companhia: A Baumer S.A. ("Companhia") e suas controladas atuam no desenvolvimento, industrialização, comércio, produção, importação, exportação e assistência técnica em produtos para hospitais e indústrias relacionados à área da saúde e para cirurgias de ortopedia e odontologia, operando no país e no exterior. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada no estado de São Paulo. Desde sua fundação em julho de 1952 a Baumer nunca parou. Cresceu e se desenvolveu em ritmo acelerado. Incorporou tecnologias, empresas, produtos, conceitos e ideias. Tudo para garantir a precisão na linha de produção e manter a liderança no mercado de implantes ortopédicos do Brasil, além de uma posição de destaque em outros segmentos do mercado em que atua como esterilização, lavanderia, centro cirúrgico, tratamento de água e tratamento de resíduos sólidos de saúde. **Nota 2. Base de Preparação e Principais Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras, individual e consolidada, foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conjunto com as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes, e compostas pelas demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas. São eliminados todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que opera, sendo que quando a moeda for diferente da moeda de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R$) na data das demonstrações financeiras. **2.3. Caixa e equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. (Nota 4) **2.4. Contas a receber de Clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades, demonstrados a valores presente e de realização. A estimativa de perdas de clientes é calculada com base em análise de risco dos créditos, que considera o percentual de duplicatas a vencer e vencidas, a liquidez de mercado e o nível de crédito, sendo suficiente para cobrir perdas sobre os valores a receber. (Nota 5) **2.5. Estoques:** Os estoques são avaliados e estão demonstrados pelo custo médio de produção ou aquisição considerando o valor presente, quando aplicável. A Companhia e suas controladas custeiam seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. As provisões de estoques para: (i) realização; (ii) baixa rotatividade; e (iii) estoques obsoletos, são constituídas de acordo com as políticas da Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. (Nota 6). **2.6. Investimentos:** São contabilizados pelo método de equivalência patrimonial a partir da data da aquisição do controle acionário e/ou em cuja participação a Companhia tenha influência nas decisões de sua investida. Desta forma a participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua controlada, após a aquisição, é reconhecida na demonstração do resultado tendo como contraparida o custo do investimento. As movimentações acumuladas pós-aquisição são ajustadas contra o custo do investimento. Ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados na participação da Companhia. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencia perda do valor recuperável do ativo transferido. Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **2.7. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessária. (Nota 8). A depreciação é reconhecida com base na vida estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Em atendimento à Deliberação CVM nº 527 de 01 de novembro de 2007, que aprova o pronunciamento Técnico CPC 01, o imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis. **2.8. Intangíveis:** Referem-se a licenças adquiridas de programas de computador que são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Gastos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizados com possibilidade de ganho de conhecimento, entendimento científico ou tecnológico e em atendimento a projetos de produtos customizados, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **2.9. Empréstimos e Financiamentos:** São reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e acrescidos dos encargos, juros e variação monetária, conforme previsto contratualmente e incorridos até as datas dos balanços (vide nota explicativa 10). Quaisquer diferenças entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida no resultado do exercício durante o período em que o empréstimo esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Dessa forma, o saldo a pagar de empréstimos na data do balanço está próximo ao valor justo. **2.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e as suas controladas têm a obrigação presente como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente, observadas as suas naturezas e fundamentadas por opinião de assessores legais. **2.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Os encargos de imposto de renda sobre o lucro real e de contribuição social foram apurados em conformidade com a legislação vigente. **2.12. Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem benefícios de curto prazo, tais como salários, e contribuições para previdência social, participações nos lucros e gratificações e benefícios não monetários, os quais respectivamente são reconhecidos em resultado. **2.13. Participação nos Resultados:** A Companhia e suas controladas provisionam a participação nos resultados para os colaboradores e administradores com base em programas que estabelecem metas operacionais e financeiras, e são aprovadas pelo Conselho de Administração. O montante da participação é reconhecido no resultado do período de acordo com o atingimento das metas. **2.14. Julgamentos, Estimativas e Premissas contábeis significativas:** Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, nos registros das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações contábeis, envolvendo experiência em previsão de evento futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicáveis. **2.15. Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Companhia. **2.16. Apuração do Resultado e critério de reconhecimento de Receitas e Vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. As receitas de venda são atualmente reconhecidas quando os produtos são entregues ao cliente e a obrigação de desempenho é cumprida. **2.17. Instrumentos Financeiros:** Ativos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. **a) Ativos financeiros a custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado. **c) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado. **d) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado. **b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado. **c) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. **d) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros:** A Companhia mensura as perdas de recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. **e) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo e substantivamente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. - Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **2.18. Demonstração do Valor Adicionado:** A Companhia e suas controladas elaboram as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), conforme requerido pela legislação brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas. **2.19. Arrendamentos:** Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. A Companhia não teve impactos significativos com a nova norma do CPC 06 (IFRS 16), em virtude de não ter arrendamentos que possuem tal característica. **2.20. Novos pronunciamentos em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021:** Em 2021 foram emitidas as seguintes revisões de Pronunciamentos Contábeis, já vigentes para o exercício de 2021. a) Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 17/2021: Alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da Reforma da Taxa de Juros de Referência. b) Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 18/2021: Alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), referentes a benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamentos que vão além de 30 de junho de 2021. As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, não havendo impactos nas Demonstrações Financeiras. c) A Administração vem acompanhando os pronunciamentos que já foram emitidos, porém tendo vigência somente a partir de 1º de janeiro de 2022 concluiu que não deverão trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.21. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **Nota 3. Estimativas Contábeis:** As demonstrações financeiras incluem a utilização de estimativas que levam em consideração os fatos e julgamentos da Administração, experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, além de outros fatores objetivos e subjetivos. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são: a) a provisão de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; b) revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações; c) análise da recuperabilidade de ativos fiscais diferidos; d) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e) compromissos com plano de benefícios de colaboradores; f) imposto de renda e contribuição social diferidos; e g) provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas são revisadas periodicamente. **Nota 3.1 Exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS - em R$ Mil:** Após o julgamento dos embargos de declaração e modulação pelo STF realizado em 13 de maio de 2021, a Companhia considerou ter elementos suficientes para o reconhecimento do ativo em contraparida nas outras receitas no valor total de R$ 11.722.994,69.

Nota 4. Caixa e Equivalência de Caixa:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e bancos	12.592	16.453	12.982	16.866
Aplicações moeda nacional	23.386	10.150	31.010	14.765
Total	35.978	26.603	43.992	31.631

Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **Nota 5. Contas a Receber de Clientes:**

Clientes:	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Nota 3 - item c				
Nacionais	27.104	25.181	34.403	31.957
Estrangeiros	18.140	12.634	5.913	4.973
Total de clientes	45.244	37.815	40.316	36.930
PCLD	(4.161)	(3.803)	(4.189)	(3.868)
Contas a receber de clientes, líquido	41.083	34.012	36.127	33.062
Vencidos	27.446	24.332	31.586	19.386
0 a 30 dias	4.716	2.634	5.826	3.633
31 a 60 dias	1.353	865	2.552	1.371
61 a 90 dias	460	920	950	1.289
91 a 120 dias	1.007	382	1.071	535
121 a 150 dias	407	373	427	399
151 a 180 dias	348	1.913	375	2.054
Acima de 181 dias	19.155	17.245	20.385	10.105
A Vencer	17.798	13.483	8.730	17.544
Total da Carteira	45.244	37.815	40.316	36.930

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIRETO

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido do exercício	17.136	17.318	10.132	16.431
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:	**4.103**	**2.785**	**10.663**	**7.740**
Depreciações e amortizações	2.326	2.200	4.608	3.320
Resultado das participações societárias	(4.565)	(3.976)	(956)	(775)
Baixa de imobilizado	73	621	949	621
Baixa de Investimentos	1.319	(41)	1.319	30
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	728	3.446	1.225	3.523
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos	–	–	(404)	488
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(391)	(520)	(391)	(520)
Reversão (constituição de provisão para contingências fiscais)	4.613	1.055	4.313	1.053
Ajuste desvedores de exercícios anteriores	–	–	–	–
Caixa gerado nas operações	21.239	20.103	20.795	24.171
Variação nos Ativos Operacionais	**(10.055)**	**5.036**	**(3.160)**	**2.154**
Contas a receber de clientes	(7.408)	(6.561)	(9.200)	(8.657)
Contas a receber de partes relacionadas	7.376	(6.484)	10.153	(6.595)
Estoques	(1.955)	6.400	(106)	5.091
Imposto a recuperar	(11.191)	(710)	(11.166)	(646)
Outras contas a receber	2.033	1.893	3.708	2.167
Variação nas passivos operacionais				
Fornecedores	237	(844)	1.604	(1.373)
Contas a pagar de partes relacionadas	–	–	–	–
Salários e encargos sociais	157	141	221	40
Impostos e contribuições a recolher	(2.163)	2.927	(2.054)	2.869
Adiantamento de clientes	745	3.105	751	3.078
Outras contas a pagar	2.114	5.169	2.929	6.180
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**11.184**	**25.139**	**17.635**	**26.325**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebido de controlada	593	46	593	46
Adições em investimentos	– (4.370)		– (4.370)	
Adições ao imobilizado	(1.980)	(3.314)	(4.810)	(5.552)
Venda de imobilizado	–	2.411	45	2.418
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	**(1.387)**	**(5.227)**	**(4.172)**	**(7.458)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Ingressos de financiamentos	13.183	8.453	13.430	9.198
Pagamento de financiamentos	(10.255)	(9.475)	(10.517)	(6.970)
Recebimento por empréstimos a longo prazo	(30)	(572)	831	(572)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(3.321)	(2.198)	(4.846)	(2.307)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	**(423)**	**(3.792)**	**(1.102)**	**(651)**
Fluxo de Caixa Líquido	**9.374**	**16.120**	**12.361**	**18.216**
Disponibilidades e Aplicações Financeiras - Início do Período	**26.603**	**10.483**	**31.631**	**13.415**
Disponibilidades e Aplicações Financeiras - Fim do Período	**35.977**	**26.603**	**43.992**	**31.631**
Informações adicionais				
Pagamento de IR e CS	–	647	305	928

Nota 5:

Movimento da PECLD	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidada 31/12/2021	Consolidada 31/12/2020
Saldo Inicial	(3.803)	(1.539)	(3.869)	(1.592)
Constituição de perdas - (a)	(407)	(10.649)	(905)	(10.666)
Reversão - (b)	49	8.385	585	8.389
Saldo Final	(4.161)	(3.803)	(4.189)	(3.869)

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco a Empresa adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. A estimativa para risco de crédito foi calcada sobre uma análise de riscos de créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem. A constituição de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem. A constituição de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais sobre os valores a receber, além de uma ava

↩ continuação

Nota 16. Receita Líquida:

Receita Operacional Bruta de Vendas

	Controladora		Consolidado	
Receita de vendas de produtos	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	113.492	131.156	139.817	155.927
Mercado externo	14.365	29.594	14.636	31.852
Equipamentos e implantes	127.857	160.750	154.453	187.779
Deduções de vendas				
Devoluções de vendas	(2.083)	(2.949)	(2.083)	(2.949)
Impostos sobre as vendas	(15.218)	(21.857)	(18.550)	(21.857)
	(17.302)	(24.806)	(20.633)	(24.806)
Receita operacional líquida	**110.555**	**135.944**	**133.820**	**162.973**

Nota 17. Despesa por Natureza:

	Controladora		Consolidado	
Classificação por natureza	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Despesas com pessoal	(32.291)	(30.656)	(41.103)	(39.127)
Depreciação	(2.326)	(2.199)	(3.426)	(2.978)
Serviços com pessoa jurídica	(15.258)	(17.431)	(17.614)	(19.670)
Matéria-prima e material de uso e consumo	(38.223)	(55.722)	(41.280)	(65.656)
Fretes e carretos	(1.528)	(2.005)	(1.747)	(2.309)
Viagens e estadias	(1.717)	(1.781)	(2.610)	(2.793)
Outras despesas	(6.874)	(11.742)	(13.805)	(13.337)
Total Despesas	**(98.217)**	**(121.536)**	**(121.585)**	**(145.913)**

	Controladora		Consolidado	
Classificação por função	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Custo dos produtos e serviços vendidos	(53.377)	(71.763)	(58.660)	(81.435)
Despesas comerciais	(19.793)	(24.779)	(29.382)	(32.373)
Despesas administrativas	(18.765)	(16.914)	(24.766)	(23.871)
Honorários dos administradores	(2.323)	(1.757)	(2.323)	(1.757)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(5.674)	(4.386)	(5.674)	(4.386)
Despesas tributárias	(5.651)	–	(5.665)	(58)

	Controladora		Consolidado	
Classificação por função	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Outras receitas e despesas operacionais	7.366	(1.937)	4.885	(2.033)
Total Despesas	**(98.217)**	**(121.536)**	**(121.585)**	**(145.913)**

Nota 18. Resultado Financeiro Líquido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Variações monetárias ativas	12.601	13.857	12.615	14.562
Juros recebidos	322	218	351	234
Receitas de aplicações financeiras	–	5	199	27
Outras receitas financeiras	3.246	2.771	3.355	3.017
Total das receitas financeiras	**16.169**	**16.851**	**16.520**	**17.840**
	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Juros Incorridos s/empréstimos	–	(672)	–	(739)
Juros de Mora	(1.569)	(194)	(1.636)	(231)
Variações monetárias passivas	(9.928)	(12.461)	(11.839)	(12.559)
Despesas financeiras	(112)	(122)	(270)	(184)
Outras despesas financeiras	(1.201)	(143)	(1.218)	(171)
Total das despesas financeiras	**(12.546)**	**(13.624)**	**(14.963)**	**(13.884)**
Resultado financeiro líquido	**3.623**	**3.227**	**1.557**	**3.956**

Nota 19. Instrumentos Financeiros e Riscos Operacionais: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à proteção de seus ativos para a manutenção do capital de giro e o suprimento do seu plano de investimentos. **Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras), do saldo a receber de clientes e do passivo circulante aproxima-se do saldo contábil em razão de o vencimento ocorrer em data próxima à do balanço. O saldo dos financiamentos é atualizado monetariamente com base em taxas de juros variáveis, em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor existente na data do balanço está próximo ao valor de mercado. **Gerenciamento de risco:** A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, riscos de liquidez, riscos de mercado e riscos de operação a Companhia e suas operações. **Gerenciamento dos riscos de crédito:** A exposição aos riscos de crédito pode fazer a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. A mitigação dos riscos ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de clientes, ações de cobrança e corte no fornecimento de novos pedidos, no caso de atraso de parcelas e liquidação duvidosa dos títulos, com base das provisões em montantes considerados suficientes pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com a realização. A Companhia não dívulga o montante de operações instrumentos financeiros derivativos por não ser o tipo de instrumento reconhecido nas demonstrações financeiras. **Nota 20. Benefícios a Empregados:** A sociedade concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros e outros benefícios, os quais dependem de cada empresa/filial e regem-se pelas normas contábeis pertinentes, dependendo a qualquer momento fazer a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia. **Remuneração dos Administradores:** A remuneração dos membros da administração, que contempla a Diretoria e Conselho de administração, inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

Descrição	Saldos em 31/12/2019	Saldos em 31/12/2020	Saldos em 31/12/2021
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores			
• Honorários	2.470.868,44	2.073.074,15	2.522.354,07
• Previdência privada	300.126,40	57.900,00	57.900,00
• Assistência médica	229.278,55	257.610,84	285.340,86
Benefícios pós-emprego	–	–	–
Outros benefícios de longo prazo	–	–	–
Benefícios de rescisão de contratos de trabalho	–	–	–
Remuneração baseado em ações	–	–	–

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 DA BAUMER S.A. (Em milhares de reais)

Descrição	Saldos em 31/12/2019	Saldos em 31/12/2020	Saldos em 31/12/2021
Total	3.000.273,39	2.388.584,99	2.865.584,93
Qtde. de pessoas	7	6	6

Nota 21. Segmentos Operacionais: A Companhia procedeu à segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração o modelo de gestão adotado pela Administração para gerenciamento do negócio. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

Bens de Consumo (Implantes)	**2020**	**A.V.**	**2.021**	**A.V.**	**A.H.**
Receita operacional bruta	36.304.196	100%	47.022.155	100%	30%
(–) Devolução de vendas	(898.120)	-2%	(1.037.889)	-2%	16%
(–) Impostos	(438.170)	-1%	(2.470.456)	-5%	464%
Receita operacional líquida	34.967.906	96%	43.513.810	93%	24%
(–) Custo dos vendas	(19.818.507)	-55%	-19.086.206	-41%	-4%
Lucro bruto	15.149.399	42%	24.427.604	52%	61%
Bens de Capital (Equipamentos)	**2020**	**A.V.**	**2021**	**A.V.**	**A.H.**
Receita operacional bruta	124.446.414	100%	80.834.946	100%	-35%
(–) Devolução de vendas	(2.051.653)	-2%	(1.045.237)	-1%	-49%
(–) Impostos	(21.419.227)	-17%	(12.748.823)	-16%	-40%
Receita operacional líquida	100.975.534	81%	67.040.886	83%	-34%
(–) Custo das vendas	(50.403.065)	-41%	-33.571.671	-42%	-33%
Lucro bruto	50.572.469	41%	33.469.215	41%	-34%

Nota 22. Deliberação CVM nº 550: Determina que a Companhia divulgue todos os seus instrumentos financeiros derivativos reconhecidos ou não, como ativo ou passivo, em seu balanço patrimonial. A Companhia não possui operações alavancadas com derivativos de câmbios ou taxa de juros, inclusive operações com "dólar pleno/dólar" ou "target forward", que por sua forma possam significar posições especulativas. **Nota 23. Eventos Subsequentes:** Até a data da apresentação das referidas demonstrações financeiras, a Companhia não possui quaisquer eventos subsequentes que mereçam destaque em nota explicativa ou ajuste em seus balanços patrimoniais. **Nota 24. Aprovação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 30 de março de 2022.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Ruy Salvari Baumer - Presidente

Monica Salvari Baumer - Vice-Presidente
Maria Cristina Baumer Azevedo - Conselheira
Maria Eduarda Pessoa de Queiroz Baumer - Conselheira
João Carlos Corsini Gambôa - Conselheiro
Jorge Antonio Barbosa - Conselheiro
Lupercio Tiseo - Conselheiro

Mandato até 2023 - RCA de 31/08/2020

DIRETORIA EXECUTIVA

Ruy Salvari Baumer - Diretor-Presidente

Edson Aprigio Lopes de Mattos - Diretor
Breno Correa Farago Junior - Diretor
Lourdes Maria A. Quaresma de Camargo - Diretora
José Henrique Marques Camargo - Diretor
Monica Salvari Baumer - Diretora

Mandato até 2023 - RCA de 31/08/2020

AUDITORIA

Holder Auditores Independentes SS - EPP - CRC/2SP 034.257/O-4

RESPONSÁVEL

Marcos Barbosa Henrique - Contador - CRC 1SP 258.019/O-6

CONTADOR

Claudio José Machado de Almeida - CRC 1SP160003/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **BAUMER S.A.** - Mogi Mirim - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da **Baumer S.A.** (a "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da BAUMER S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos opinião sobre esses assuntos. **Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos na controladora e no consolidado representam 23% do total do passivo (Circulante e Não Circulante), sendo esses garantidos por avalistas e recebíveis. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria por sua representatividade, além da necessidade de manutenção dos adequados controles dos registros contábeis devido a possibilidades de erro na apuração dos saldos. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desse passivo incluíram, entre outros: (i) a correta apropriação dos encargos financeiros em contas de resultado e realização de exame da documentação suporte, incluindo a inspeção de contratos; (ii) a obtenção do departamento financeiro de registros dos valores ali existentes e (iii) a solicitação de confirmação de saldo junto às instituições credoras. Adicionalmente, avaliamos a adequação da divulgação relacionada a esse assunto, incluída na nota explicativa nº 10 das demonstrações contábeis. **Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com o conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, estamos requeridos a comunicar o fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e suas controladas e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considerdamente, nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos nos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2022
Holder Auditores Independentes SS - EPP
CRC 2SP 034.257/O-4
Marcos Barbosa Henriques
CRC 1SP 258.019/O-6

GRUPO SBF S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 13.217.485/0001-11 - NIRE 3530039045-8

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de março de 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 28 de março de 2022, às 13:45 horas, na sede social da Grupo SBF S.A. ("**Companhia**"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, Edifício Birmann, nº 7.221, andares 1º, 2º e 3º, Pinheiros, CEP 05425-902, sendo permitida a participação por vídeo ou teleconferência. **2. Convocação e Presença:** Convocação regularmente realizada nos termos do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), tendo sido a reunião instalada com presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Participaram por meio de videoconferência os representantes do auditor independente da Companhia, KPMG Auditores Independentes, Srs. Guilherme Nunes e Fernando Rodrigues Nascimento. Participaram, ainda, o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Pedro de Souza Zemel, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. José Luis Magalhães Salazar, para prestar os esclarecimentos que se tornem necessários aos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Sebastião Vicente Bomfim Filho ("**Presidente**") e secretariada pelo Sr. João Henrique Braga Junqueira ("**Secretário**"). **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** apreciação e recomendação de aprovação, pelos acionistas em sede de assembleia geral da Companhia, do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e do relatório e parecer da KPMG Auditores Independentes; **(ii)** apreciação da proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 apresentada pela Diretoria, a qual será submetida à aprovação dos acionistas da Companhia em assembleia geral ordinária e extraordinária; **(iii)** a composição da assembleia geral ordinária e extraordinária, conforme calendário anual de eventos corporativos previamente divulgado; **(iv)** aprovação, nos termos do artigo 18, xvi, do Estatuto Social da Companhia, sobre a outorga de garantia fidejussória na forma de fiança pela Companhia em garantia às obrigações a serem assumidas pela **SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.**, sociedade anônima, com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hugo D'Antola, nº 200, Bairro Lapa, CEP 05038-090, inscrita no CNPJ/ME sob nº 06.347.409/0001-65 ("**SBF Comércio**"), no âmbito da sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, no valor total de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente); e **(v)** autorização aos Diretores da Companhia, ou eventuais procuradores devidamente constituídos, para celebrar todos os instrumentos hábeis à Emissão e à formalização da fiança ora aprovada, assim como a tomar todas as medidas necessárias para efetivar a sua constituição, incluindo a definição e aprovação do teor dos documentos relacionados à constituição da fiança, bem como a publicação e o registro dos referidos documentos perante os órgãos competentes e, se necessário, celebração de eventuais aditamentos que formalizam referida fiança. **5. Matérias da Ordem do Dia:** Instalada a presente reunião, após a apresentação, exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** após esclarecimentos prestados pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. José Luis Magalhães Salazar, bem como pelos representantes do auditor independente da Companhia, KPMG Auditores Independentes, Srs. Guilherme Nunes e Fernando Rodrigues Nascimento, apreciaram e recomendaram a aprovação, pelos acionistas em sede de assembleia geral da Companhia, do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando a retificação de determinado saldos e valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e do relatório e parecer da KPMG Auditores Independentes, bem como aprovaram o parecer do auditor independente da Companhia, KPMG Auditores Independentes, Srs. Guilherme Nunes e Fernando Rodrigues Nascimento, apreciaram e recomendaram a aprovação, pelos acionistas em sede de assembleia geral da Companhia, do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando a retificação de determinado saldos e valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e do relatório e parecer da KPMG Auditores Independentes, conforme calendário anual de eventos corporativos previamente divulgado; **(iv)** aprovaram, nos termos do artigo 18, xvi, do Estatuto Social da Companhia, sobre a outorga de garantia fidejussória na forma de fiança pela Companhia em garantia às obrigações a serem assumidas pela **SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.**, sociedade anônima, com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hugo D'Antola, nº 200, Bairro Lapa, CEP 05038-090, inscrita no CNPJ/ME sob nº 06.347.409/0001-65 ("**SBF Comércio**"), no âmbito da sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, no valor total de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente); e **(v)** autorização aos Diretores da Companhia, ou eventuais procuradores devidamente constituídos, para celebrar todos os instrumentos hábeis à Emissão e à formalização da fiança ora aprovada, assim como a tomar todas as medidas necessárias para efetivar a sua constituição, incluindo a definição e aprovação do teor dos documentos relacionados à constituição da fiança, bem como a publicação e o registro dos referidos documentos perante os órgãos competentes e, se necessário, celebração de eventuais aditamentos que formalizam referida fiança. **5. Matérias da Ordem do Dia:** Instalada a presente reunião, após a apresentação, exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** após esclarecimentos prestados pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. José Luis Magalhães Salazar, bem como pelos representantes do auditor independente da Companhia, KPMG Auditores Independentes, Srs. Guilherme Nunes e Fernando Rodrigues Nascimento, apreciaram e recomendaram a aprovação, pelos acionistas em sede de assembleia geral da Companhia, do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando a retificação de determinado saldos e valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e do relatório e parecer da KPMG Auditores Independentes, conforme calendário anual de eventos corporativos previamente divulgado; **(ii)** aprovaram a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentada pela Diretoria, a qual será submetida à aprovação dos acionistas da Companhia em assembleia geral ordinária e extraordinária, conforme calendário anual de eventos corporativos previamente divulgado; **(iii)** aprovaram a composição da assembleia geral ordinária e extraordinária, conforme calendário anual de eventos corporativos previamente divulgado; **(iv)** aprovaram, nos termos do artigo 18, xvi, do Estatuto Social da Companhia, sobre a outorga de garantia fidejussória na forma de fiança pela Companhia em garantia às obrigações a serem assumidas pela **SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.**, sociedade anônima, com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hugo D'Antola, nº 200, Bairro Lapa, CEP 05038-090, inscrita no CNPJ/ME sob nº 06.347.409/0001-65 ("**SBF Comércio**"), no âmbito da sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, no valor total de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente); e **(v)** autorização aos Diretores da Companhia, ou eventuais procuradores devidamente constituídos, para celebrar todos os instrumentos hábeis à Emissão e à formalização da fiança ora aprovada, assim como a tomar todas as medidas necessárias para efetivar a sua constituição, incluindo a definição e aprovação do teor dos documentos relacionados à constituição da fiança, bem como a publicação e o registro dos referidos documentos perante os órgãos competentes e, se necessário, celebração de eventuais aditamentos que formalizam referida fiança. **5. Matérias da Ordem do Dia:** Instalada a presente reunião, após a apresentação, exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar a Emissão e a Oferta Restrita, com as seguintes principais características e condições: **(i) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido); **(ii) Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(iii) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) debêntures; **(iv) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures, na Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido), será de R$1.000,00 (mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**"); **(v) Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data 29 de abril de 2022 ("**Data de Emissão**"); **(vi) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures:** as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas e certificados. Para todos os efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Escriturador (conforme abaixo definido). Adicionalmente, será comprovada por comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("**B3**") em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3; **(vii) Conversibilidade:** as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora; **(viii) Espécie:** nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória representada pela Fiança (conforme abaixo definida), nos termos da Escritura de Emissão; **(ix) Procedimento de *Bookbuilding*:** será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, para a verificação da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, observada a taxa máxima prevista na Escritura de Emissão ("Procedimento de *Bookbuilding*") e para definição, junto à Emissora da Remuneração; **(x) Destinação dos Recursos:** os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão integral e exclusivamente utilizados para gestão de ativos e passivos da Companhia, conforme descrito em seu objeto social (*capex*); **(xi) Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; **(xii) Remuneração:** sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da taxa acumulada das taxas médias diárias DI (Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (http://www.b3.com.br), acrescida de *spread* ou sobretaxa a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até o final de cada Período de Capitalização (conforme definido na Escritura de Emissão), exclusive, de acordo com a fórmula constante na Escritura de Emissão; **(xiii) Pagamento da Remuneração:** as parcelas devidas da Remuneração serão pagas semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 29 dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 29 de outubro de 2022 e o último pagamento devido na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer uma Oferta de Resgate Antecipado, conforme abaixo definido, ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão, se for o caso), respectivamente (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração**" e, em conjunto, as "**Datas de Pagamento da Remuneração**"), conforme indicado no cronograma de pagamentos da Escritura de Emissão; **(xiv) Prazo de Vigência e Data de Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de abril de 2027 ("**Data de Vencimento**"), ou na data em que ocorrer o resgate decorrente da Oferta de Resgate Antecipado ou o vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão, se for o caso; **(xv) Amortização:** a amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sempre no dia 29 de abril de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 29 de abril de 2025 e o último na Data de Vencimento, e/ou na data em que ocorrer uma Oferta de Resgate Antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão, se for o caso, nos termos do cronograma de pagamento abaixo: **Nº da parcela - Data de Amortização - Porcentagem de Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário:** 1ª - 29 de abril de 2025 - 33,3333%; 2ª - 29 de abril de 2026 - 50,0000%; 3ª - Data de Vencimento - 100,0000%. **(xvi) Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução CVM 476 e das demais

São Paulo monta operação de transporte para o Sambódromo

A empresa SPTrans, responsável pelos ônibus da capital paulista, montou um esquema especial de transporte para atender ao público dos desfiles das escolas de samba realizados no Sambódromo do Anhembi. A ação vai vigorar até o dia 29 deste mês.

Duas linhas de ônibus especiais foram ativadas para facilitar o deslocamento do público ao evento, ligando o Sambódromo às estações Tietê e Barra Funda do Metrô, além de providenciar a alteração de itinerário da linha 9717/10. A equipe de campo da SPTrans acompanha toda a operação para auxiliar os passageiros.

Ônibus especiais

As linhas de ônibus especiais 179A/10 Metrô Tietê-Anhembi e 879A/10 Metrô Barra Funda-Anhembi foram ativadas para fazer o transporte do público exclusivamente para o Sambódromo.

O valor da passagem é o mesmo da tarifa básica do sistema - R$ 4,40 - e os ônibus aceitarão todas as modalidades de Bilhete Único normalmente.

KSB BRASIL LTDA.

CNPJ/MF 60.680.873/0001-14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS - R$, EXCETO PELO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EXPRESSO EM REAIS)

Balanço Patrimonial em 31/12/2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo				
Ativo circulante	**289.188**	**240.966**	**298.645**	**247.802**
Caixa e equivalentes de caixa	57.184	56.024	59.113	58.616
Contas a receber	84.388	97.094	86.985	97.627
Contas a receber - Partes relacionadas	27.641	9.127	27.641	9.127
Estoques	100.240	70.493	104.248	73.370
Impostos a recuperar	18.247	7.492	18.825	8.034
Outros ativos	1.488	736	1.853	1.028
Ativo não circulante	**131.492**	**109.694**	**128.663**	**107.427**
Realizável a longo prazo	**38.306**	**23.881**	**38.328**	**23.881**
IR e CS diferidos	29.440	19.050	29.440	19.050
Depósitos judiciais	1.484	1.534	1.506	1.534
Impostos a recuperar	7.382	3.297	7.382	3.297
Investimentos em Coligadas	4.229	2.933	–	–
Imobilizado	87.474	81.147	88.704	81.807
Intangível	1.106	1.175	1.254	1.391
Ativo de direito de uso	377	548	377	548
Total do ativo	**420.680**	**350.659**	**427.308**	**355.229**

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Passivo circulante	**143.086**	**138.599**	**149.615**	**143.023**
Empréstimos e financiamentos	59	701	59	701
Passivos de arrendamento	284	400	284	400
Fornecedores	57.447	71.528	59.685	72.003
Fornecedores - Partes relacionadas	2.473	2.995	3.161	5.756
Impostos e encargos sociais a pagar	7.140	11.990	7.298	11.991
Passivo de contratos de clientes	13.807	17.866	16.287	18.815
Provisão para férias e gratificações	18.410	14.954	18.764	14.975
Provisão para garantias e multas contratuais	28.916	6.111	29.150	6.111
Provisão para comissões	2.368	2.337	2.368	2.337
Provisão para royalties	2.181	1.966	2.181	1.966
Outras contas a pagar	9.981	7.751	10.378	7.968
Passivo não circulante	**20.505**	**19.813**	**20.544**	**19.940**
Empréstimos e financiamentos	–	58	–	58
Passivos de Arrendamento	100	163	100	163
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20.405	19.592	20.444	19.719
Total do passivo	**163.571**	**158.412**	**170.159**	**162.963**
Patrimônio líquido	**257.109**	**192.238**	**257.109**	**192.238**
Capital social	72.396	72.396	72.396	72.396
Lucros acumulados	184.477	120.077	184.477	120.077
Ajuste da avaliação patrimonial	236	(235)	236	(235)
Participação do não controladores	–	–	40	28
Total do passivo e do patrimônio líquido	**420.680**	**350.650**	**427.308**	**355.229**

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	85.398	19.805	85.410	19.803
Resultado abrangentes não reversíveis	471	(235)	471	(235)
Resultado abrangente total do exercício	**85.869**	**19.570**	**85.881**	**19.568**
Atribuível a: Acionistas da empresa			85.869	19.570
Não controladores			**12**	**(2)**
			85.881	**19.568**

Demonstração do Resultado

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	594.088	441.361	598.728	443.801
Custo dos produtos vendidos	(391.255)	(330.504)	(401.199)	(332.115)
Lucro bruto	**192.833**	**110.857**	**197.529**	**111.686**
Receitas (despesas) operacionais				
Comerciais	(79.014)	(59.164)	(80.630)	(59.518)
Gerais e administrativas	(38.728)	(22.223)	(40.747)	(22.868)
Outras receitas operacionais, líquidas	5.598	846	5.598	853
Resultado da equivalência patrimonial	490	(154)	–	–
	(111.654)	**(80.695)**	**(115.781)**	**(81.533)**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**81.177**	**30.162**	**81.748**	**30.153**
Resultado financeiro	32.088	494	32.013	501
Lucro antes do IR e CS	**113.265**	**30.656**	**113.761**	**30.654**
IR e CS: Corrente	(38.255)	(21.814)	(38.741)	(21.814)
Diferido	10.390	10.963	10.390	10.963
	(27.865)	**(10.851)**	**(28.351)**	**(10.851)**
Lucro líquido do Exercício	**85.398**	**19.805**	**85.410**	**19.803**
Lucro básico e diluído por quota	53,6700	12,5000	53,6888	12,5000
Atribuível a acionistas da empresa			85.398	19.805
Não controladores			12	(2)
			85.410	**19.803**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado					
	Capital	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01.01.2020	**72.396**	**116.213**	–	**188.609**	–	**188.609**
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	–	(15.941)	–	(15.941)	–	(15.941)
Constituição de controlada localizada no exterior	–	–	–	–	30	30
Variação cambial de controlada localizada no exterior	–	–	(235)	(235)	–	(235)
Lucro Líquido do exercício	–	19.805	–	19.805	(2)	19.803
Saldos em 31.12.2020	**72.396**	**120.077**	**(235)**	**192.238**	**28**	**192.266**
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	–	(20.998)	–	(20.998)	–	(20.998)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	–	–	471	471	–	471
Lucro líquido do exercício	–	85.398	–	85.398	12	85.410
Saldos em 31.12.2021	**72.396**	**184.477**	**236**	**257.109**	**40**	**257.149**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixa de atividades operacionais:				
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	113.263	30.656	113.761	30.654
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	7.993	7.591	8.245	7.619
Depreciação direito de uso	414	555	414	555
Ganho na alienação de imobilizado	(59)	(59)	(59)	(59)
Ganho com processos judiciais - ICMS BC PIS e COFINS	(71.169)	–	(71.169)	–
Resultado de Equivalência Patrimonial	(490)	154	–	–
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	126	263	126	263
Reversão para perdas em estoque	(921)	2.614	(921)	2.614
Provisão para contingências	7.331	12.391	7.331	12.518
Juros sobre empréstimos e financiamentos	30	74	30	74
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	12.580	(29.283)	10.503	(29.815)
Contas a receber - Partes relacionadas	(18.514)	7.357	(18.514)	7.357
Estoques	(28.826)	3.607	(29.957)	730
Impostos a recuperar	56.329	(4.945)	56.293	(5.487)
Outros ativos	(752)	226	(805)	(66)
Depósitos judiciais	50	(212)	28	(212)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(14.081)	40.097	(12.318)	40.572
Fornecedores - Partes relacionadas	(522)	(1.031)	(2.595)	1.730
Impostos e encargos sociais a pagar	(43.105)	(1.573)	(43.434)	(1.572)
Adiantamentos de clientes	(4.059)	9.226	(2.528)	10.175
Provisão para férias e gratificações	3.456	1.696	3.789	1.717
Provisões diversas	23.051	5.948	23.285	5.948
Pagamentos de contingências	(6.518)	(6.429)	(6.606)	(6.429)
Outras contas a pagar	2.230	6.227	2.410	6.444
Caixa gerado pelas operações	**37.837**	**85.150**	**37.309**	**85.330**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	(11.421)	–	(11.421)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**37.837**	**73.729**	**37.309**	**73.909**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(14.236)	(12.448)	(15.177)	(12.920)
Adições ao intangível	(443)	(277)	(443)	(910)
Adição de investimento de coligada no exterior	(335)	(3.322)	–	–
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	487	1.087	487	1.087
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(14.527)**	**(14.960)**	**(15.133)**	**(12.743)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio	(20.998)	(15.941)	(20.998)	(15.941)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(730)	(804)	(730)	(804)
Pagamento de arrendamentos	(422)	(554)	(422)	(554)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(22.150)**	**(17.299)**	**(22.150)**	**(17.299)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	1.160	41.470	26	44.267
Efeito das variações cambiais sobre o caixa e equivalentes caixa	–	–	471	(205)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56.024	14.554	58.616	14.554
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**57.184**	**56.024**	**59.113**	**58.616**

Diretoria

Jens Deltrap - Diretor Presidente
Paulo Barros D'Abreu - Diretor Financeiro
Luiza Aparecida Clepaldi Monteiro - CRC 1SP132202/O-2

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Empresa.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O presidente do **SINPESP,** no uso de suas atribuições legais, convoca os (as) Srs.(as) Diretores (as) e filiados (as), para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 29/04/2022, que, devido a pandemia, será on-line via zoom, sendo a primeira e única convocação às 19:30h, quando terá início a reunião, com qualquer número de presentes / acessos. A mesma será para apreciar as **seguintes pautas:** - Apreciação e votação do relatório anual de 2021. - Prestação de contas. - Balanço e balancete do ano de 2021. São Paulo, 22 de abril de 2022. Araceli Albino - Presidente

---

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

CNPJ 20.589.268/0001-18

Edital de Convocação para AGO

O Presidente da Sociedade, no uso de suas atribuições, convoca todos acionistas para AGO a realizar-se em vinte e três de maio do ano de dois mil e vinte e dois na Avenida Augusto Antunes nº 816 - Limoeiro - Capital - SP, iniciando-se os trabalhos às 10h00 em primeira convocação, ou na falta de quórum necessário às 11h00 em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar sobre as demonstrações contábeis e financeiras finais em 31/12/2021. 2 - Assuntos de interesse dos acionistas e da empresa. SP, 20/04/2022.

Ubiratan Antonio da Cunha - Presidente da UPBUS Qualidade em Transportes S.A

UHE São Simão Energia S.A.

CNPJ/MF nº 27.382.303/0001-20 – NIRE 35.300.502.329

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Acionistas da **UHE São Simão Energia S.A.** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 8h30min, exclusivamente de forma digital, por meio de plataforma a ser disponibilizada pela Companhia, para deliberar sobre as seguintes matérias: (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes; (2) deliberar sobre a destinação dos resultados do referido exercício social, cujos documentos relacionados encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia. São Paulo, 21 de abril de 2022. **A Administração.** (21, 23 e 26/04/2022)

Edital de Leilões Eletrônicos
Artigos 881 e seguintes da Lei 13.105/2015 (CPC/2015)

Jasa Reis Leilões - Desde 1993

07ª Vara e Ofício Cível do Foro Regional de Santo Amaro da Comarca de São Paulo/SP. **Edital de Leilões Eletrônicos de Direitos de Compromissário Comprador de Bem Imóvel e para Intimação dos executados Sebastião Carvalho da Silva** (CPF 689.101.428-04) e **Silvia Pettinatto Carvalho da Silva** (CPF 011.757.238-19), do **Espólio de Maria Eunice Borges Carvalho** (CPF 575.467.038-91), na pessoa do herdeiro confrontado Vagner Borges Carvalho; do alegado possuidor **Vagner Borges Carvalho** (qualificação desconhecida); da titular do domínio e propriedade **Maria da Gloria Camillo** (CPF 575.467.038-91); da **Prefeitura do Município de São Paulo/SP** (CNPJ 46.395.000/0001-39), além de eventuais atuais **ocupantes - desconhecidos**, e, por fim, a exequente **Maria Salome Martins Gonçalves** (CPF 527.938.268-04), expedido nos autos da Cumprimento de Sentença em Ação Monitória promovida por Maria Salome Martins Gonçalves , processo nº 0125002-33.2007.8.26.0002. O Dr. Guilherme Augusto de Oliveira Barros, MM Juiz de Direito da **07ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro da Comarca de São Paulo/SP**, na forma da lei etc., faz saber que por meio do sistema gestor de leilões eletrônicos Casa Reis Leilões, de titularidade do leiloeiro oficial Eduardo dos Reis (Jucesp nº 748), levará às hastas públicas o Bem ao final descrito. Os leilões judiciais são hospedados em **www.casareisleiloesonline.com.br.** O **1º. (Primeiro) Leilão** terá início dia **27 (vinte e sete) de abril de 2022, 12:00:00 horas** e término dia **29 (vinte e nove) de abril de 2022, 12:00:00 horas**, oportunidade em que o Bem Imóvel será ofertado para arrematar por **valor igual ou maior** do CPC/2015), no estado de conservação em que se encontra, em caráter *"ad corpus"*, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. Se porventura a penhora tiver recaído apenas sobre parte ideal do bem, a alienação se fará sobre sua a integralidade. Isto porque há indivisibilidade do imóvel. Havendo arrematação, será reservada a parte do copropietário, desde que previamente intimado. E admitido a participar e lançar todo aquele que estiver na livre administração de seus bens, com exceção daqueles elencados pelo art. 890 do CPC/2015. O interessado em participar dos leilões deverá cadastrar-se no sistema gestor de leilões eletrônicos e habilitar-se para o pregão, com antecedência mínima de até 48 horas da data de início dos leilões eletrônicos e habilitar-se para o pregão. Os lances somente serão oferecidos por meio do sistema gestor **www.casareisleiloesonline.com.br** e imediatamente divulgados online, para preservação do tempo real dos ofertas. O **Pagamento do Preço da Arrematação** poderá ser realizado à vista ou parcelado em até 30 (trinta) vezes, com o pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor da oferta à vista. No caso de **pagamento à vista**, o arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem imediatamente após o encerramento da alienação judicial eletrônica condicional, por meio de depósito judicial a ser efetivado em favor do Juízo expropriativo, sob pena de desfazimento da arrematação (art. 892 do CPC/2015). **Alternativamente,** mediante a hipoteca do próprio imóvel ofertado, o arrematante pedir por escrito o **parcelamento do valor da arrematação** até o início do leilão que será realizado, nos moldes e limites trazidos pelo artigo 895, incisos I e II, CPC/2015. Neste requerimento escrito e endereçado ao Juízo, o interessado deverá apresentar as prestações (observado o requisito do artigo 895, § 1º, CPC/2015), a modalidade, o indexador de correção monetária (artigo 895, § 2º, CPC/2015), a garantia oferecida (artigo 895, § 1º, CPC) e as condições de pagamento do saldo devedor (artigo 895, § 2º, CPC/2015). No mesmo requerimento, o interessado na arrematação com pagamento parcelado deverá consignar expressamente estar ciente da incidência da multa de 10% (sobre a parcela inadimplida somada às parcelas vincendas) em caso de atraso no pagamento (artigo 895, § 4º, CPC/2015). E, em caso de inadimplemento, deverá declarar sua ciência sobre a possibilidade de o exequente pedir a resolução da arrematação ou a cobrança do valor em aberto nestes mesmos autos (artigo 895, § 5º, CPC/2015). A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, art. 895, § 7º do art. 895 do CPC/2015. Se o credor optar pela não adjudicação, participará das hastas públicas e pregões, na forma da lei e equalizadas as condições, dispensando-se a avaliação do preço, até o valor atualizado do débito, ressalvada a possibilidade de decisão distinta do Juízo. Deverá depositar o valor excedente, no mesmo prazo. Contudo, deverá o credor pagar o valor da comissão do gestor, na forma antes mencionada, que não será considerada despesa processual para fins de ressarcimento pelo executado. **O Comissão Devida à Casa Reis Leilões Online** será de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação e correrá por conta do arrematante. E, para fins do art. 884 do CC/2002, deverão este pagamento ser realizado no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento da alienação judicial, sob pena de desfazimento da arrematação, por meio de depósito judicial a ser efetivado em favor do Juízo expropriativo. Antes da assinatura do auto de arrematação e mediante requerimento, não haverá direito ao recebimento de comissão pelo leiloeiro, mesmo na hipótese de acordo nos autos, pagamento ou remição. Contudo, após a assinatura do auto de arrematação, a referida comissão será devida. **Das Penalidades**. Não sendo depósitos, o gestor comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do juiz, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas pelo CPC, como a imposição de multa nos termos do § 4º do art. 895 do CPC/2015, além da aplicação para o adquirente remisso das penalidades artigos 335 e 358 do Código Penal. **Dispositivos legais**. Além de cada um dos dispositivos legais acima citados, serão aplicados na alienação em voga o parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional, para fins de sub-rogação dos débitos tributários de caráter propter rem sobre o produto da arrematação, se o caso; os artigos 799 e 1501 do Código Civil, para fins de levantamento da hipoteca, se o caso; além de quaisquer outras normas e dispositivos legais cujo MM Juízo expropriatório entenda pertinentes e cabíveis. **Do Crédito Executado**. Trata-se de execução de título judicial consistente em sentença condenatória proferida em ação monitória. A credora apresentou demonstrativo de crédito no valor de R$ 59.305,51 para 24 de agosto de 2011 (fls. 192). Houve bloqueio judicial, penhora e posterior levantamento da cifra original de R$ 3.591,45 para setembro de 2001. A execução prossegue para recebimento do saldo. **Dos Recursos**. Dos autos não se verificam recurso pendente de julgamento. **Das Informações e Das Disposições Finais**. Correrão por conta do arrematante todas as providências e despesas necessárias para a transmissão da propriedade dos imóveis, inclusive o pagamento de ITBI (imposto de Transmissão de Bens imóveis), laudêmio, afloramento, taxas, emolumentos, registros e averbações, cartorárias, extração de certidões e demais documentos. Correrão por conta do arrematante todas as providências e despesas necessárias para a desocupação dos imóveis e a efetiva imissão na posse, inclusive eventual pagamento de taxas de ocupação e afins. Eventuais dívidas fiscais e pendências, bem como taxas e impostos porventura incidentes sobre o(s) bem(ns) correrão por conta do arrematante. O Auto de Arrematação será lavrado em Juízo e somente será assinado pelo Juiz de Direito após a efetiva comprovação do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão. Os bens são divulgados pelo leiloeiro no website do sistema gestor na rede mundial de computadores, qual seja, **www.casareisleiloesonline.com.br** , onde outras informações podem ser obtidas, bem como solicitadas por contato@casareisleiloes.com.br ou pelo telefone (11) 3101.2345. **Do Bem Oferado** *- 100% (cem por cento) dos direitos Aquinhoveis de Propriedade* do Devedor Fiduciante Sebastião Carvalho da Silva, *nos lotes (um) Prédio situado a Rua Diogo Martins, nº 141, antiga Rua 6, e seu terreno constante do lote 21 da quadra 31, do Jardim Anna Maria, no Bairro do Campo Limpo, no 29º Subdistrito - Santo Amaro, medindo 10 metros de frente, por 25 metros da frente aos fundos de ambos os lados, e tendo nos fundos a mesma largura da frente, com área total de 250 metros quadrados, confinando de ambos os lados e nos fundos com Miguelina Saporito; desta 62 metros do canteiro da Rua Diogo Martins com a Rua 6, e localiza-se do lado direito da citada Rua Diogo Martins de quem da Rua 8 se dirige àquela via pública. Matrícula nº 22.416 do 11º CRI/SP.* Inscrição Municipal nº: 169.103.0021-0. Da **Matrícula do Imóvel se verifica** que figura como detentora do domínio e propriedade do imóvel Maria da Gloria Camillo (RG 10.541.143 e CPF 575.467.038-91), estagiária solteira; que o imóvel foi comprometisado em caráter irrevogável e irretratável a Sebastião Carvalho da Silva, enquanto casado com Maria Eunice Borges Carvalho (RG e CPF ali não identificados) - (R. 01); e a penhora executada (Av.02). Vagner Borges Carvalho, alegado possuidor direto e herdeiro de titular dos direitos de compromissário comprador do imóvel em voga (Maria Eunice Borges Carvalho, conforme escritura lavrada em 04/02/77 pelo Tabelião do Cartório de Notas de Taboão da Serra/SP - livro 150, fls. 329 - R.1 da matrícula - doc. 02 anexo), nos autos dos Embargos de Terceiro nº 0023361-89.2013.8.26.0002 transitou em julgado no sentido de que *"a meação da qual o embargante alega ser herdeiro não foi atingida pela constrição efetuada nos autos do processo principal. A possibilidade ou não de divisão do imóvel não representa dúvida quanto à meação de bem de família não encontrando espaço em qualquer prova existente nos autos. Pelo contrário, há notícias de que o imóvel é utilizado em parte para residência e em parte para comércio, fato que por si só já retira a indivisibilidade alegada, bem como a utilização exclusiva para fins residenciais. Considerando que existentes nos autos a ação de arrendamento - V. Acórdão fls. 648/650. Em 25 de outubro de 2018 foi lavrada nos autos dos mencionados Embargos de Terceiro nº 0023361-89.2013.8.26.0002 a seguinte certidão: "Certifico e dou fé que o Agravo em Recurso Especial AREsp nº 1185399 / SP(2017/0171414-9) autuado em 08/02/17 teve como resultado o seguinte julgamento:"...Nos termos do do Comunicado Conjunto nº 791/2016 de 03 de junho de 2016, tem os a honra de noticiar que o(s)Agravo(s) em Recurso(s) Especial(ais) teve(tiveram) com o resultado o seguinte julgamento: AGRAVO INTERNO no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL: Ante o ex posto, reconsidero a decisão da Presidência desta Corte de fls.551-552. Todavia, pelas razões acima aduzidas, nego provimento ao agravo em recurso especial. O trânsito em julgado ocorreu em: 11/10/2018. Nada Mais." Da **Posse**. Vagner Borges Carvalho, herdeiro de titular dos direitos de compromissário comprador do imóvel em voga (Maria Eunice Borges Carvalho), afirmou exercer a posse direta nos autos dos Embargos de Terceiro nº 0023361-89.2013.8.26.0002. **Dos Débitos de IPTU**. Conforme a pesquisa realizada em 15 de fevereiro de 2022, sobre o imóvel não pesam débitos de IPTU. Imóvel isento para o exercício. **Dos Débitos de Condomínios sobre o Imóvel**. Não se trata de unidade condominial e não há, pois, pendências desta espécie. **Avaliação Original** R$ 775.000,00 para jul/2019. Avaliação Atualizada. R$ 924.226,64 para Fev. 2022. **Das Intimações**. Pelo presente edital ficam intimadas das designações e dos termos supra, na hipótese de não localizados para intimações pessoais, Sebastião Carvalho da Silva, Silvia Pettinatto Carvalho da Silva, Espólio de Maria Eunice Borges Carvalho, na pessoa do herdeiro confrescido Vagner Borges Carvalho; Vagner Borges Carvalho; Maria da Gloria Camilo (RG 10.541.143 e CPF 575.467.038-91) Maria Salome Martins Gonçalves; da Prefeitura do Município de São Paulo/SP, além de eventuais atuais ocupantes desconhecidos. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 17 de fevereiro de 2022. Eu, , Escrevente, digitei. Eu, , Escrivã (o) Diretor(a), subscrevi.

Guilherme Augusto de Oliveira Barros - Juiz de Direito

Branave S/A - Transportes Fluviais

CNPJ 93.032.738/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e que serão submetidas à assembleia geral. Permanecemos à disposição de V. Sas. para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)

A T I V O	2021	2020
Circulante		
Caixa e Bancos	772	236
Tributos a Compensar	4.865	40.220
Total do ativo circulante	**5.637**	**40.456**
Não circulante		
Adiantamento p/ Ações Judiciais	594	594
Partes relacionadas	2.445.841	2.427.756
Imobilizado	1.071.268	1.071.268
(-) Depreciações	(1.071.268)	(1.071.268)
Intangíveis	9.691	9.691
Total do ativo não circulante	**2.456.126**	**2.438.041**
Total do ativo	**2.461.763**	**2.478.497**

P A S S I V O	2021	2020
Circulante		
Fornecedor	0	155
Impostos e contribuições a recolher	1.435	1.669
Total do passivo circulante	**1.435**	**1.824**
Patrimônio Líquido		
Capital Realizado	1.502.267	1.502.267
Lucros Acumulados	958.061	974.406
Total do patrimônio líquido	**2.460.328**	**2.476.673**
Total do passivo	**2.461.763**	**2.478.497**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)

	capital social	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.502.267**	**989.661**	**2.491.928**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	0	(15.255)	(15.255)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.502.267**	**974.406**	**2.476.673**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	0	(16.345)	(16.345)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.502.267**	**958.061**	**2.460.328**

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)

	2021	2020
Receita Operacional Líquida	**0**	**0**
Receitas (Despesas)		
Administrativas	(41.241)	(39.611)
Resultado financeiro líquido	24.896	24.356
Total das despesas líquidas	**(16.345)**	**(15.255)**
Lucro (prejuízo) operacional	**(16.345)**	**(15.255)**
Imposto de renda e contribuição social	0	0
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(16.345)**	**(15.255)**

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das ativ. operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(16.345)	(15.255)
	(16.345)	**(15.255)**
Redução (aumento) nas contas do ativo		
Empréstimo conta parte relacionada	(18.085)	46.307
Tributos a Compensar	35.355	(30.795)
	17.270	**15.512**
Aumento (redução) nas contas do passivo		
Fornecedor	(155)	0
Obrigações e contas a pagar	(234)	(284)
	(389)	**(284)**
Caixa líquido prov. das ativ. operacionais	**536**	**(27)**
Saldo de caixa e equiv. no início do exercício	236	263
Saldo de caixa e equiv. no final do exercício	772	236
Aumento (redução) no caixa e equiv. de caixa	**536**	**(27)**

A Companhia discute judicialmente o mérito destes processos. **Nota 6. Capital Social:** O capital social é representado por R$ 1.502.267, sendo 21.000 ações ordinárias nominativas e 42.000 ações preferenciais nominativas.

Ronaldo Andrade Jeffrey Smith - Diretor
Ary Serpa Júnior - Diretor
Maria Aparecida C. Lopes - contadora - CRC 1SP 129.863/O-9

NEWCON SOFTWARE S.A.

CNPJ/MF Nº 05.902.990/0001-11

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R$)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo circulante		**6.239**	**18.262**	**7.269**	**21.675**
Caixa e equivalentes de caixa	1	3.507	16.089	3.600	17.462
Contas a receber de clientes	2	1.794	1.888	2.693	2.966
Estoques e recargas	3	652	41	665	413
Outras contas a receber		286	246	312	834
Ativo não circulante		**9.524**	**8.710**	**8.959**	**6.591**
Empréstimos com partes relacionadas		2.251	–	2.251	–
Tributos diferidos		94	94	94	12
Investimentos	4	575	2.157	2.345	12
Imobilizado	5	3.781	4.807	3.788	4.819
Intangível		2.822	1.748	2.829	1.761
Total do ativo		**15.764**	**26.972**	**16.229**	**28.266**

Passivo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Passivo circulante		**10.258**	**4.406**	**10.659**	**5.460**
Fornecedores		81	70	82	71
Cotas de consórcio a pagar		–	–	–	–
Obrigações sociais e trabalhistas	6	2.775	2.229	2.958	2.435
Tributos a pagar	7	2.595	2.094	2.813	2.940
Outras obrigações a pagar		4.806	13	4.806	14
Passivo não circulante		**4.066**	–	**4.066**	–
Tributos diferidos		4.066	–	4.066	–
Total do passivo		**14.323**	**4.406**	**14.724**	**5.460**
Patrimônio líquido		**1.441**	**22.566**	**1.541**	**22.566**
Capital social	8	1.200	1.200	1.200	1.200
Reserva legal		240	240	240	240
Reserva de lucros		1	21.126	1	21.126
Participação de não controladores			–	**64**	**240**
Total do passivo e patrimônio líquido		**15.764**	**26.972**	**16.229**	**28.266**

Demonstração do Resultado

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	9	71.109	63.489	77.046	67.774
Custo dos serviços prestados		(72.800)	(18.771)	(74.185)	(20.157)
Lucro bruto		**48.309**	**44.719**	**52.862**	**47.617**
Despesas gerais		(344)	(345)	(713)	(479)
Despesas administrativas		(984)	(867)	(1.237)	(1.083)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

FRAZÃO Leilões Presencial e Online

Encerramento: 26/04/2022 5ª feira – às 11h00

Santander

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.

LOJAS – GALPÕES – PRÉDIO COMERCIAL SALAS COMERCIAIS - TERRENOS

Galpão em Mogi das Cruzes/SP * Galpão em Gravataí/RS * Prédio em São Paulo/SP * Sala comercial no Rio de Janeiro/RJ * Loja em Juiz de Fora/MG * Sala comercial em Belo Horizonte/MG * Terreno em Várzea Grande/MT * Lojas mais 10 vagas de garagem no Rio de Janeiro/RJ *

À vista ou a prazo conforme o edital do leilão. Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco. Leia o Edital no site da leiloeira. Cadastre-se para participar do leilão online.

Rua Hipódromo, 1141, sala 66 – Mooca - São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.

Tel. 11- 11 3550-4066 / (11) 97179-0728 | www.FrazaoLeiloes.com.br

IT'SSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ nº 20.247.332/0001-82 - NIRE 35.300.465.377

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Digital - Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **IT'SSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada **virtualmente** no dia 02/05/2022, às 10h, única e exclusivamente por meio da plataforma Zoom https://zoom.us/join), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a) Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"):** **(i)** o exame, discussão e votação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2021, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes; e **(ii)** a destinação dos resultados do exercício findo em 31/12/ 2021. **(b) Em Assembleia Geral Extraordinária:** **(i)** a ratificação da nomeação e contratação da Achaus Auditoria e Consultoria Unipessoal Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.739.483/0001-04 e no CRC/SP sob o nº 041.414/O-8, ("Empresa Avaliadora"), responsável pela avaliação dos bens a serem conferidos para integralização de aumento do capital social da Companhia e elaboração dos laudos de avaliação das quotas da Bergus Afin Corretora de Seguros Ltda. ("Laudo Bergus") e da Gebram Corretora de Seguros Ltda. ("Laudo Gebram" e, conjuntamente com o Laudo Bergus, os "Laudos de Avaliação - Aumento de Capital"); **(ii)** o exame, discussão e votação dos Laudos de Avaliação - Aumento de Capital; **(iii)** o aumento do capital social da Companhia para refletir a quotas representativas do capital social da Bergus Afin Corretora de Seguros Ltda; **(iv)** o aumento do capital social da Companhia para refletir o aumento de quotas representativas do capital social da Gebram Corretora de Seguros Ltda.; **(v)** o aumento do capital social da Companhia decorrente da conversão da totalidade das debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em série única, para colocação privada, nos termos da Cláusula 5.4.3 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, da It'sSeg Corretora de Seguros S.A", celebrado em 31 de julho de 2017, conforme aditado de tempos em tempos; **(vi)** o aumento do capital social da Companhia a ser subscrito e integralizado em moeda corrente nacional por determinados acionistas da Companhia; **(vii)** a homologação e ratificação do aumento de capital social a ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em decorrência do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; **(viii)** a extinção do Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa - Phantom Shares da Companhia; **(ix)** o exame, discussão e votação do Protocolo e Justificação de cisão parcial da Companhia, com a versão da parcela cindida para sociedade a ser constituída ("Nova Sociedade"), celebrado na presente data pela Companhia, com a interveniência e anuência dos acionistas da Companhia ("Protocolo Você Clube"); **(x)** a ratificação da nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, responsável pela avaliação da parcela cindida da Companhia a ser vertida para a Nova Sociedade, identificada no Protocolo Você Clube ("Parcela Cindida"), bem como pela elaboração do respectivo laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil ("Laudo de Avaliação Você Clube"); **(xi)** o exame, discussão e votação do Laudo de Avaliação Você Clube; **(xii)** a aprovação da cisão parcial da Companhia com a versão da Parcela Cindida para a Nova Sociedade, com a consequente entrega da totalidade das quotas de emissão da Você Clube de Benefícios Sociais, Saúde e Odontológico Ltda. de titularidade da Companhia, que compõem a Parcela Cindida, para a Nova Sociedade ("Cisão Parcial"); **(xiii)** a redução do capital social da Companhia, em decorrência da Cisão Parcial; **(xiv)** a consequente alteração do caput do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir os aumentos de capital deliberados nos itens B(iii), B(iv), B(v), B(vi) e B(vii) acima e a redução de capital deliberada no item B(xiii) acima, caso aprovados; **(xv)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações aprovadas nos itens acima; e **(xvi)** a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas nos termos da presente ata, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização dos aumentos de capital com a conferência de bens à Companhia e Cisão Parcial da Companhia. **Informações Gerais:** Documentos Relacionados à AGO: Conforme Aviso aos Acionistas da Companhia publicado no jornal O Dia nos dias 29/03/2022, 30/03/2022 e 31/03/2022, desde 29/03/2022, encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, cópia dos documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da AGO. As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2021 foram publicadas no jornal O Dia em 21/04/2022, e uma cópia foi encaminhada aos acionistas por e-mail. **Participação na AGOE:** Os acionistas poderão optar por participar da AGOE por uma das seguintes formas: (a) pessoalmente (via aplicação remota pelo aplicativo Zoom); (ii) por procurador devidamente constituído (via atuação remota pelo aplicativo Zoom), ou (c) via boletim de voto a distância. Os dados de acesso à AGOE via aplicativo Zoom serão encaminhados aos acionistas por e-mail. **(i)** O acionista que optar por participar da AGOE pessoalmente deverá apresentar documentação que comprove sua identidade, com foto, no caso de pessoa física, ou estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal, no caso de pessoa jurídica. Fundos de investimento, é necessária a apresentação do último regulamento consolidado, estatuto social/contrato social do administrador ou gestor do fundo e documentação societária que comprove os poderes de representação. **(ii)** Para os casos em que o acionista opte por ser representado por procurador, além dos documentos indicados no item (i) acima, deverá ser apresentado também o instrumento de mandato. **(iii)** Para os casos em que o acionista opte por participar via boletim de voto à distância (cujo modelo será disponibilizado pela Companhia), deve encaminhá-lo devidamente preenchido, rubricado e assinado diretamente à Companhia, em conjunto com os documentos indicados no item (i) acima. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de participar da AGOE e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim de voto a distância enviado será desconsiderado. Para viabilizar a participação do acionista na AGOE, o acionista deverá antecipar o envio de cópia simples de toda a documentação mencionada nos itens acima ao e-mail secretario@itsseg.com, sendo obrigatória a remessa da via original do boletim de voto a distância ou de eventual instrumento de mandato (em ambos os casos com a firma reconhecida), em até 20 dias depois da data da realização da AGOE para a sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1478, 18º andar, conjunto 1801, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01472-900, aos cuidados da Diretoria. Os acionistas serão comunicados, em até 2 dias, do recebimento por e-mail da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade e eventuais alterações necessárias. Os boletins de voto a distância incompletos ou que tenham sido enviados sem a documentação necessária serão desconsiderados e o respectivo acionista comunicado. São Paulo, 22 de abril de 2022. **Thomaz Luiz Cabral de Menezes,** Membro do Conselho de Administração.

Sumauma Capital Gestão de Recursos S.A - CNPJ:37.033.539/0001-57

Balanço Patrimonial - 01/01/2021 A 31/12/2021

Nome	Saldo Atual	Nome	Saldo Atual
Ativo	1.321.348,04	Passivo	1.321.348,04
Ativo Circulante	1.293.525,69	Passivo Circulante	54.123,68
Disponibilidades	1.256.310,79	Fornecedores	15.817,00
Bancos Conta Movimento	8.134,04	Fornecedores	15.817,90
Aplicações de Liquidez Imediata - FAF	1.248.176,75	Obrigações Trabalhistas	32.611,11
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	37.214,90	Folha de Pagamento de Dirigentes	22.588,31
Clientes Nacionais	32.072,64	Encargos Sociais a Pagar	10.021,80
Adiantamentos	5.142,26	Obrigações Tributárias	5.694,67
Ativo não Circulante	27.822,35	Impostos e Contribuições sobre o Lucro	4.455,06
Imobilizado	27.822,35	Impostos e Contribuições s/Receitas	1.239,61
Bens e Direitos em Uso	36.765,69	Patrimônio Líquido	1.267.224,36
(-) Depreciação Acumulada	(8.943,34)	Capital	16.666,00
		Capital Social	16.666,00
		Reservas	2.498.334,00
		Reservas de Capital	2.498.334,00
		Ajustes de Avaliação Patrimonial	49.829,49
		Ajustes de Avaliação Patrimonial	49.829,49
		Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.297.605,13)
		Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.297.605,13)

Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2021 a 31/12/2021

Nome	Período Atual	Nome	Período Atual
Receitas	188.623,77	Receitas Financeiras	13.803,40
Receitas Operacionais	188.623,73	Ganhos com Aplicações Financeiras	13.803,40
Receita Bruta com Vendas e Serviços	188.623,73	Rendimentos de Aplicação Financeira	13.803,40
Receitas com Serviços	188.623,73	Despesas Operacionais Financeiras	(816,72)
Deduções das Receitas c/Vendas e Serviço	(10.657,11)	Despesas Financeiras	(816,72)
Impostos s/Vendas e Serviços	(10.657,11)	Despesas Bancárias	(422,68)
PIS sobre Vendas e Serviços	(1.226,04)	Juros e Multas	(394,06)
Cofins sobre Vendas e Serviços	(5.658,72)	Outras Receitas	(13.185,33)
ISSQN sobre Serviços	(3.772,35)	Outros Resultados Financeiros	(13.185,33)
(-) Resultado Líquido	177.966,62	Despesa sem Comprovante	(13.185,33)
(-) Resultado Bruto	177.966,62	(=) Resultado antes do IR/CSLL	(744.516,56)
Custos e Despesas	(922.284,53)	Provisão p/Impostos s/Lucro	(17.798,15)
Despesas Administrativas	(902.343,68)	Provisões p/Impostos s/Lucros	(11.124,44)
Despesas Trabalhistas	(411.388,06)	Provisão p/ IRPJ	(11.124,44)
Encargos Sociais	(74.570,13)	Provisões p/ Contribuições s/Lucros	(6.674,68)
Despesas Gerais	(416.385,49)	Provisão p/ Contribuição Social	(6.674,68)
Despesas Operacionais Tributárias	(19.940,85)	(=) Resultado antes das Participações Societárias	(762.315,68)
Impostos	(16.092,40)	(=) Resultado do Exercício	(762.315,68)
Multas	(3.848,45)	Prejuízos Acumulados em 31/12/2020	(535.289,45)
(=) Resultado antes das Receitas/Despesas Financeiras	(744.317,91)	Resultado do Exercício	(762.315,68)
(=) Resultado Financeiro	12.986,68	(=) Prejuízos Acumulados	(1.297.605,13)

Imairy de Souza Pinto
Contador - CPF: 374.855.489-05 - CRC: 1SP313772/O-7

Lucas Tambellini de Oliveira Santos
Sócio(a) - Administrador(a) - CPF: 313.429.478-20

Após dois anos, Águas de Lindoia recebe encontro de autos antigos

O governador Rodrigo Garcia participou na quinta-feira (21) da abertura do 7º Encontro Brasileiro de Autos Antigos em Águas de Lindoia. Aproragação prevê até domingo (24) a exposição de mais de 1,7 mil veículos na Praça Governador Adhemar de Barros, no centro da cidade.

"Esse evento é um exemplo de volta à vida normal. Fico feliz de participar e ver que a nossa vida está voltando com solidariedade, compaixão e preocupação com o nosso semelhante", afirmou o governador Rodrigo Garcia.

Em virtude da pandemia da COVID-19, o encontro não foi realizado nos dois últimos anos. Trata-se de um dos maiores eventos do gênero realizados no Brasil. Águas de Lindoia é um dos 70 municípios do estado de São Paulo considerados estâncias balneárias, turísticas, hidrominerais e climáticas.

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Aguassanta Participações S.A. ("Companhia"), a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 16:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: Em matéria Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; e (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores. Em matéria Extraordinária: (i) Criação de uma reserva estatutária, para destinação de parte do lucro líquido de cada exercício, para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, com a consequente alteração do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, até o limite de 100% do capital social. São Paulo (SP), 19 de abril de 2022.

Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente do Conselho de Administração

CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO

CNPJ/ME nº 23.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2022 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os acionistas da **CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO**, sociedade por ações, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, nº 68, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-040, registrada na Número de Identificação do Registro de Empresas (NIRE) 35.300.534.590 e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 23.361.030/0001-29 ("Companhia"), nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 02 de maio de 2022, às 11h ("Assembleia"), na sede social da Companhia, a fim de apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) recebimento da renúncia de um membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) a eleição de 1 (um) conselheiro independente para o Conselho de Administração da Companhia composto por 5 (cinco) membros, para um mandato unificado de 02 (dois) anos, até a posse dos membros do Conselho de Administração que serão eleitos ou reeleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) rerratificação da ata da assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 06 de janeiro de 2022, em razão de não ter sido registrado no documento levado a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo o Anexo I à ata, representado pelo estatuto social consolidado aprovado no item 7.(iii) das "Deliberações" de tal assembleia geral extraordinária; (iv) autorização para que a administração da Companhia adote todas as providências e medidas necessárias a implementar as matérias que sejam aprovadas em Assembleia. **Instruções e Informações Gerais:** 1. Nos termos da legislação aplicável, todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. 2. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer na Assembleia munido do documento habil a comprovar sua identidade. 3. O acionista que deseje ser representado por procurador deverá outorgar instrumento de mandato, com poderes especiais, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Procuração em língua estrangeira deverá estar acompanhada dos documentos societários, quando relativos à pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente traduzidos para o português, notarizados e consularizados. 4. Tendo em vista a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o acionista que deseje participar dos trabalhos que comprovem a representação do acionista para representação na Assembleia, seja depositado no sede social da Companhia ou enviado para o endereço eletrônico assembleia@captalys.com.br, aos cuidados do Departamento Societário, com antecedência de até 3 (três) dias da data da realização da Assembleia; (ii) os acionistas enviem confirmação de presença para o endereço eletrônico assembleia@captalys.com.br. 5. Informações adicionais poderão ser solicitadas para o endereço eletrônico assembleia@captalys.com.br.

São Paulo, 20 de abril de 2022.

Luis Claudio Garcia de Souza - Presidente do Conselho de Administração

IFIN III COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS - (Em constituição)

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2021

Data, hora, local: 21.10.2021, às 11 horas, na Rua Tabapuã, nº 1.123, 21º andar, conjunto 215-parte, São Paulo/SP. **Presença:** todos os subscritores do capital social. **Mesa:** Presidente: Pedro Paulo Oliveira de Moraes, Secretária: Andressa Maciel Scerni. **Deliberações Aprovadas:** o capital social da companhia será de R$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias de emissão da companhia, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1,00 cada, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional nos termos do Boletim de Subscrição: **Acionista: Vega Trust Participações Ltda.**, CPF/ME nº 30.250.915/0001-16, São Paulo/SP. **Nº Ações Ordinárias Subscritas:** 1.000, **Valor Integralizado à Vista (R$):** R$ 1.000,00. **Assinaturas dos Acionistas: Daniel Monteiro Coelho de Magalhães - Administrador - Acionista; Total: Nº Ações Ordinárias Subscritas:** 1.000, **Valor Integralizado à Vista (R$): R$ 1.000,00.** Aprovação do Estatuto Social. Aprovação da Constituição da **IFIN III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros.** A seguir, anunciaram o Sr. Presidente que se deveria proceder a **eleição dos primeiros Diretores**, verificando-se o seguinte resultado, sem discrepância de votos, todos com gestão até a AGO que aprovar as contas do exercício social a ser encerrado em 31.12.2022: a) Para o cargo de **Diretor Presidente** o Sr. Daniel Monteiro Coelho de Magalhães, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, RG nº 44.997.520 SSP/SP, CPF/ME nº 353.261.498-77; e b) Para o cargo de **Diretores sem designação específica:** i) Sr. **Pedro Paulo Oliveira de Moraes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 24.724.747-8 SSP/SP, CPF/ME nº 222.043.388-84; e ii) Sra. **Ila Alves Sym**, brasileira, casada, advogada, RG nº 375738-01, CPF/ME nº 041.045.637-30, todos com endereço em São Paulo/SP. A posse dos Diretores ora eleitos fica condicionada à assinatura dos termos de posse. Os Diretores ora eleitos não farão jus a qualquer tipo de remuneração em relação aos cargos respectivos. **Cada Diretor ora eleito declara não estar impedido por lei de exercer atividades mercantis.** Além disso, fica aprovada: **(a)** a dispensa da publicação das Demonstrações Financeiras da Companhia, em razão de atender as exigências de dispensa da Lei nº 6.404/76; **(b)** a designação dos periódicos Diário Oficial do Estado de São Paulo e jornal "O Dia", nos quais a Companhia publicará seus atos nos moldes da legislação em vigor; **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 21.10.2021. **Mesa:** Presidente – Pedro Paulo Oliveira de Moraes; Secretária – Andressa Maciel Scerni. **Diretores eleitos** Daniel Monteiro Coelho de Magalhães; Pedro Paulo Oliveira de Moraes; e Ila Alves Sym. **Acionistas presentes:** Vega Trust Participações LTDA, representada pelo Administrador Daniel Monteiro Coelho de Magalhães. Advogada: **Andressa Maciel Scerni** - OAB/SP nº 352.552. JUCESP-NIRE 35.300.567.901 em 04.03.2022. Gisela Simiema Ceschin-Secretária Geral.

Estatuto Social. Capítulo I - Denominação, Sede Social, Prazo de Duração e Objeto Social: Artigo 1º – A **IFIN III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76 ("Lei nº 6.404/76") e a Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional, de 26.01.2000 e suas respectivas alterações ("Companhia"). **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede social na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Tabapuã, nº 1.123, conjunto 215-parte, 21º andar, Itaim Bibi, CEP 04533-014, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir, manter e/ou encerrar filiais, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social: a) aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686, de 26.01.2000 ("Resolução CMN nº 2.686/00"); (b) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário, lastreados com suas atividades, respeitados os trâmites estabelecidos pela legislação aplicável; (c) a realização de outros negócios relacionados aos créditos supracitados e a prestação de serviços de consultoria financeira relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas. **§ 1º** - No âmbito das securitizações e emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos créditos financeiros por seus cedentes originais, se feita à vista. No mesmo sentido, será permitida a substituição de créditos financeiros. **§ 2º** – Estão incluídos no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (a) a gestão e administração dos créditos financeiros supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos créditos financeiros, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos créditos financeiros; (b) a aquisição e a alienação de títulos representativos dos créditos financeiros, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos créditos financeiros; (c) a emissão, colocação, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos créditos financeiros; (d) a prestação de serviços de consultoria financeira envolvendo, inclusive, a estruturação de operações de securitização dos créditos supracitados; (e) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos; e (f) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 4º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Único –** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". **Artigo 5º** - A cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 01 voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **§ Único –** As ações são indivisíveis perante a Companhia. **Capítulo III - Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 6º** – Os Acionistas deverão reunir-se em Assembleia Geral da Companhia, ordinariamente, uma vez ao ano dentro dos 4 primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre e na medida que o interesse social da Companhia exigir. **§ Único –** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentalizadas em ata única. **Artigo 7º** - A Assembleia Geral será convocada por qualquer acionista da Companhia com, no mínimo, 15 dias de antecedência, acompanhada de todos e quaisquer documentos que devam ser analisados ou aprovados na Assembleia ou que sirvam de fundamento para as deliberações a serem tomadas, sem prejuízo das formalidades aplicáveis. **§ Único –** Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social ou na legislação aplicável, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecer todos os acionistas. **Artigo 8º** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. **§ Único –** Os Acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído nos termos da lei aplicável. **Artigo 9º** – As deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas observados os quóruns da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") salvo se quórum maior for estabelecido neste Estatuto Social. **Artigo 10 –** Dependerão da deliberação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral da Companhia outras previstas neste Estatuto Social e que deverão ser objeto de aprovação de 75% : i) alteração de qualquer das disposições do Estatuto Social; ii) operações de fusão, incorporação ou transformação do tipo societário da Companhia; iii) a concessão de qualquer mútuo ou qualquer financiamento; iv) a emissão de títulos e valores mobiliários relacionados a créditos financeiros adquiridos pela Companhia; v) a constituição de ônus reais e a prestação de garantias e obrigações a terceiros, inclusive em garantia a seus empréstimos e financiamentos e/ou aos créditos financeiros adquiridos pela Companhia; vi. autorização para requerer a falência da Companhia, bem como sua recuperação judicial; vii. dissolução, liquidação ou extinção da Companhia; viii. aprovação de acordo de acionistas; ix. aprovação de qualquer aumento do capital da Companhia; x. para fazer-se ou alterar-se a remuneração dos Diretores, caso existente; xi. aprovação de qualquer contrato financeiro, inclusive para a obtenção de financiamento para a Companhia; xii. alteração do prazo de duração da Companhia; xiii. aprovação autorização para pagamento de juros sobre capital próprio; xiii. ingresso de novos acionistas na Companhia; xiv. instituição de um Conselho de Administração; xv. eleição do Diretor Presidente; xvi. Eleição do Diretor de Relação com Investidores sem designação específica. **§ 1º** - Até o pagamento integral dos valores representados pelos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica vedada a prática dos seguintes atos, observados os termos previstos na documentação dos títulos e valores mobiliários a serem emitidos e na Resolução nº 2.686/00 do CMN, ou em norma que eventualmente venha a substituí-la, (a) transferência do controle da Companhia, salvo pela transferência do controle para uma nova empresa do grupo de sua sócia; (b) redução do capital social, ressalvado o caso de dissolução da Companhia, salvo no caso de uma reestruturação da sua sócia para fins de melhor organização das atividades do grupo; e (c) cessão dos créditos financeiros objeto de suas operações de securitização, ou atribuição de qualquer direito sobre os mesmos, após controlador(es) da Companhia, ou a qualquer pessoa a ele(s) ligada(s), em condições distintas das previstas na documentação relativa a emissão dos títulos e valores mobiliários pela Companhia. **§ 2º** - O disposto no § 1º acima não se aplicará caso haja prévia autorização dos detentores de 50% + 1 ou mais do valor nominal de referidos títulos e valores mobiliários, excluídos de tal cômputo aqueles eventualmente detidos pelo(s) controlador(es) da Companhia, sociedade(s) coligada(s) ou submetida(s) a controle comum, em Assembleia Geral especificamente convocada e realizada segundo as normas legais e regulamentares aplicáveis. **§ 3º** - Independentemente do disposto no § 2º acima, a cessão de créditos financeiros de que trata o § 1º, item (c) acima, poderá ocorrer se realizada por valor igual ou superior ao valor nominal de tais créditos, deduzidos os juros ainda não incorridos e os encargos financeiros incorporados em seu valor nominal sob a forma de desconto, calculados proporcionalmente ao número de dias a decorrer até a data de vencimento de referidos créditos financeiros. **§ 4º** - Tendo em vista o disposto nos Parágrafos Primeiro, Segundo e Terceiro, os acionistas declaram estar cientes e de acordo com as vedações previstas nesses parágrafos, sendo que qualquer operação feita em descarodo com o ali disposto será considerada nula de pleno direito, não sendo oponível a Companhia ou a terceiros. **Artigo 11 -** Todos os acionistas de verão exercer o seu direito de voto nas Assembleias Gerais, de forma a cumprir o disposto neste Capítulo. Votos proferidos em violação ao disposto neste Estatuto Social serão desconsiderados pelo Presidente da Assembleia Geral. **Capítulo IV - Administração da Companhia: Artigo 12 –** A Companhia será administrada pela Diretoria, conforme legislação aplicável, dirigir que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **§ 1º** – A representação da Companhia caberá à Diretoria. **§ 2º** – Os membros da Diretoria, estarão devidamente investidos na posse quando das assinaturas dos "Termos de Posse" lavrados nos livros próprios, permanecendo em seus respectivos cargos até a efetiva posse de seus sucessores. **§ 3º** – A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global dos administradores da Companhia, caso existente. **§ 4º** – Os acionistas, por meio de deliberação em Assembleia Geral, poderão optar, a qualquer tempo, por não eleger todos os membros da Diretoria da Companhia, e referida decisão não será entendida ou interpretada como renúncia a tal direito. **Conselho de Administração - Artigo 13 –** A Companhia poderá instituir um Conselho de Administração se assim julgar necessário. **Diretoria: Artigo 14 –** A Diretoria será composta por, no mínimo 02 e, no máximo, 05 membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, e por este destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 03 anos, permitida a reeleição, sendo um deles designado Diretor Presidente, um deles designado Diretor de Relação com Investidores, e os demais Diretores sem designação específica. **§ 1º** – Para exercício da função de membro da Diretoria, poderão ser contratados profissionais para este fim específico. **§ 2º** – Na hipótese de vacância do cargo de Presidente da Diretoria, seu substituto será eleito pela Assembleia Geral e, enquanto a escolha não ocorrer, o Diretor de Relação com Investidores cumulará esta função. **§ 3º** – A mesma situação disposta no § 2º acima aplicar-se-á na hipótese de vacância do cargo de Diretor de Relações com Investidores, cujo cargo será preenchido pelo Diretor Presidente, e com este cumulado, até que ocorra nova nomeação pela Assembleia Geral. **Artigo 15 –** Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração da Companhia e sociedades, respeitados os limites previstos em lei e no presente Estatuto Social, bem como: i. autorizar a Companhia a adquirir suas próprias ações, para cancelamento ou manutenção em tesouraria, bem como as condições para alienação das ações mantidas em tesouraria; ii. autorizar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia. **§ Único -** Compete aos demais Diretores sem designação específica, dar o suporte ao Diretor Presidente e ao Diretor de Relações com Investidores, bem como exercer a administração do dia-a-dia da Companhia. **Artigo 16 –** Compete ao Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, entre outras atribuições: i. dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores; ii. atribuir aos demais Diretores funções e atribuições não especificadas neste Estatuto Social; iii. coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia, bem como a sua apresentação aos Acionistas; **§ Único -** Compete especificamente ao Diretor Presidente: i. fazer cumprir o Estatuto Social e as diretrizes e as deliberações tomadas em Assembleia Geral; ii. administrar, gerir e superintender os negócios sociais, e emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários, para se fazer cumprir este Estatuto Social; iv. submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhadas do respectivo relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados nos exercícios anteriores; v. elaborar e propor, à Assembleia Geral, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os projetos de investimento; vi. exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral, vii. formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia a partir das deliberações da Assembleia Geral, com a participação dos demais Diretores, ii. coordenar e superintender as atividades da Diretoria, convocando e presidindo as suas reuniões; e iv. substituir o Diretor de Relações com Investidores, em suas ausências e impedimentos. **Artigo 17 –** Compete ao Diretor de Relação com Investidores representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), se for o caso e as instituições participantes do mercado financeiro e de capitais, além de fazer cumprir as normas regulamentares aplicáveis à Companhia no tocante aos registros mandatórios junto à CVM e administrar a política de relacionamento com os investidores, incluindo: i. prestar informações aos investidores, à CVM e a bolsa de valores ou mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia estejam admitidos à negociação; e ii. cumprir com as obrigações estabelecidas em Lei e nas normas regulamentares aplicáveis à Companhia, se assim for o caso. **Artigo 18 –** A representação ativa e passiva da Companhia e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento ficam, conjuntamente a cargo: i) 2 Diretores, ou ii) 1 Diretor e 1 procurador, ou iii) por 1 procurador em caso de mandato *ad judicia*, sendo que sempre os procuradores deverão ter poderes específicos. Os instrumentos de mandato serão válidos ainda que o seu signatário deixe de integrar a Diretoria, salvo se for expressamente revogado. **§ 1º** – Nos atos de constituição de procuradores, a Companhia deverá ser necessariamente representada na forma do subitem (i) do caput do presente artigo, devendo as procurações conter prazo de validade não superior a 1 ano, com exceção daquelas para fins judiciais, além da descrição específica dos poderes conferidos. Os Diretores deverão manter na sede social uma relação atualizada das procurações em vigor autorizadas pela Companhia. **Artigo 19 –** São expressamente vedadas, sendo nulas e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário da Companhia que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social. **Artigo 20 –** As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de voto dos presentes, tendo o Diretor Presidente o voto qualificado em caso de empate e serão registradas no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. **Conselho Fiscal - Artigo 21 –** A Companhia poderá instituir um Conselho Fiscal

Boviel-Kyowa S.A. Consultoria e Planejamento - Em Liquidação

CNPJ nº 43.519.966/0001-42

Edital de Convocação da AGO

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO, a realizar-se no dia 29/04/2022, em 1ª convocação às 10h00 e, em 2ª convocação, às 12h00, à Estrada da Penha, 1.301, Sala 2 - Jd. Arujá - Arujá/SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: i) Aprovação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; ii) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Arujá, SP, 18/04/2022. Tsukasa Arakawa, Liquidante.

FRAZÃO LEILÕES ONLINE — Encerramento: 10/05/2022 3ª feira – às 10h00
O leilão já está aberto na internet para receber lances.

IMÓVEIS RESIDENCIAIS

Apartamento na Freguesia de Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ * Casa na Praia Rainha do Mar, Xangri-Lá/RS * Sobrado no Jardim Villa Romana, Indaiatuba/SP * Casa no Campo dos Alemães, São José dos Campos/SP

À vista ou financiamento direto com o Banco Inter: 50% de sinal mínimo + de 24 a 240 parcelas mensais, com juros de 8% a.a + IPCA. Veja fotos, matrícula, edital e mais informações no site da leiloeira.

Rua Hipódromo, 1141, sala 66 – Mooca – São Paulo/SP.
Ana Claudia Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.
Tel. 11- 3550-4066 – FrazaoLeiloes.com.br

FRAZÃO LEILÕES Presencial e Online — Encerramento: 29/04/2022 6ª feira – às 15h00 — Santander
O leilão já está aberto na internet para receber lances.
Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.

45 IMÓVEIS

CASAS – APARTAMENTOS – SALAS COMERCIAIS - TERRENOS

BA: Barreiras, Lauro de Freitas, Camaçari. **CE:** Fortaleza, Aquiraz. **MG:** Betim, Inhaúma, Sete Lagoas, Ubá, Boa Esperança. **PE:** São Bento do Una, Camaragibe, Surubim. **PR:** Foz do Iguaçu, Pérola, Clarionte. **RJ:** Rio de Janeiro, São Gonçalo, Macaé. **RS:** Porto Alegre, Imbé, São Leopoldo, Novo Hamburgo. **SP:** Praia Grande, Ribeirão Preto, Leme, Guarulhos, Presidente Prudente, Limeira, Auriflama.

À vista ou a prazo conforme o edital do leilão. Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco.
Leia o Edital no site da leiloeira. Cadastre-se para participar do leilão online.
Rua Hipódromo, 1141, sala 66 – Mooca - São Paulo/SP.
Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.
Tel. 11- 11 3550-4066 / (11) 97179-0728 | www.FrazaoLeiloes.com.br

Brasil tem um dos melhores desempenhos pós-pandemia, diz presidente

A economia brasileira tem um dos melhores desempenhos no cenário pós-pandemia, disse na sexta-feira (22), em Porto Seguro (BA), o presidente Jair Bolsonaro. Em evento para comemorar os 522 anos do descobrimento do Brasil, ele declarou que o país resiste às dificuldades externas, provocadas pela pandemia de covid-19 e pela guerra entre Rússia e Ucrânia.

"Vocês sabem o que está acontecendo no mundo, por questões até mesmo externas à nossa vontade, com uma guerra a 10 mil quilômetros de distância, mas as consequências vêm para a nossa pátria. O país, não só na pandemia, mas como nesse período de problemas externos, na economia é um dos que melhor se sai no mundo todo. Vamos vencendo obstáculos. Vamos mostrando, cada vez mais, o que o Brasil pode ser", discursou o presidente.

Em seu discurso, o Bolsonaro pediu união do povo brasileiro para enfrentar as dificuldades. "Não há diferença nenhuma de mim para qualquer um de vocês. Temos realmente o mesmo objetivo, o mesmo sangue, a mesma raça, a mesma nacionalidade. E queremos, cada vez mais, unir os nossos povos. Não queremos pregar a divisão entre nós, entre cor de pele, opções, regiões, entre o que quer que seja", acrescentou.

Para o presidente, o povo brasileiro é capaz de vender obstáculos num país que chamou de rico. "O evento mais importante é comemorar o aniversário deste jovem Brasil. Apenas 522 anos, mas é um jovem Brasil muito rico, muito próspero, que vence obstáculos e desafios. Em especial, pelo povo valoroso que tem e pela sua fé", comentou Bolsonaro.

O presidente chega ainda hoje a Brasília. Pela manhã, Bolsonaro esteve no Rio de Janeiro. Ele participou de cerimônia militar na Base Aérea de Santa Cruz, alusiva ao Dia da Aviação de Caça. A solenidade marcou a incorporação das aeronaves suecas F-39 Gripen, recém-chegadas ao Brasil. (Agencia Brasil)

Governo de SP transfere R$ 37,9 mi para Hospital das Clínicas de Botucatu

O governador Rodrigo Garcia anunciou na sexta-feira (22) a transferência imediata de R$ 37,9 milhões ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (HCFMB). O recurso possibilitará a ampliação da oferta de cirurgias eletivas e ambulatoriais, assim como o atendimento das demandas pós-COVID-19 e a contratação de profissionais. Também será realizada a abertura de 20 novos leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva).

O governador confirmou a expansão do atendimento já realizado no Serviço de Atenção e Referência em Álcool e Drogas (SARAD), unidade que fica no complexo do HC e é destinada ao tratamento e reabilitação de dependentes químicos. Os pacientes internados ainda recebem acompanhamento com uma equipe interdisciplinar, formada por psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, educadores físicos, dentre outros. São realizados mais de 540 atendimentos por ano, com 75 leitos no total.

O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu é uma autarquia da Secretaria da Saúde, associada à Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) para ensino, pesquisa e extensão.

A unidade é referência no interior do estado em assistência multiprofissional de alta complexidade, que atende 68 municípios. São realizadas cerca de 885 mil consultas ambulatoriais e de urgência e emergência, 50 mil procedimentos oncológicos, 30 mil sessões de hemodiálise e 10 mil cirurgias ao ano. O hospital conta com 500 leitos para atendimento de emergência, centro cirúrgico, internação e exames em diversas especialidades médicas.

Incopisos Indústria e Comércio de Pisos Ltda.

CNPJ nº 55.254.825/0001-24

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo	Nota	2021	2020
Ativo circulante		**621.791**	**370.681**
Caixa e equivalentes de caixa	6	286.304	136.037
Contas a receber de clientes	7	261.374	189.638
Estoques	8	58.989	25.088
Tributos a recuperar	9	10.981	7.554
Outras contas a receber	10	5.083	12.164
Ativo não circulante		**228.601**	**218.000**
Contas a receber de clientes	7	-	197
Tributos a recuperar	9	3.366	8.994
Depósitos judiciais	11	14.603	7.193
Outras contas a receber	10	1.900	6.500
		19.869	**22.885**
Investimentos		68	68
Propriedades para investimento		91	91
Imobilizado	12	208.472	194.844
Intangível	13	192	112
Total do ativo		**850.392**	**588.682**

Passivo	Nota	2021	2020
Passivo circulante		**153.814**	**92.783**
Fornecedores	14	30.815	30.897
Obrigações fiscais e tributárias	15	90.131	33.321
Obrigações sociais e trabalhistas	16	11.641	8.700
Comissões a pagar	17	14.418	10.860
Valores a pagar partes relacionadas	18	1.319	487
Outros valores a pagar		290	415
Passivo não circulante		**109.541**	**101.866**
IRPJ e CSLL diferidos	19.2	41.745	45.601
Loros e JSCP pagar	18	67.796	56.265
Total do passivo		**263.355**	**194.650**
Patrimônio líquido		**587.037**	**394.032**
Capital social	21	500	500
Reservas de lucros		522.038	325.898
Ajustes de avaliação patrimonial		64.699	67.634
Total do passivo e patrimônio líquido		**850.392**	**588.682**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Incopisos Indústria e Comércio de Pisos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 55.254.825/0001-24, é uma sociedade empresária limitada com sede na cidade de Santa Gertrudes, estado de São Paulo e tem por atividades preponderante a produção e comercialização de produtos cerâmicos. A sociedade tem como objeto principal a fabricação de pisos e revestimentos cerâmicos, beneficiamento e comércio atacadista de argila, exportação, importação, revenda e transporte. As atividades fabris são desenvolvidas no estabelecimento filial da empresa, localizado juntamente com o estabelecimento matriz. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Empresa, em 31 de março de 2022. **2. Apresentação das demonstrações contábeis - 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **2.2. Base para preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 4. **2.3. Conversão de moeda estrangeira - a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em Reais (R$), moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "variação cambial líquida" (Nota 24 – Resultado Financeiro). **3. Resumo das principais políticas contábeis - 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, com risco insignificante de mudança no valor justo. **3.2. Ativo financeiro - 3.2.1. Classificação:** A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda mensurados ao valor justo quando existentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **a) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida do "resultado financeiro". **3.2.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos pelo valor justo quando existentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **a) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida do "resultado financeiro". **3.2.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos pelo valor justo quando existentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **a) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida do "resultado financeiro" **3.2.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos pelo valor justo quando existentes. **3.3. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **3.4. Estoques:** O custo do produto acabado é mensurado levando em consideração todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos, em conformidade com as previstas no NBC TG 16 - Estoques. No custo de aquisição foram considerados o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis a aquisição. Os custos de transformação de estoques incluíram os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção. Também incluíram a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que foram incorridos para transformar os materiais em produtos acabados. **3.5. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzindo depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada (Nota 12). O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidas" na demonstração do resultado. São divulgados os valores contábeis dos ativos cuja titularidade é restrita, como ativos imobilizados formalmente ou em sua essência, os valores brutos para garantir as obrigações e os adquiridos via FINAME, conforme item 74 do CPC 27. **3.5.1. Custo atribuído:** O registro do custo atribuído (deemed cost) do imobilizado, em conformidade com as normas NBC TG 37 e NBC TG 27 – Ativo imobilizado, bem como, o ITG 10 – Interpretação sobre Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado, foi baseado em avaliação efetuada por avaliadores independentes. Da mesma forma, foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado em virtude da nova vida útil estimada dos mesmos, conforme NBC TG 27 – Ativo Imobilizado. **3.6. Ativo intangível:** Os Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis são gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. **3.7. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos com vida útil definida são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Para fins de teste de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis, que podem ser UGC's ou segmentos operacionais. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do balanço. **3.8. Propriedade para Investimento:** Propriedades para investimento permanecem mensuradas ao custo histórico de aquisição, incluindo custos da transação. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nem bem benefício econômico futuro da sua venda. **3.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e, quando cabível, acrescidos das variações monetárias ou cambiais. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mantidos pelo custo amortizado, a partir do método da taxa de juros efetivos (*pro rata temporis*). Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O reconhecimento e mensuração são realizados conforme NBC TG 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; NBC TG 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e NBC TG 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.11. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros para os sócios da empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. **3.12. Provisões para contingência:** As provisões para contingências trabalhistas, tributárias, cíveis e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Empresa. (Nota 20). As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: • A Empresa possui obrigação legal ou contratual ou constitutiva como resultado de um evento passado; • É provável que uma saída de recurso financeiro seja requerida para saldar a obrigação; e • O valor puder ser estimado de maneira confiável. **3.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A empresa reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas informações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. Os valores dos impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação. Provisões são constituídas para impostos diferidos ativos quando for julgado provável, de acordo com estudo de viabilidade técnica. O imposto de renda e contribuição social correntes são devidos tanto com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. **3.14. Dividendos mínimos:** Os dividendos são atualizados monetariamente e apresentados como passivo circulante do valor correspondente ao seu constituído quando não houver possibilidade de pagamento dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da demanda pelo contribuinte. **3.15. Transações com partes relacionadas:** A Incopisos e a Mineradora Incopisos Ltda. estão classificadas como partes relacionadas, pois são controladas, tanto das através dos sócios administradores em comum e realizam entre si transações durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados entre as partes são de mútuo interesse entre as partes da empresa. **3.16. Capital social:** As quotas da empresa são classificadas no Patrimônio Líquido, cujo Capital Social está totalmente subscrito e integralizado. **3.17. Reconhecimento da receita - a) Receita de venda:** A receita é reconhecida quando o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma Empresa efetua a entrega dos produtos para o cliente, o cliente passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. O reconhecimento não ocorre até que: • os produtos tenham sido enviados para o local especificado; • os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; • o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; • a aceitação tenha expirado ou tais riscos, bem como objetivos evidenciados de aceitação apropriada e suficiente para fim específico na nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação intencional de informações. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, incluisive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, de época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fomecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que possam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Campinas, 20 de abril de 2022. Atenciosamente, **Wesley Abra de Assis** - Contador – CRC/SP 288527/O-6. **Consulcamp Auditoria** - CRC 2SP024818/O-5

Demonstração do Resultado

	Nota	2021	2020
Receita líquida de vendas	22	695.226	377.072
Custo dos produtos vendidos	23	(329.739)	(255.564)
Lucro bruto		**365.487**	**121.508**
Despesas com vendas	23	(55.039)	(31.226)
Despesas com administrativas	23	(6.180)	(4.898)
Outros ganhos (perdas), líquidos		(1.006)	5.081
		(62.225)	**(31.043)**
Lucro antes do resultado financeiro		**303.262**	**110.465**
Receitas financeiras		10.392	3.246
Despesas financeiras		(7.999)	(1.930)
Variação cambial líquida		1.878	695
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	24	**4.271**	**2.011**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**307.533**	**112.476**
Imposto de renda e CS correntes	19.1	(102.523)	(36.550)
Imposto de renda e CS diferidos	19.2	3.856	2.512
Lucro líquido do exercício		**208.872**	**78.438**

A Empresa optou por não reconhecer o imposto diferido abrangente não for apresentado por conta de não existir nenhuma tributação além do próprio lucro do exercício que envolva outras resultados abrangentes nos termos apresentados no Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.

e • as disposições de avaliação tenham sido acordadas, ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **b) Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.18. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2021 a administração não tem dera que todos os ativos e compromissos de valores relevantes de alto nível de risco estejam cobertos por seguro, por meio de políticas locais e corporativas. **4. Estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas e julgamentos de julgamento referentes certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras são baseadas em estimativas e julgamentos referentes à selação das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para perdas para créditos de liquidação duvidosa, passivos contingentes, determinações de provisões para imposto e contribuições e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A empresa fixa estimativa e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados abaixo. **5. Gestão de risco financeiro - 5.1. Fatores de risco financeiro:** A gestão dos riscos é realizada por meio de políticas e definição de estratégias de implementação de sistemas de controle, definidos pela tesouraria e aprovados pela Administração da entidade. A Empresa está exposta a diversos riscos, incluindo risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de mercado, risco de liquidez e risco cambial, conforme definido abaixo: **5.2. Risco cambial:** A empresa está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente, dólares dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais, bem como ativos e passivos reconhecidos na data da transação. **5.3. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de clientes a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Caso clientes sejam classificados por agências independentes, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. **5.4. Risco de liquidez:** A previsão de fluxos de caixa é realizada na empresa operacional do departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da empresa para assegurar que tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. **5.5. Gestão de capital:** Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são de se salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios aos outros partes interessadas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	376	287
Bancos	980	87
Aplicações financeiras	284.948	135.663
	285.304	**136.237**

Os valores das aplicações financeiras têm prazo de vencimento imediata sem qualquer penalização no resgate antecipado.

7. Contas a receber

	2021	2020
Contas a receber - mercado interno	237.431	170.817
(-) PECLD - mercado interno	(22)	-
(-) AVP - mercado interno	-	(7)
Contas a receber - mercado externo	24.309	19.346
(-) PECLD - mercado externo	(344)	(320)
	261.374	**189.836**
Circulante	261.374	189.638
Não circulante	-	197

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é como a seguinte:

	2021	2020
Vencidos acima de 366 dias	559	320
Vencidos de 365 dias	554	331
Vencidos até 90 dias	4.904	3.103
Vencidos até 30 dias	5.860	4.512
A vencer em 30 dias	68.006	49.776
A vencer em até 90 dias	105.768	75.254
A vencer em 365 dias	76.088	56.063
A vencer acima de 366 dias	-	204
(-) AVP Valor Presente	-	(7)
PECLD	(360)	(320)
	261.374	**189.836**

Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa:

	2021	2020
Saldo inicial	320	421
Adições	45	72
Baixas	-	(173)
Saldo final	**365**	**320**

8. Estoques

	2021	2020
Acabado	22.759	2.359
Embalagens	6.231	3.826
Almoxarifado	648	807
Matérias-primas	25.072	8.922
Produtos em andamento	1.333	1.017
Produtos acabados	25.372	9.658
Mercadoria para revenda	74	-
Importação em andamento	-	598
	58.989	**25.088**

9. Tributos a recuperar: Compreende os créditos a compensar decorrente de insumos para produção, deduzidos os débitos pelas saídas e a parcela circulante dos créditos tributários, a ser mobilizado que serão compensados com os respectivos tributos a pagar, quando possível.

	2021	2020
IPI a recuperar(1)	Curto prazo	7.147	5.258
ICMS a ser recuperado	Curto prazo	1.075	1.281
ICMS a apropriar	Curto prazo	1.745	1.270
PIS a apropriar	Curto prazo	181	133
COFINS a apropriar	Curto prazo	833	612
PIS a ressarcir	Longo prazo	-	7.389
ICMS a ativo RICMS/2000	Longo prazo	3.366	1.604
		14.347	**16.548**
Circulante		10.981	7.554
Não circulante		3.366	8.994

(1) O Decreto nº 6.890/2009 reduziu para 0% a alíquota do IPI sobre os produtos cerâmicos, prorrogado para 2010, pelo Decreto nº 7.222/2010, e para 2011 pelo Decreto nº 7.542/2011 até 31/12/2012 gerando, desta forma, créditos de IPI nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012. Em 27/12/2012, o Decreto nº 7.879 fixou em 0% a alíquota do IPI para o período indeterminado. Nesse período, a Administração ingressou anualmente com pedidos de ressarcimento/compensação junto ao fisco dos créditos em questão. Com o Decreto nº 10.771, de 20.08.2021, a alíquota passou a ser majorada a 1% a partir de 01/12/2021.

10- Outras contas a receber: Refere-se aos adiantamentos da folha de pagamento, adiantamento de fornecedores nacionais, despesas antecipadas e contas a receber da venda de imobilizado.

	2021	2020
Adiantamento folha de pagamento	175	90
Adiantamento a fornecedores	3.316	10.639
Despesas antecipadas	392	235
Contas a receber sobre venda de imobilizado	3.100	2.700
Total	**6.983**	**16.664**
Circulante	5.083	12.164
Não circulante	1.900	6.500

11 Depósitos judiciais: Trata-se de valor depositado em juízo para suspender a exigibilidade do crédito tributário, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
PIS/COFINS/CSLL retidos a receber	13.603	6.193
ICMS ST SP a receber	1.038	467
ICMS ST demais UFs a receber	962	533
	14.603	**7.193**

12. Imobilizado Líquido

Imobilizado	Terrenos	Edifícios e instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Tratores e Escavadeiras	Equipamentos de informática	Imobilizado em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**45.156**	**74.604**	**98.886**	**1.849**	**1.544**	**4.464**	**176**	**-**	**186.679**
Adições líquidas	-	-	**8.965**	**267**	**1.015**	-	**44**	**17.463**	**28.754**
Baixa do bem	**(3.630)**	-	**(196)**	-	-	-	-	-	**(3.826)**
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	**(7)**	-
Depreciações	-	**(2.932)**	**(7.086)**	**(223)**	**(516)**	**(1.083)**	**(51)**	-	**(11.892)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**41.526**	**71.672**

Ministro da saúde oficializa fim de emergência sanitária

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, assinou a portaria de encerramento da emergência de saúde pública de interesse nacional da pandemia da covid-19, na sexta-feira (22). Essa condição reconhecia a gravidade da pandemia e dava base para políticas e medidas de autoridades de saúde nos níveis federal, estadual e municipal. A norma deverá ser publicada em edição especial do Diário Oficial da União da sexta-feira (22).

O fim da emergência de saúde pública terá um prazo de transição de 30 dias, para adequação dos governos federal, estaduais e municipais, ou seja, a portaria passa a valer em 22 de maio.

Em entrevista coletiva, o ministro e secretários da pasta afirmaram que essa mudança não comprometerá as diversas ações e o aporte de recursos para a vigilância em saúde.

"Mesmo que tenhamos casos de covid-19, porque o vírus vai continuar circulando, se houver necessidade de atendimento na atenção primária e leitos de UTI, temos condição de atender", declarou.

Quanto à manutenção da condição de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o titular da pasta acrescentou que a portaria lida com o encerramento da emergência de saúde pública de interesse nacional, sem mencionar pandemia ou endemia.

Um impacto chave do fim da emergência será sobre as medidas de restrição e prevenção, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, definida por estados e municípios. "O que muda é a questão de se restringir as liberdades individuais de acordo com as vontades de um gestor municipal. Não faz mais sentido este tipo de medida. A minha expectativa é que se acabe essas exigências", disse.

Outro efeito do fim da emergência será sobre a exigência de vacinação para acesso a locais fechados. O ministro criticou essa exigência. Ele lembrou que 74% da população completaram o ciclo vacinal.

Sobre 2023, o ministro afirmou que "ninguém sabe" como será a vacinação contra a covid-19. "Vamos vacinar só idosos, profissionais de saúde, gestantes, crianças? Com qual vacina? Essa que temos, outra com capacidade de combater variantes? A ciência trará essas respostas", ressaltou.

Sobre as vacinas e medicamentos autorizados em caráter emergencial pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o ministro disse que solicitou a prorrogação da medida por mais um ano.

O secretário-executivo do Ministério da Saúde, Rodrigo Cruz, afirmou que o fim da emergência de saúde pública não afetará a transferência do governo federal para estados e municípios na modalidade chamada "fundo a fundo".

A secretaria criada para o combate à covid-19 será extinta. Na entrevista coletiva, Rodrigo Cruz afirmou que o tema será tratado "em alguma área no ministério". O secretário de Vigilância em Saúde, Arnaldo Medeiros, disse que será criada uma coordenação-geral voltada a vírus respiratórios.

O secretário de Vigilância em Saúde, Arnaldo Medeiros, informou que o ministério manterá ações de controle da doença e de outros vírus de síndrome respiratória aguda grave. "Manteremos vigilância de casos, testagem, notificação obrigatória, genômica, da síndrome inflamatória em crianças e adultos e vigilância de emergência em saúde pública", declarou.

Sobre a telemedicina, autorizada em caráter excepcional em razão da pandemia, Queiroga citou o Projeto de Lei nº 1998 de 2020, que está pronto para votação na Câmara dos Deputados. "Uma vez aprovado na Câmara, podemos editar uma nova portaria enquanto o Senado Federal se manifesta sobre essa proposta legislativa", pontuou Queiroga.

Nesta semana, os conselhos de secretários de Saúde de estados (Conass) e municípios (Conasems) questionaram o fim da emergência e pediram um prazo maior, de 90 dias, em vez de 30 dias, para adaptação.

Na entrevista coletiva, Queiroga comentou a posição dos conselhos de secretários de saúde. "Eu sei que secretários dos estados e municípios queriam que o prazo fosse maior. Mas olha, o governador Ibaneis Rocha já cancelou o decreto do DF e o governador Cláudio Castro vai fazer o mesmo no Rio de Janeiro. Não vejo muita dificuldade para que secretarias estaduais e municipais se adéquem", avaliou.

O Conselho Nacional de Saúde divulgou nota técnica em que defende medidas para uma "transição segura da pandemia para uma futura situação endêmica da covid-19, mantendo as medidas não farmacológicas até que sejam atingidas coberturas vacinais homogêneas em todas as unidades da federação de, no mínimo, 80% da população vacinável".

Entre as medidas, o conselho, que reúne representantes do poder público, de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e entidades da sociedade civil, recomenda a continuidade do uso de máscaras em ambientes fechados e com aglomeração. Outra ação defendida pelo CNS é a "implementação de estratégias para verificação dos comprovantes de vacinação, especialmente em situações de aglomeração". (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

CNPJ/ME nº 43.395.177/0001-47

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração: Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionista, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras Resumidas da SECID – Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. **Aviso:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em sua íntegra, acompanhadas do relatório do auditor independente e o relatório de administração, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/ e b) https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/.

Balanço Patrimonial	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante	**114.756**	**116.717**	**295.347**	**235.302**
Caixa e equivalentes de caixa	73.938	75.108	204.501	137.794
Contas a receber	37.243	32.827	77.515	82.007
Tributos a recuperar	1.873	1.865	4.218	4.349
Outros créditos	1.702	2.917	9.113	11.152
Não circulante	**1.309.221**	**1.269.519**	**1.615.240**	**1.544.504**
Contas a receber	1.395	2.915	10.658	14.699
Partes relacionadas	384	33.384	-	33.000
Adiantamentos para futuro investimento	2.884	-	-	-
Depósitos judiciais	1.087	520	7.689	6.589
Outros créditos	2.267	696	25.493	8.319
Tributos diferidos	20.917	16.015	53.001	47.140
Investimentos	1.109.532	1.073.239	45	45
Imobilizado, líquido	29.392	30.561	270.706	279.142
Direito de uso	114.025	98.702	480.546	387.527
Intangível, líquido	27.338	13.487	767.102	768.043
Total do ativo	**1.423.977**	**1.386.236**	**1.910.587**	**1.779.806**

Demonstrações dos resultados	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
		(Reapresentado		(Reapresentado
Receita líquida	385.867	359.078	774.584	757.172
Custo dos serviços prestados	(184.477)	(180.129)	(401.700)	(383.340)
Lucro bruto	201.390	178.949	372.884	373.832
(Despesas) e receitas operacionais:				
Despesas gerais e administrativas	(101.725)	(105.609)	(192.653)	(270.373)
Resultado de equivalência patrimonial	36.293	(2.013)	-	-
Outras receitas, líquidas	2.909	773	7.199	6.188
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	138.867	72.100	187.430	109.647
Receitas financeiras	3.574	1.503	9.581	5.236
Despesas financeiras	(92.056)	(64.291)	(147.325)	(104.082)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	50.385	9.312	49.686	10.801
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(1.278)	(926)	(1.692)	(875)
Diferido	4.902	5.938	6.015	4.398
Lucro líquido do exercício	54.009	14.324	54.009	14.324
Média ponderada das ações no exercício	2.262.398	2.262.398		
Lucro básico e diluído por ações em reais	23,87	6,33		

Balanço Patrimonial	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante	**166.509**	**110.152**	**236.457**	**180.270**
Empréstimos e financiamentos	-	15.311	-	22.626
Debêntures	50.633	43.159	50.633	43.159
Fornecedores	10.609	7.213	19.173	14.283
Obrigações com partes relacionadas	299	243	299	243
Obrigações trabalhistas	18.798	13.919	40.521	34.188
Obrigações tributárias	10.357	8.777	17.426	15.819
Dividendos a pagar	5.327	-	5.327	-
Adiantamentos de clientes	8.269	6.134	22.805	21.310
Passivo de arrendamento	20.051	15.302	32.880	23.380
Obrigações por aquisição de participações societárias	41.953	-	43.155	1.162
Outras contas a pagar	213	94	4.238	4.098
Não circulante	**1.152.634**	**1.212.432**	**1.569.296**	**1.535.884**
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1.222
Debêntures	717.500	758.750	717.500	758.750
Obrigações com partes relacionadas	-	2.100	-	-
Obrigações tributárias	8.181	12.939	24.397	30.800
Tributos diferidos	-	-	-	154
Provisão para demandas judiciais	4.954	2.866	28.207	18.420
Passivo de arrendamento	107.977	94.747	484.864	384.330
Obrigações por aquisição de participações societárias	313.022	340.030	313.022	341.192
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.000	1.000	1.000	1.000
Outras contas a pagar	-	-	306	16
Patrimônio líquido	**104.834**	**63.652**	**104.834**	**63.652**
Capital social	54.882	54.882	54.882	54.882
Reservas de lucros	49.952	8.770	49.952	8.770
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.423.977**	**1.386.236**	**1.910.587**	**1.779.806**

Demonstrações dos resultados abrangentes	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício	54.009	14.324	54.009	14.324
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**54.009**	**14.324**	**54.009**	**14.324**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Reservas de capital		Reservas de lucros				
	Capital social	**Futuro aumento de capital**	**Total de reservas de capital**	**Retenção de lucros**	**Reserva legal**	**Total das reservas de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**29.462**	**25.000**	**25.000**	**18.090**	**5.093**	**23.183**	**-**	**77.645**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	14.324	14.324
Aumento de capital		25.420	(25.000)	(25.000)	-	-	-	-	420
Destinação do resultado do exercício									
Constituição da reserva legal		-	-	-	-	716	716	(716)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(3.581)	(3.581)
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(15.129)	-	(15.129)	(10.027)	(25.156)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**54.882**	**-**	**-**	**2.961**	**5.809**	**8.770**	**-**	**63.652**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	54.009	54.009
Destinação do resultado do exercício									
Constituição da reserva legal		-	-	-	-	2.700	2.700	(2.700)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(5.327)	(5.327)
Retenção de lucros		-	-	-	38.482	-	38.482	(38.482)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**54.882**	**-**	**-**	**41.443**	**8.509**	**49.952**	**-**	**104.834**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
Das atividades operacionais	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**50.385**	**9.312**	**49.686**	**10.801**
Resultado de equivalência patrimonial	(36.293)	2.013	-	-
Depreciação e amortização	10.750	8.592	42.701	59.665
Amortização do direito de uso	18.363	14.762	38.705	28.900
Amortização do custo de captação	702	671	702	671
Encargos financeiros sobre financiamentos	609	858	1.045	2.436
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	14.944	7.409	15.025	7.484
Juros de debêntures	44.737	28.830	44.737	28.830
Juros sobre passivo de arrendamento	12.113	11.057	43.350	32.544
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	469	(131)	1.640	(1.530)
Provisão para demanda judicial	872	(198)	1.863	2.466
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	18.709	26.041	40.808	59.972
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	-	2.516
Baixa por descontinuidade de arrendamento	-	-	-	(5.616)
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa	**136.360**	**109.216**	**280.262**	**229.139**
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber	(22.074)	(30.362)	(33.915)	(76.160)
Depósitos judiciais	1.005	(91)	(1.100)	(1.392)
Tributos a recuperar	(8)	(393)	131	(440)
Outros créditos	(356)	(1.280)	(6.850)	2.739
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	3.396	1.734	4.890	616
Obrigações trabalhistas	4.879	(2.894)	6.333	(9.863)
Obrigações tributárias	(4.001)	(4.717)	(5.845)	(5.739)
Outras contas a pagar	(236)	93	69	1.081
	121.100	**74.867**	**245.470**	**140.689**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(455)	(1.424)	(643)	(1.442)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**120.645**	**73.443**	**244.827**	**139.247**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	-	-	(1.202)	(1.162)
Aquisição Positivo, líquido de caixa adquirido	-	(311.640)	-	(305.405)
Aquisição de imobilizado	(4.489)	(1.714)	(12.382)	(4.527)
Aquisição de intangível	(18.943)	(4.886)	(20.942)	(5.774)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(23.432)**	**(318.240)**	**(34.526)**	**(316.868)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(7.500)	(28.737)	(7.500)	(28.737)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(15.920)	(9.279)	(24.895)	(16.824)
Captação de debêntures	-	467.399	-	467.399
Pagamento de debêntures	(79.215)	(30.861)	(79.215)	(30.861)
Pagamento de arrendamento	(27.820)	(19.056)	(65.040)	(47.011)
Partes relacionadas	28.072	(56.994)	33.056	(36.360)
Caixa líquido gerado pelas (aplicações) atividades de financiamento	**(102.383)**	**322.472**	**(143.594)**	**307.606**
Aumento (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(5.170)**	**77.675**	**66.707**	**129.985**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	79.108	1.433	137.794	7.809
No fim do exercício	73.938	79.108	204.501	137.794
Aumento (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	**(5.170)**	**77.675**	**66.707**	**129.985**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1.1 Contexto operacional: A SECID – Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Universidade Cidade São Paulo – UNICID" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo – SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 - Tatuapé. A Companhia e suas controladas diretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação. **1.2. Ações e impactos causados pela pandemia COVID-19:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia se manteve alinhada às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e às políticas adotadas pelas autoridades governamentais para garantir, em primeiro lugar, a saúde e o bem-estar de todos os envolvidos com a Companhia: alunos, colaboradores, terceiros, seus familiares e a sociedade como um todo. No segmento de educação, as autoridades estaduais e municipais de saúde, em diversos estados e municípios, mantiveram a suspensão de aulas presenciais em escolas, faculdades e universidades públicas e particulares, sendo autorizadas somente as aulas práticas de forma presencial, seguindo um rígido protocolo de segurança no combate a COVID-19. Com isso, no 3º trimestre de 2021 tivemos a retomada presencial das atividades práticas de diversos cursos, principalmente da área da saúde. O retorno de todas as atividades presenciais está em avaliação pelas autoridades governamentais, considerando o cenário atual de avanço da vacinação e controle da pandemia, e está prevista para o primeiro semestre de 2022. Vale destacar que mesmo no cenário de crise econômica provocada pela pandemia, o caixa ou o capital circulante líquido da Companhia para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 não foi significativamente impactado. Visto que mesmo com o fechamento das unidades presenciais a Companhia manteve a prestação dos serviços educacionais a partir de suas plataformas virtuais, obtendo excelentes níveis de adesão e engajamento por parte dos alunos. Com isso, não houve interrupção na prestação dos serviços contratados pelos alunos até o presente momento. A Companhia, por sua vez, continuará atenta às novas orientações das autoridades de saúde, e também acompanhará os avanços no processo de vacinação, mantendo sempre os *stakeholders* atualizados sobre possíveis novos impactos da COVID-19 nos resultados da Companhia. **1.3. Reapresentação das cifras comparativas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram identificados ajustes referentes a valores relativos a gastos com publicidade e propaganda indevidamente alocados na rubrica de "Custo dos serviços prestados" e valores relativos a gastos com salários e encargos trabalhistas dos técnicos acadêmicos e atualizações monetárias na rubrica de "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações dos resultados do exercício da Controladora e Consolidado, para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

Demonstrações dos resultados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Controladora			Consolidado	
	Original	**Ajuste**	**Reapresentado**	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Receita Líquida	359.078	-	359.078	757.172	-	757.172
Custo dos serviços prestados	(176.688)	(3.441)	(180.129)	(364.476)	(18.864)	(383.340)
Lucro Bruto	**182.390**	**(3.441)**	**178.949**	**392.696**	**(18.864)**	**373.832**
(Despesas) e receitas operacionais	(110.585)	3.736	(106.849)	(283.350)	19.165	(264.185)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	**71.805**	**295**	**72.100**	**109.346**	**301**	**109.647**
Resultado financeiro	(62.493)	(295)	(62.788)	(98.545)	(301)	(98.846)
Lucro antes do IR/CS	**9.312**	**-**	**9.312**	**10.801**	**-**	**10.801**
IR/CS	5.012	-	5.012	3.523	-	3.523
Lucro líquido do exercício	**14.324**	**-**	**14.324**	**14.324**	**-**	**14.324**

2. Políticas contábeis: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 30 de março de 2022. **2.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da SECID – Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	**2021**	**2020**
Participação Direta		
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	99,99%	99,99%
IPÊ Educacional Ltda. ("Unipê")	99,99%	99,99%
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	99,99%	99,99%
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("Positivo")	99,99%	99,99%
Participação Indireta		
Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda. ("Cesa")	99,99%	99,99%

(i) As empresas relacionadas fizeram parte da combinação de negócios do grupo Positivo. A Companhia visando otimizar suas atividades operacionais decidiu incorporá-las ao Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia utilizando práticas contábeis consistentes. Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiveram o controle. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladas, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido e não só no resultado do exercício. **3. Avaliação das informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, e entregues em formatos diferentes como campi e polos, são administrados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos investimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisões para demandas judiciais - A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspições fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final. Conforme exposto, não é possível garantir que estas autuações não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e administrativos, em processos judiciais, tributários, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais. Tributos - Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspições fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Imposto de renda e contribuição social diferidos - O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal. Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa - A Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida. A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma, e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato - A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. Determinação do prazo de arrendamento - Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a serem normalmente são os mais relevantes: Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disruption nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la).

5. Destinação do lucro líquido	**2021**
Lucro líquido do exercício	54.009
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº6.404)	(2.700)
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(12.827)
Destinação para reserva de retenção de lucros	(38.482)

Relatório do auditor independente

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/ e https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 30 de março de 2022, sem modificações.

DIRETORIA
Fabio Marcel Fossen – Diretor Presidente
Luis Felipe Silva Bresaola – Diretor

CONTADOR
Afonso Celso Florentino de Oliveira
CRC: 1MG-071304/O-7 "T" SP

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 570 23 a 29 de abril de 2022

Importados

Audi do Brasil apresenta novos A4 e A5 2022

A Audi do Brasil confirma a chegada dos novos A4 Sedan e A5 Sportback no Brasil em breve. Dois dos modelos mais desejados da marca ganharam atualizações em sua motorização e estarão disponíveis nas concessionárias no início de abril. Enquanto o A4 poderá ser encontrado nas versões Prestige e S line a partir de R$ 294.990, o A5 Sportback chega ao Brasil na versão S line a partir de R$ 351.990.

O premiado motor 2.0 TFSI, que equipa os modelos, passa a contar com nova potência em seu conjunto. Os modelos entregam 204 cv de potência e torque de 320 Nm entre 1.450 e 4.475 rpm. Isto leva a um ótimo desempenho: aceleração de 0 a 100 km/h feita em 7,3 segundos e velocidade máxima de 210 km/h limitada eletronicamente.

Na versão de entrada, o novo Audi A4 Prestige passa a contar com Audi Virtual Cockpit de 12,3", pacote de luzes ambiente posicionados estrategicamente no modelo e novo desenho de rodas exclusivo 18". Já na versão S line, pacote de luzes customizáveis com 30 cores, volante base reta e rodas Audi Sport aro 19" aparecem com destaque entre as mudanças.

Já no novo Audi A5 Sportback, além das rodas de 19", kit exterior S line e pacote de luzes customizáveis completam as atualizações do modelo. Tanto A4 Sedan quanto A5 Sportback possuem também como opcional a versão "Black Package" com detalhes do exterior em preto brilhante, revestimento do teto em preto e retrovisor externo em preto. No pacote especial, o Audi A4 Sedan também ganha um novo design de rodas.

O novo Audi A4 chega ainda mais dinâmico e sofisticado, graças aos destaques do design esportivo, nova grade Singleframe e novo conjunto ótico. As linhas horizontais enfatizam a largura na frente e traseira do sedan médio. A vista lateral tem como destaque os contornos sobressalentes acima das rodas e pela linha inferior marcando o entre-

eixos.

Os faróis de LED são itens de série no Audi A4 com a tecnologia Matrix LED com farol alto automático como opcional na versão de topo. O novo desenho apresentado no conjunto ótico do sedan mantém as características dos modelos de topo, com pequenos pontos de LED formando a assinatura presente tanto nos faróis quanto nas lanternas.

No interior, o centro do painel de instrumentos conta com o Audi MMI Plus, levemente inclinado em direção ao motorista. A tela sensível ao toque apresenta a mesma linguagem vista no mais recente lançamento Audi A3, com o MMI Touch no centro de controle do novo sistema operacional. A experiência é semelhante ao uso de um smartphone e as informações são projetadas na tela de alta resolução com 10,1 polegadas ao lado.

Versões, preços e equipamentos

O Audi A4 chega às concessionárias em duas versões: Prestige e S line. Ambas com uma lista recheada de equipamentos. A versão Prestige traz como itens de série a tecnologia keyless go, entradas USB para os passageiros do banco traseiro, volante em couro multifuncional com shifts paddles, rodas de liga-leve de 18", câmera de ré, sistema de monitoramento da pressão de pneus. Como opcional desta versão existe apenas o teto solar elétrico.

Já a versão S line agrega ar-condicionado automático de três zonas, bancos dianteiros esportivos e eletricamente ajustáveis, controle de cruzeiro adaptativo, teto solar elétrico, kit exterior S line, aviso de saída de faixa, faróis Full LED, rádio MMI plus com sistema de navegação e o Virtual Cockpit Plus, com tela de 12,3 polegadas e resolução full HD localizada atrás do volante multifuncional com opção de três visualizações. A versão ainda conta com spoiler traseiro em carbono, faróis Matrix HD com apresentação de luzes e sistema de som Bang & Olufsen como opcionais disponíveis.

Ao todo são nove cores disponíveis: Branco Ibis, Azul Navarra, Branco Geleira, Cinza Daytona, Cinza Manhattan, Prata Florete, Preto Bilhante, Preto Mito e Vermelho Tango. O Audi A4 Sedan está disponível nas concessionárias a partir de R$ 294.990.

Versatilidade e performance

Dentre as várias virtudes de design e performance do novo Audi A5 Sportback, a versatilidade ganha destaque por ser um veículo que atende a diferentes públicos. Assim como o modelo A4 Sedan, o novo A5 Sportback conta com o eficiente sistema de assistência elétrica, composto por uma bateria de íons de lítio e um alternador de correia (BAS) em um sistema elétrico primário de 12 volts. Com ele, o veículo pode se deslocar em velocidades entre 55 e 160 km/h com o motor desligado e, em seguida, o BAS reinicia o propulsor rápida e confortavelmente. O sistema start-stop começa a funcionar a partir de 22 km/h.

Direção, transmissão e gestão do motor estão igualmente integradas no Audi drive select, com possibilidade de cinco modos de direção: automatic, efficiency, comfort, dynamic e individual.

O Audi A5 Sportback conta com alguns elementos introduzidos a partir da nova linguagem de design da Audi, como a grade frontal Singleframe mais larga e saídas de ventilação acima da grade que foram inspiradas no clássico Audi Sport quattro de 1984. Como nas gerações anteriores, a musculatura no capô o diferencia de outros modelos da marca ao agregar um aspecto de força e esportividade. Na traseira o modelo apresenta mudanças com ponteiras de escape trapezoidais e uma nova assinatura ótica marcada pelas lanternas traseiras de LED com setas dinâmicas.

Na dianteira, o para-choque possui uma lâmina na borda inferior que liga as entradas de ar, ainda maiores. Mas é o novo conjunto ótico que chama toda a atenção: a nova versão recebe os faróis LED Matrix de série. Além de mais eficiente e dinâmica, esta tecnologia agrega segurança ao direcionar o facho de luz de modo que não atrapalhe os veículos vindos na direção contrária.

No interior as linhas horizontais são tão marcantes como o novo display sensível ao toque MMI, que funciona como o ponto focal do painel de instrumentos e está ligeiramente inclinado em direção ao motorista. Nele as informações são projetadas na tela de alta resolução com 10,1 polegadas. Os gráficos são minimalistas e a estrutura do menu é intuitiva e planejada para toda a linha de veículos da marca. Conta com pacote de luzes customizáveis com 30 cores que destaca o espaçoso interior e também é série no modelo.

O modelo ainda conta com o Audi Virtual Cockpit Plus de 12,3 polegadas, com três modos de apresentações diferentes, posicionado logo atrás do volante multifuncional. As rodas são de liga-leve de 19".

Versão e equipamentos

O novo Audi A5 Sportback traz diversas novidades tecnológicas dentre seus equipamentos. Além dos já citados faróis dianteiros LED Matrix de série, o modelo possui também teto solar elétrico panorâmico, ar-condicionado de três zonas e volante esportivo multifuncional com shift paddles e base aplanada como itens de série.

Para o A5 Sportback são sete cores disponíveis: Azul Navarra, Branco Geleira, Branco ibis, Cinza Daytona, Preto Mito, Vermelho Tango e Verde District. O veículo é comercializado a partir de R$ 351.990 na versão S line.

Motos

Nova Yamaha Crosser ABS 2023

A Yamaha Crosser ABS está mais moderna, ganhou novo conjunto óptico, nova lanterna traseira em Led, novo painel totalmente digital e ainda uma tomada 12volts junto ao guidão.

A Crosser está disponível em duas versões, S e Z. A versão S traz um estilo mais urbano, com o para-lama baixo, próximo ao pneu e motor com acabamento em preto fosco, reforçando a pegada esportiva e mais urbana da moto. Já a versão Z traz inspiração do universo off-road, com o para-lama mais alto, que garante um visual mais radical e aventureiro.

As versões S e Z da Crosser estarão disponíveis na Rede de Concessionários Yamaha no final de abril de 2022. A Crosser 150 S tem o preço sugerido de R$ 16.590 + frete, e R$ 17.160 + frete para São Paulo. Já a versão Z, com para-lama alto, o preço sugerido é de R$ 16.790 + frete, e R$ 17.368 para o Estado de São Paulo, todas com a garantia de 3 anos.

O design da Nova Crosser ABS, que já era inovador, ficou ainda mais moderno com as novidades do modelo 2023. O destaque é o novo conjunto óptico com luzes de posição e projetor de LED. Ele tem maior amplitude e potência de iluminação, tornando a condução noturna mais segura, além de oferecer maior durabilidade e menor consumo energético.

O design da traseira também é novidade. A nova lanterna, com desenho mais esportivo, é em LED, garantindo maior durabilidade e melhor visibilidade para que vem atrás.

Na Crosser ABS, o painel multifunção é totalmente novo, e o mais completo da categoria. Ele é 100% digital e seu novo visual reforça a modernidade da nova Crosser. Sua iluminação é em led e o fundo do tipo blackout, contrastando ainda mais as informações no display, facilitando a leitura tanto na pilotagem diurna quanto noturna.

O novo painel conta com a exclusiva função Eco, ideal para quem busca diminuir ainda mais os gastos com combustível. Ela indica o momento de pilotagem em que o consumo é menor, auxiliando em uma condução mais econômica.

Ele traz ainda um útil Indicador de marcha, que facilita a condução, marcador do nível de combustível, conta-giros, velocímetro, hodômetro total e dois parciais, relógio e as luzes indicadoras do sistema de ABS, do sistema Blueflex, de funcionamento de sistema de injeção e de piscas, farol alto e neutro.

Um dos destaques da Crosser continua sendo o seu motor. Do tipo monocilíndrico arrefecido a ar, com 149cc, é capaz de gerar a potência máxima de 12,2cv quando abastecido com gasolina, e 12,4 cv com etanol.

Ele chama atenção pela robustez mecânica e por seu fôlego, que tornam a pilotagem ágil e divertida, e se destaca pela suavidade no funcionamento com baixa vibração, que se traduz em uma pilotagem mais confortável.

Sua alimentação é feita pelo moderno sistema de injeção eletrônica de combustível BLUEFLEX, que permite o abastecimento com gasolina, etanol, ou mistura de ambos em qualquer proporção. Esse sistema garante ainda baixo consumo, refletindo na ótima autonomia alcançada com o tanque de 12 litros, possibilitando um amplo intervalo entre um abastecimento e outro.

Grande parte do conforto oferecido pela Crosser se deve às suas suspensões, capazes de filtrar com grande eficiência as im-

perfeições do piso e ainda garantirem suavidade e estabilidade na pilotagem.

Na dianteira, o garfo telescópico tem curso de 180 mm e conta, em ambas as versões, com protetores do tipo sanfona, que protegem o garfo dianteiro de danos causados por impactos de pedras, poeira e outros detritos.

Já na traseira, o sistema é composto por um amortecedor único e seu curso é de 160 mm. Sua fixação na balança é feita através de links, que garantem maior conforto e suavidade na absorção de impactos. A principal vantagem desse sistema em uma motocicleta on/off-road é tornar o funcionamento mais progressivo, com um amortecimento que começa macio e fica mais rígido à medida que é mais exigido, minimizando os riscos de que a suspensão chegue ao final de seu curso.

Conforto e performance

Impossível falar de conforto sem destacar o assento da Crosser. Ele é amplo e em dois níveis, foi desenvolvido especialmente para proporcionar um ótimo apoio lombar. Ele está a 850 mm do solo e se destaca pela eficiente ergonomia, promovendo ótima acomodação sobretudo no encaixe das pernas junto ao tanque.

Para proporcionar mais conforto ao garupa, além do amplo espaço no banco, a Crosser possui apoios para as mãos integrado ao bagageiro – ambos em alumínio, e pedaleira bem posicionadas para privilegiar uma acomodação mais relaxada, tanto para os braços quanto para as pernas.

Para se adaptar à altura do piloto, a Crosser traz outro diferencial, o guidão é ajustável, que pode ser fixado 15 mm a frente, possibilitando explorar ainda mais sua versatilidade e aumentar a sensação de conforto.

Na nova Crosser, a vida está mais confortável e prática com a nova tomada 12 volts, localizada junto ao painel. Ela garante a praticidade de recarregar o celular em qualquer momento.

Construído em aço tubular, o chassi do tipo berço semi-duplo que equipa a Crosser foi elaborado para oferecer resistência, leveza e baixo centro de gravidade, garantindo a agilidade e estabilidade que se tornaram umas das características mais marcantes do modelo.

Nas duas versões da Crosser, a "Z" e a "S", o tamanho das rodas, com diâmetro de 19 polegadas na dianteira e 17 na traseira, somam-se a elementos como a ótima geometria do chassi e o baixo peso para dar à Crosser sua notável agilidade, tornando-a capaz de desviar dos obstáculos com grande rapidez, sempre de forma estável e equilibrada. Esse comportamento faz dela uma motocicleta fácil de ser conduzida, tornando-a uma opção perfeita para motociclistas iniciantes e experientes.

Os pneus têm as medidas de 90/90 - 19 M/C 52P na dianteira, e 110/90 - 17 M/C 60P na traseira.

A Crosser se destaca por trazer, como item de série, a tecnologia do freio ABS na roda dianteira, oferecendo maior controle em emergências, como piso escorregadio e outras condições de baixa aderência.

Seu conjunto de freios é potente e progressivo, capaz de frenagens em curtos espaços. Na dianteira o sistema é composto por um disco de 245 mm e uma pinça de duplo pistão, e na traseira, por um disco de 203 mm e pinça de um pistão.

Truck

Citroën com descontos exclusivos para Jumpy e Jumper

Até 23 de abril acontece em toda rede de concessionários Citroën uma grande iniciativa de vendas que apresenta ofertas para a linha de veículos utilitários, com descontos exclusivos para todos os frotistas e profissionais autônomos que buscam uma excelente oportunidade de negócios.

O Pro Days Citroën traz condições exclusivas e imperdíveis para Jumpy Cargo e Jumper Furgão, com condições especiais e 1 ano de parcelas a R$ 299, com saldo total em 60 meses.

O destaque fica para a Jumpy, em sua versão Cargo, com pronta entrega e preço exclusivo de R$ 159.990. Durante o período, a Citroën ainda oferece a versão Furgão da Jumper por R$ 185.390.

A linha VUL (Veículos Utilitários Leves) da Citroën é desenvolvida para entregar aos clientes veículos com conforto, praticidade e um excelente custo-benefício. Verifique a concessionária mais próxima no site: https://www.citroen.com.br/concessionarias.html.

Renault confirma chegada da Master E-Tech Electric

Após a marca anunciar a chegada do Kwid E-Tech Electric ao país neste ano, a Renault confirmou a chegada da Master E-TECH 100% elétrica ao Brasil, com entregas iniciando no segundo semestre de 2022.

Pioneira em veículos elétricos no mundo, a Renault oferece no Brasil, desde 2013, modelos 100% elétricos para empresas e projetos de mobilidade como o Zoe, Twizy e Kangoo. Além disso, o Zoe E-TECH Electric é comercializado ao cliente final desde 2018. Ao todo já são mais de 500 veículos elétricos Renault em circulação no país.

Expediente

autojornal
o dia a dia motorizado

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549